



Sandra Rodrigues de Oliveira

**Onde está você agora além de aqui,
dentro de mim? – O luto das mães de
crianças desaparecidas**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-graduação em Psicologia do
Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro

Março de 2008



Sandra Rodrigues de Oliveira

**Onde está você agora além de aqui,
dentro de mim? – O luto das mães de
crianças desaparecidas**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro
Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Andrea Seixas Magalhães
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Heliana de Barros Conde Rodrigues
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, ___/___/____ .

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Sandra Rodrigues de Oliveira

Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), Especialista em Psicologia Hospitalar pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (2005); Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (bolsista CAPES). Atualmente, membro do Grupo de Intervenções em Situações de Emergência (Grupo Ipê) e psicóloga do Exército Brasileiro, atuando no Centro de Recuperação de Itataia (CRI).

Ficha Catalográfica

Oliveira, Sandra Rodrigues de

Onde está você agora além de aqui, dentro de mim ? : o luto das mães de crianças desaparecidas / Sandra Rodrigues de Oliveira ; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2008.

155 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Crianças desaparecidas. 3. Luto. 4. Amor materno. I. Féres-Carneiro, Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Dedico este trabalho à minha mãe, Rosa, pessoa única e indescritível, que fez de mim a pessoa que hoje sou; e a meus irmãos, Ricardo e Eduardo, por serem simplesmente os melhores irmãos do mundo. Obrigada pela fé, pelo colo e pela presença constante em minha vida. Vocês são meus exemplos de que a família é nossa base, nossa inspiração e nosso orgulho.

Agradecimentos

À Terezinha, minha extraordinária orientadora, que seguiu acreditando em mim, quando nem eu mais acreditava. Obrigada por tudo.

Aos professores da PUC-RIO Andréa Seixas, Bernardo Jablonski, Ana Maria Nicollaci e Ana Maria Rudge por seus ensinamentos preciosos e por sua dedicação a nós, alunos. A Marcelina e Verinha, da secretaria da Pós-graduação, por respeito, carinho e paciência.

À professora Heliana Conde, da UERJ, por não só ser uma inspiração como profissional, mas também uma pessoa admirável e disponível, sempre que precisei.

À CAPES, pelo incentivo financeiro desde o início deste estudo.

À Patrícia Tasca e Vera Lemgruber, que sempre torceram por mim e comigo para que eu conquistasse mais este desafio.

A Luiz, Cláudia, Beto e Brunna, por acreditarem em meu potencial. Hoje vocês são uma família para mim, e nunca poderei retribuir o carinho que me deram todos estes anos.

Aos amigos de profissão e de toda vida, Adriana, Virgínia, Rafaela, Maíra, Maria, Renata, Leonardo e Bruno. Sem vocês nada disso seria possível.

Aos amigos Vanessa, Cristina, Suzana, Priscila, Ana Maria, Cecília e Alberto, companheiros que viveram comigo as dores e alegrias de sermos mestrandos. A vocês dedico também este trabalho.

A todos mais que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta jornada e, embora não estejam citados formalmente, contribuíram imensamente para que mais esta etapa de minha vida chegasse ao fim com sucesso. Obrigada a todos.

Resumo

Oliveira, Sandra Rodrigues de; Féres-Carneiro, Therezinha (Orientadora). **Onde está você agora além de aqui, dentro de mim? – O luto das mães de crianças desaparecidas**. Rio de Janeiro, 2008. 155p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O desaparecimento de pessoas é um fenômeno complexo que suscita sentimentos ambíguos, tais como esperança/desesperança, tristeza, culpa, raiva e impotência. O presente estudo teve como objetivo investigar o impacto do desaparecimento de um filho, sob circunstâncias desconhecidas, a partir da ótica das mães. Participaram da pesquisa 11 mães com filhos desaparecidos misteriosamente, no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2002 e 2005. As crianças tinham entre 11 meses e 11 anos na ocasião do desaparecimento. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e, a partir da técnica de análise de conteúdo, os dados foram agrupados em 4 categorias, assim nomeadas: 1) *impacto do desaparecimento*; 2) *relacionamento com marido/companheiro/namorado/pai da criança*; 3) *relacionamento com outros filhos*; 4) *enfrentando o desaparecimento: facilitadores e complicadores*. Constatou-se que, diante do desaparecimento súbito e misterioso de seus filhos, todas as participantes apresentaram inicialmente reações de negação, choque, entorpecimento, desespero e medo. Após o choque inicial, foram citadas reações de ansiedade e sentimentos de culpa, impotência, descrença, tristeza e raiva, em contraposição a sentimentos de esperança, fé, determinação e certeza do reencontro com o filho desaparecido. As entrevistadas também se sentiram desamparadas por seus maridos/companheiros atuais, pois esperavam que estes expressassem seu luto da mesma forma que elas, considerando-os inadequados e negligentes por não o fazerem. Na relação com os outros filhos, nota-se que, se por um lado algumas mães tornaram-se superprotetoras, há casos nos quais estas passaram a negligenciá-los. Conclui-se, por fim, que, para estas mães, fatores como a falta de certezas sobre como e onde está o filho, a inexistência de rituais, o prolongamento indefinido da situação e o julgamento de outras pessoas (especialmente de outras mães) podem contribuir negativamente para o processo de elaboração da perda. Por outro lado, a formação de grupos com mães de crianças desaparecidas e a possibilidade de compartilhar sentimentos apresenta-se como um importante recurso para a reestruturação e reorganização destas mulheres.

Palavras-chave

Crianças desaparecidas, luto, amor materno.

Abstract

Oliveira, Sandra Rodrigues de; Féres-Carneiro, Therezinha (Advisor). **Where are you now than here, inside me? – The grief of the mothers of missing children.** Rio de Janeiro, 2008. 155p. MSc Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The disappearance of people is a complex phenomenon that raises ambiguous feelings such as hope/despair, sadness, guilt, anger and helplessness. This study aimed to investigate the impact of the disappearance of a child, under unknown circumstances, from the mothers' perspectives. Eleven mothers with children disappeared mysteriously participated in the survey, in the state of Rio de Janeiro, between 2002 and 2005. The children were between 11 months and 11 years old at the time of the disappearance. Semi-structured interviews were performed and, from the technical analysis of content, the data were grouped into 4 categories, named: 1) impact of the disappearance, 2) relationship with husband / partner / boyfriend / father of the child, 3) relationships with other children, 4) facing the disappearance: facilitators and complications. It was found that, before the sudden and mysterious disappearance of their children, all participants initially had reactions of denial, shock, numbness, despair and fear. After the initial shock, reactions of anxiety and feelings of guilt, helplessness, disbelief, sadness and anger were said, as opposed to feelings of hope, faith, determination and certainty of meeting again the disappeared child. The interviewees also felt helplessness by their husbands / partners, because they hoped to express their mourning in the same way as them, considering them unsuitable and negligent for not acting equally. Regarding to the other children, note that, if on the one hand, some mothers have become overprotective, there are cases where they neglected them. It is concluded, finally, that for these mothers, factors such as the lack of certainty about how and where the child is, the lack of rituals, the indefinite extension of the situation and the judgment of other people (especially by other mothers) can contribute negatively to the process of coping. Furthermore, the formation of groups with mothers of missing children and the possibility of sharing feelings presents itself an important resource for the restructuring and reorganization of these women.

Keywords

Missing children; grief; maternal love.

Sumário

Introdução	9
1. A Criança em Foco: História, Família e Desaparecimento	15
1.1. A criança e a família	15
1.2. A criança e o desaparecimento	22
1.3. Desaparecimento e mídia	25
1.4. O desaparecimento de crianças no Rio de Janeiro	33
2. Desaparecimento e luto	39
2.1. Formação e rompimento de vínculos	39
2.2. Luto: processo de elaboração	43
2.3. As fases do luto	46
2.4. Luto e desaparecimento: uma perda particular	49
3. Metodologia	55
3.1. Objetivos	55
3.2. Sujeitos	55
3.2.1. Apresentação dos casos	57
3.3. Coleta de dados	62
3.4. Análise dos resultados	63
4. Análise dos Resultados	64
4.1. Impacto do desaparecimento	64
4.1.1. Reações iniciais	66
4.1.2. Primeiro ano de desaparecimento	75
4.2. Relacionamento com marido / companheiro / namorado / pai da criança	97
4.2.1. Percepção da reação do pai frente ao desaparecimento do(a) filho(a)	99
4.2.2. Apoio do companheiro	106
4.3. Relacionamento com outros filhos	112
4.4. Enfrentando o desaparecimento: facilitadores e complicadores	125
5. Considerações finais	140
6. Referências bibliográficas	148
Anexos	148

Introdução

Na sociedade atual, o homem possui um vasto acesso às informações sobre os acontecimentos de seu país e do mundo; no entanto, alguns fatos são desconhecidos pela população em geral, possivelmente por causarem um certo mal-estar em seus espectadores, pois trazem à tona a fragilidade de nossas vidas e das relações que estabelecemos com os demais indivíduos.

Um exemplo disto são as estatísticas sobre o número de crianças e adolescentes desaparecidos: segundo o Ministério da Justiça (Brasil, 2007), 40.000 ocorrências de desaparecimento de menores de 18 anos são registradas anualmente em todo território nacional. Destes casos, 85% a 90% são resolvidos em dias ou semanas; porém, de 10% a 15% destes permanecem sem esclarecimento por longos períodos de tempo, podendo, até mesmo, nunca ser solucionados. Poucas pessoas possuem este dado e, quando este é veiculado, descrença e assombramento são os sentimentos que melhor descrevem a reação do público.

Deparei-me com esta realidade pela primeira vez no ano de 2004, ao cursar a Especialização em Psicologia Hospitalar no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Nesta instituição, acompanhei o caso de uma mulher que há dois anos tinha um filho desaparecido e, desde o ocorrido, havia perdido o emprego, estava em processo de separação do marido (que, segundo ela, a culpava pelo desaparecimento do menino) e queixava-se de não mais conseguir ser carinhosa com os outros 3 filhos, os quais sentiam-se negligenciados. *“Como é possível ser mãe de dois quando se foi mãe de três?”*, disse-me ela em um dos atendimentos.

Ao acompanhar este caso, pude constatar um comprometimento significativo no funcionamento desta mulher nos âmbitos individual, familiar e social, com prevalência de sentimentos de culpa e desesperança acentuados relacionados ao desaparecimento de seu filho. Passei a me perguntar: existiriam reações “esperadas” diante do desaparecimento de um ente querido? Podemos falar em perda quando não há certezas, apenas indefinições, medos e fantasias?

Quando quem desaparece misteriosamente é uma criança, que variáveis estão envolvidas neste processo?

Decidi aprofundar-me neste universo e investigar o impacto do desaparecimento de uma criança. Ao pesquisar sobre o tema, constatei que a bibliografia nacional é escassa; poucos trabalhos falam sobre o desaparecimento de menores e, os que tratam do assunto são, em sua maioria, textos sobre o período de Ditadura Militar no país. Outros livros e textos versam especificamente sobre a perda de filho, as reações de pais e mães enlutados e o processo de elaboração de luto, mas, nestes casos, a perda se dá geralmente por morte. O que dizer, então, sobre as especificidades do luto em casos de desaparecimento? Podemos identificar o luto de pais de crianças desaparecidas assim como nos casos de perda por morte? Como lidar com as particularidades de uma perda na qual o ente querido, embora ausente fisicamente, não pode ser dado nem como morto, nem como vivo? Que reações o indivíduo, a família e a sociedade apresentarão?

Prosseguindo com minhas investigações, pude perceber que o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, assim como em outros países, tem aumentando vertiginosamente nas últimas décadas; em especial, nas grandes regiões metropolitanas. Só no Rio de Janeiro, entre os meses de janeiro de 2007 a dezembro de 2007, foram abertas 145 ocorrências de desaparecimento de menores de 18 anos em todo o estado, sendo que apenas 29 casos haviam sido solucionados satisfatoriamente até o encerramento deste estudo (FIA, 2007).

Fez-se evidente que, apesar da grande incidência de desaparecimentos de crianças e adolescentes em nosso país, poucos são os estudos relacionados ao tema. Por esta razão, o presente trabalho tem como objetivo preencher parcialmente esta lacuna, de forma a ampliar esta discussão, dando voz a uma população que tem seus gritos de dor, angústia e impotência abafados; cidadãos negligenciados por nossa sociedade. Este estudo será, portanto, dedicado a todos aqueles, direta e indiretamente, marcados por esta terrível realidade.

Iniciaremos o Capítulo 1 com uma breve retomada histórica sobre o nascimento do conceito de infância e o processo de construção social do papel das mulheres como esposas e mães devotadas e abdicadas a partir do século XVIII. Utilizando dados apresentados por Ariès (1981) e Badinter (1985), relembremos o lugar da criança na Antiguidade, seu ingresso precoce na sociedade e a posterior

ruptura do modelo criança / pequeno adulto para um período de supervalorização não só da infância, mas também da mulher, que alcança um novo status a partir de sua relação com a prole.

Como afirma Badinter (1985), às mães da Antiguidade eram censuradas expressões de carinho e afeto pelos filhos; já a partir do século XVIII, estes valores se invertem, e a sociedade passa a exigir que as mulheres não só demonstrem seus sentimentos pela prole, mas, principalmente, os tenham como algo inato. As mulheres, portanto, passam a ser responsáveis pela saúde, bem-estar e felicidade de seus filhos, comprometendo-se a satisfazer totalmente as necessidades destes. Mas tudo tem um preço: a responsabilidade torna-se culpa se algo de mal acontecer aos pequenos, e é a mãe, apenas a mãe, quem assumirá este fardo.

Mas teriam estas representações sociais sobre o papel da mãe sobrevivido todos estes séculos ou teriam os anos de emancipação feminina modificado estas rigorosas imposições do exercício da maternidade? Diversos autores concordam: o binômio mulher/mãe prevaleceu, e as mulheres ainda são as principais cuidadoras dos filhos, responsáveis por sua educação e saúde. Isto nos remete à pergunta: se o amor materno é incondicional e a mulher é vista como onipotente e onipresente na relação com os filhos, como ela reagirá à morte de um de seus descendentes? E se, ao invés disto, este filho desaparece misteriosamente? Que sentimentos emergirão frente à constatação trágica de que a criança tem seu paradeiro indefinido? Como lidar com as incertezas que rondam estes casos? Não há respostas... estaria a criança viva ou morta?

No Capítulo 2 adentraremos no tema do luto e suas especificidades nos casos de perda de filho. Faremos uma breve introdução sobre a formação e o rompimento de vínculos, utilizando como referência a Teoria do Apego, postulada por John Bolwby (1990), articulando-a com os conceitos apresentados por diferentes autores sobre a teoria do luto (em especial, sobre luto materno). Também neste capítulo, apresentaremos o conceito de perda ambígua, cunhado pela autora Pauline Boss (2001), e as particularidades do processo de enlutamento nos casos de desaparecimento.

Para realização desta reflexão, partimos de alguns pressupostos: quando falamos de desaparecimentos, definitivamente não estamos tratando de um tipo comum de luto. Se quem desaparece é uma criança, como reagem as mães? Seguir

a vida sem um filho é, certamente, um desafio para as mulheres, e nunca sem sofrimento, mas muitos questionamentos são particulares a este tipo de situação, tais como: como chorar pela perda de uma criança que ainda pode estar viva? Como se desfazer de seus pertences, se ela pode voltar ao convívio familiar? Por outro lado, é possível manter indefinidamente viva a esperança do reencontro, mesmo após anos de ausência? Boss (2001)³ nos dá algumas pistas quando afirma que:

...a perda é desconcertante e as pessoas se vêem desorientadas e paralisadas. Não sabem como se portar nessa situação. Não podem solucionar o problema porque não sabem se este (o desaparecimento) é definitivo ou temporário (...) a incerteza impede que as pessoas se adaptem à ambigüidade de sua perda, reorganizando os papéis e as normas de suas relações com os outros queridos (...) se agarram à esperança de que as coisas voltem a ser como eram antes... (p.20)

Em outros dois trechos, a autora explicita o porquê da utilização do conceito de perda ambígua nos casos de desaparecimento ao enfatizar a dualidade vivida pelos envolvidos. Se por um lado, “...dada à falta de certezas, é compreensível que as pessoas continuem a manter a situação, pois, de certa forma, esperam que a pessoa desaparecida retorne algum dia.” (p.38), por outro lado, a ausência prolongada e indefinida do ente querido confirma diariamente a perda, gerando dor e tristeza. Os enlutados acabam estagnados, à espera de algo que pode nunca chegar e, segundo Boss (2001), “... não podem tomar decisões, não podem atuar, nem tampouco se libertar.” (p.65).

Outro pressuposto de nosso estudo está pautado nos achados de Alvarenga e Villaherrera (2004)². As autoras realizaram diversos grupos com famílias de pessoas desaparecidas em El Salvador e puderam constatar que as mulheres são socialmente educadas e cobradas a demonstrarem sentimentos de amor e devoção pelos filhos e, em contraposição, sentem-se extremamente culpadas se um filho desaparece. Na tentativa de recuperar o senso de onipotência materna, perdido no

³BOSS, P. *La perdida ambigua: cómo aprender a vivir con un duelo no terminado*. Barcelona: Gedisa. 2001. Todos os trechos desta obra, citados no presente estudo, foram traduzidos pela autora desta dissertação.

²ALVARENGA, G.H.; VILLAHERRERA, R.A.L. *Tejiendo nuestra identidad: intervención psicosocial em la problemática de la niñez desaparecida em El Salvador*. 1 ed. El Salvador: Asociación Pro-Búsqueda, 2004. Todos os trechos desta obra, citados no presente estudo, foram traduzidos pela autora desta dissertação.

dia em que a criança desapareceu, estas mulheres envolvem-se em uma busca desesperada por seus filhos, muitas vezes negligenciando suas próprias necessidades, as de seus familiares e amigos. As autoras concluíram que as incertezas e indefinições próprias à situação de desaparecimento podem comprometer o desempenho global destas mulheres, acarretar outras perdas (individuais, familiares, financeiras, sociais) e, conseqüentemente, dificultar ainda mais o processo de re-significação da perda vivida.

O desaparecimento, portanto, é um tipo de perda único, que traz implicações importantes para a saúde física e emocional dos envolvidos, em especial às mães. Como lidar com a dor, a angústia e o sofrimento diante do desaparecimento abrupto e indecifrável de um filho? Há elaboração possível quando a realidade daquele que não está presente é duvidosa? Como enlutar-se e, por outro lado, como não se enlutar?

No Capítulo 3, apresentaremos os objetivos desta pesquisa, seguidos da descrição da metodologia utilizada. Foram participantes deste estudo 11 mães de crianças desaparecidas, cadastradas no Programa S.O.S Crianças Desaparecidas da Fundação para Infância e Adolescência do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A coleta de dados foi realizada entre os meses de abril e setembro de 2007, e o tempo de desaparecimento foi de no mínimo 1 ano e meio e no máximo de 5 anos e 3 meses. Para melhor compreensão do leitor, faremos uma breve apresentação de cada caso (informações complementares estarão disponíveis no Anexo 1. *Tabela de participantes*).

Para avaliação dos dados obtidos, utilizamos o método de análise de conteúdo, agrupados em 4 categorias, descritas como: 1) *impacto do desaparecimento*; 2) *relacionamento com marido / companheiro / namorado / pai da criança*; 3) *relacionamento com outros filhos*; 4) *enfrentando o desaparecimento: facilitadores e complicadores*.

Finalmente, no Capítulo 4, apresentaremos algumas considerações finais, articulando os pressupostos iniciais e os resultados obtidos, além de propostas de novos trabalhos e projetos de intervenção que estejam, direta ou indiretamente, relacionados à população estudada.

Que comece, então, este nosso árduo, mas gratificante percurso! Não pretendo esgotar o tema em sua complexidade e extensão, mas acredito que, somente a partir deste pequeno passo proposto por esta investigação, poderemos dar início a uma longa e importante caminhada.

1

A Criança em Foco: História, Família e Desaparecimento

1.1

A criança e a família

Ao falarmos sobre desaparecimento, deparamo-nos com um fenômeno complexo, que envolve uma série de atores, em especial os familiares daquele(a) que está ausente. A perda de um membro do núcleo familiar - independentemente de ser temporária ou definitiva - gera uma desestruturação individual e grupal, e demandando dos integrantes remanescentes a redistribuição de papéis dentro da família e o restabelecimento do equilíbrio, de forma que o sistema possa retomar um nível satisfatório de funcionamento. Se a pessoa desaparecida for uma criança, vista como um ser extremamente frágil e dependente dos cuidados dos adultos, o impacto pode ser ainda mais avassalador sobre todos a sua volta, em especial nos pais. A perda de um filho (mesmo que incerta) rompe com a suposta previsibilidade do mundo e interrompe sonhos e aspirações do casal parental (Caselatto, 2002).

Estes apontamentos nos parecem óbvios, mas devemos contextualizar a criança na história, pois nunca esta esteve tão em destaque como nos dias de hoje. Como nos relata Ariès (1981), na Idade Média, a criança era considerada um adulto em escala reduzida. Em geral, após o nascimento, as crianças eram enviadas as amas, que os amamentavam e criavam até aproximadamente os cinco anos de idade. Logo apresentassem um grau de autonomia, eram inseridos no mundo adulto, participando de festas, reuniões e, também, do universo do trabalho. Aos sete anos, as crianças passavam a residir com outras famílias, onde aprendiam a realizar afazeres domésticos. Nesta época, este sistema de aprendizagem era muito valorizado, e destinava-se a todas as crianças, independente do nível sócio-econômico de sua família de origem, pois era a única forma de educar os pequenos para a vida adulta.

Nos dias de hoje, este comportamento distante dos pais que, por vezes, nem chegavam a morar com os filhos, nos causa estranhamento e até certo

desconforto. Porém, vale ressaltar que, até o século XVII, as taxas de mortalidade infantil eram altíssimas e não existiam métodos contraceptivos, o que podia ocasionar que um mesmo casal tivesse muitos filhos e perdesse a todos.

De acordo com os relatos históricos, além de mortes naturais por complicações no parto ou doenças para as quais não havia tratamentos, muitas crianças morriam em decorrência da falta de cuidados e melhores condições de vida. Badinter (1985) relata, por exemplo, que as crianças de famílias pobres eram transportadas em carroças para serem amamentadas e criadas pelas amas de leite. Neste trajeto, muitas caíam da caçamba e morriam na estrada. Em outros casos, por falta de higiene correta, os bebês adquiriam infecções e vinham a falecer. Em situações mais chocantes, alguns bebês eram devorados por animais das fazendas onde residiam. Nestes casos, era freqüente que os pais biológicos só tomassem conhecimento do falecimento do filho meses depois do ocorrido e, quando a criança tinha menos de cinco anos de idade, muitos progenitores sequer compareciam ao ritual de sepultamento. A autora afirma que estes dados são de extrema importância para entendermos a relação entre pais e filhos naquele período histórico.

A frieza dos pais, e da mãe em particular, serviria inconscientemente de couraça sentimental contra os grandes riscos de ver desaparecer o objeto de sua ternura. Em outras palavras: valia mais a pena não se apegar para não sofrer depois (...) se a mãe se apegasse intensamente a cada um de seus bebês, sem dúvida morreria de dor. (p.57)

Porém, no final do século XVII, surgem os primeiros sentimentos em relação à criança, denominados de *paparição*. Segundo Ariès (1981), a criança ingênua, gentil e graciosa passa a ser fonte de distração, diversão e relaxamento para os adultos, que não mais hesitam em admitir o prazer provocado por seus gestos, risos e brincadeiras, passando a dar mais atenção e carinho aos pequenos. Posteriormente, surge um segundo sentimento, definido pelo autor como o início da consciência da inocência e fragilidade das crianças. Este sentimento é estimulado, inicialmente, pelos eclesiásticos e teóricos da época, que passam a orientar os pais através de manuais sobre como proteger e, ao mesmo tempo, educar os filhos para a vida adulta. Através destas cartilhas educativas, os pais passam a envolver-se mais no processo de crescimento dos filhos, e a família toma um contorno mais definido, mais privado.

Ainda no século XVII, contribuindo para as mudanças na relação entre pais e filhos, são criados os primeiros externatos, nos quais as crianças assistiam às aulas durante o dia e retornavam para suas casas à noite. Estas escolas foram criadas com a finalidade de aproximar pais e filhos, que antes permaneciam afastados por longos períodos de tempo. O vestuário também sofreu importantes modificações nesta época, já que, até então, as crianças não possuíam indumentária própria, utilizando-se das mesmas roupas que os adultos. Por fim, com o advento da Medicina, novas preocupações são colocadas aos pais, em especial, sobre a necessidade de cuidados específicos com a higiene e a saúde física das crianças.

Todas estas transformações levaram ao que Ariès (1981) define como surgimento do conceito de infância. Entre o final do século XVIII e início do século XIX, consolida-se a imagem da criança como um indivíduo em especial fase de desenvolvimento, que por sua ingenuidade e fragilidade deve receber de seus pais e familiares todos os cuidados necessários para atingir satisfatoriamente a maturidade. Esta aproximação entre pais e filhos consagrou a família como núcleo central do desenvolvimento dos pequenos, e a noção de infância, inexistente anteriormente, coroa a criança como centro das atenções. A família passa, definitivamente, a se organizar em torno de seus descendentes.

O autor ainda aponta que, além da aproximação entre pais e filhos, surge também a preocupação com a privacidade (separação público-privado), que dá início a chamada família moderna. As casas, antes sem divisórias, passam a ser espaços distintos onde residem apenas os membros do mesmo clã. O núcleo familiar passa a ser valorizado pela sociedade e suas instituições, principalmente pela Igreja, determinante para a construção do perfil de família que ainda hoje conhecemos. A importância de convenções, como o casamento, é acompanhada por uma valorização ainda maior dos filhos, e é neste contexto que se começam a definir os papéis de cada membro dentro do sistema familiar. Quem é responsável por prover financeiramente a família? Quem cuida da casa e da prole?

A definição dos papéis familiares, portanto, também ocorreu de forma processual, assim como o surgimento do conceito de infância. Dentre as mudanças deste período histórico, destacamos as atribuições dadas às mulheres, as quais sofreram importantes transformações desde a Antiguidade, em especial em relação ao cuidado com os filhos. Como referido anteriormente, a taxa de

mortalidade infantil até o século XVII era elevada, e às mães eram recomendados sentimentos de frieza, distanciamento e indiferença para com os filhos.

Segundo Badinter (1985), as mulheres pertencentes às classes mais abastadas reproduziam apenas com o intuito de dar continuidade ao nome da família, ou seja: tinham uma função mais biológica do que afetiva. Seus interesses giravam em torno dos bailes, reuniões e demais eventos sociais. As mulheres de classes mais humildes dividiam com os homens as obrigações referentes à colheita e à criação dos animais, mas, assim como as mulheres da alta sociedade, também enviavam os filhos para a casa de outras famílias, distanciando-se do processo de crescimento e desenvolvimento da prole.

Já no início do século XVIII, com a criação dos externatos, as crianças passam a ficar mais tempo em casa na companhia das mães. Em seguida, ocorre a divulgação dos manuais de como educar os filhos, direcionados exclusivamente às mulheres, que passam a ser vistas, sobretudo, como esposas e mães, cabendo a elas os cuidados com o marido (que tinha como obrigação ser o provedor da casa) e com os filhos.

Portanto, as mulheres, que até o século XVIII eram orientadas a afastarem-se dos filhos, passam a ser estimuladas (e, por que não dizer, cobradas) a demonstrar sentimentos de amor e carinho pela prole, abdicando, muitas vezes, do lugar de mulher e, até mesmo, de esposa, para servir aos pequenos. Como descrito por Badinter (1985), “... a mulher se apaga em favor da boa mãe (...) seus deveres começam desde que ela engravida.” (p.150)

A este período de transformação do papel da mulher, a autora nomeou como “revolução das mentalidades” (p.103), cuja principal característica foi a imposição do amor materno como condição inata às mulheres, determinando que estas atendessem a todas as necessidades dos filhos. A sociedade passa a cobrar das mulheres posturas adequadas dentro do sistema familiar: além de devotada e fiel ao marido, deve alimentar, limpar, cuidar e educar os filhos; amá-los incondicionalmente; ter sentimentos puros e nobres; proporcionar acolhimento, abrigo e continência à cria; fazer sacrifícios; ser abnegada, misericordiosa e, por fim, o mais importante: os filhos, ao receberem estes cuidados, devem satisfazer-se totalmente nesta relação. Segundo Badinter (1985), a imagem da mãe onipotente e onipresente concede a mulher um novo status na sociedade, que lhe atribui um valor de importância imensurável para o bom funcionamento da

família. Porém, este novo status tem um alto preço: as imposições sociais determinam que, caso algo de mal aconteça à criança, será a mãe responsável por não protegê-la, e deverá carregar consigo sentimentos de culpa e fracasso pelo mau desempenho no exercício do papel parental.

Conseqüentemente, a relação entre mãe e filhos passa a ser idealizada como uma relação perfeita, e muitas são as expectativas depositadas sobre as mulheres. Se, por um lado, a mãe bem-sucedida era glorificada; as mulheres que "fracassassem" em sua função materna eram brutalmente desqualificadas. Ser mãe tornou-se o principal papel das mulheres e o cumprimento de suas obrigações deveria atender a todas as exigências da sociedade, ou melhor dizendo, não amar os filhos tornou-se um crime sem perdão. A mãe é terna ou não é considerada uma boa mãe (Badinter, 1985).

O papel da mulher como esposa e mãe abdicada perdurou durante anos, vindo a sofrer modificações importantes apenas na década de 1960, quando ocorreu a chamada revolução feminista. Este movimento libertário das mulheres foi marcado pelas mudanças na estrutura familiar e na divisão de papéis; pela ampliação do nível de escolaridade das mulheres; a inserção no mercado de trabalho e a luta pelo direito de igualdade nas relações de gênero, além dos avanços da Medicina possibilitando o prolongamento da vida e o uso de métodos contraceptivos (DIUs, pílula e esterilizações).

Todas estas reivindicações provocaram um intenso debate sobre o papel da mulher na família e na sociedade. Muitas conquistas foram alcançadas e a inserção da mulher em outras áreas da sociedade certamente lhe concedeu um novo status, somado à visível diminuição do número de filhos por casal após o surgimento dos métodos anticoncepcionais. No entanto, teriam as mulheres abdicado do papel de mãe? Caso tenham filhos, teriam as expectativas de onipresença e onipotência na relação com a prole sido superadas, inclusive pelas próprias mulheres?

Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha (Veja, 1998), os resultados foram conclusivos: embora as mulheres participem ativamente do mercado de trabalho (sendo, muitas destas, chefes de família), as obrigações como esposa e mãe permaneceram inalteradas, fazendo com que estas mulheres cumpram uma jornada tripla: emprego, afazeres domésticos e cuidados com os filhos.

Segundo os pesquisadores, as mulheres da atualidade são ainda mais valorizadas do que as mulheres de outras décadas, visto que 74% dos entrevistados apontaram a mãe como o membro mais importante da família. O estudo concluiu que "... a mãe conjuga afeto e autoridade. É quem conversa ou repreende os filhos, conforme a necessidade. Cuida da casa, mas também é provedora. Em resumo, ela joga em todas as posições. A mãe é tudo" (Veja, 1998, p.137).

Podemos perceber que, embora a autoridade e a autonomia femininas tenham aumentado, as expectativas e encargos também são maiores e mais rígidos para as mulheres. Prevalece a idéia de que a mãe deve ser perfeita, carinhosa e dedicada à família; deve saber administrar a casa, dialogar, mediar conflitos, e principalmente, ser responsável pelo bom desenvolvimento dos filhos. Conseqüentemente, continua a ser responsabilizada pelos considerados fracassos em sua maternagem.

Vê-se, portanto, que as representações sócio-historicamente construídas sobre o papel de mãe agregam uma série de expectativas, que têm se tornado cada vez mais onerosas para as mulheres. Frente a estes apontamentos, perguntamos: quando uma criança morre, poderia ser uma mãe responsabilizada por isto? E se, o invés da morte, a perda se der pelo desaparecimento deste filho, poderia esta mãe ser considerada negligente, omissa ou irresponsável pelos demais membros da sociedade?

Estudos com mães enlutadas nos fornecem algumas pistas sobre a reação da sociedade frente à morte de uma criança. De acordo com Caselatto e Motta (2002), é comum que os pais, especialmente as mães, se questionem sobre sua contribuição na morte do filho. O sentimento de culpa é intenso e está diretamente relacionado às representações sociais sobre o papel materno de cuidado, proteção e manutenção da integridade física de sua prole, e como apontam as autoras: "...a mãe que perde o filho (...) se vê cobrada em seu contexto social, como se tivesse falhado em sua função materna de proteger o filho" (p.101). Ainda segundo as autoras, alguns mitos acerca dos pais - como a crença de que estes deveriam ser capazes de administrar completamente a vida dos filhos, proporcionando-lhes total bem-estar físico e emocional - podem aumentar, ainda mais, os sentimentos de culpa e impotência diante da perda.

Quando um filho morre, as reações dos pais também devem estar de acordo com as expectativas sociais estabelecidas; muitas destas baseadas em crenças como “...todos os pais enlutados reagem da mesma forma, o luto dos pais diminui com o tempo de forma constante (...) o enlutado deveria sentir-se melhor porque outras pessoas amadas ainda estão vivas.” (Caselatto e Motta, 2002, p.110). Caso os pais não se expressem da forma esperada, o entorno social pode tornar-se julgador e levar o casal e família enlutados a um maior nível de desorganização.

No caso de crianças desaparecidas, alguns fatores podem ser ainda mais desestruturadores. Autores como Kordon e Edelman (1987), Boss (2001) e Alvarenga e Villaherrera (2004) apontam que a culpa é o sentimento mais arrebatador para as mães. Os autores constataram que este sentimento está associado ao fato da perda ser incerta, abrupta e inesperada, mas, principalmente, por estas mulheres sentirem-se julgadas pela sociedade como incapazes de cuidar do filho. Alvarenga e Villaherrera (2004) afirmam ainda que:

...as condições do luto que enfrentam as famílias com pessoas desaparecidas não são normais, estão sujeitas a situações extremas onde sobreviver é o primeiro mandamento (...) O luto das famílias vítimas de um desaparecimento possui características muito específicas (...) os familiares da pessoa desaparecida enfrentam o desconhecimento de seu paradeiro e, além disso, a negação social desta perda. (p.169)

Franco (2002) adverte que, em casos nos quais a perda não é reconhecida socialmente, ou quando as expectativas de como o enlutado deve portar-se são muito rígidas, o processo de elaboração da perda torna-se oneroso, podendo até mesmo impedir que o sujeito se reestruture adequadamente e possa re-significar a relação com o objeto de amor perdido.

Se a pessoa enlutada receber pouco ou nenhum reconhecimento social para sua dor, poderá temer que seus pensamentos e sentimentos sejam anormais (...) a rede de apoio (...) dá a continência à necessidade do enlutado de expressar sua dor e se reorganizar diante da realidade da perda. Se essa rede for inexistente ou se suas regras forem impostas, desconsiderando as necessidades dos enlutados, poderá ter um efeito contrário, muito mais prejudicial do que suportivo. (p.27)

Outra contribuição nos é dada por Riches e Dawson (1996) que, em estudo com pais de crianças desaparecidas, constataram outro fator complicador: os progenitores sentem-se estigmatizados em seu meio social por suscitarem

sentimentos como pena, embaraço e vergonha, além de sentirem-se julgados como culpados por não terem cumprido o papel socialmente atribuído a eles.

Como vimos, os papéis socialmente atribuídos a pais e, principalmente, às mães são construções históricas que ainda hoje permeiam as relações humanas, determinando comportamentos e atitudes dos atores envolvidos. A criança, centro da família, continua a ser vista como aquela que deve ser protegida de todos os males, e a responsável por garantir sua segurança, em primeira instância, ainda é a genitora.

Podemos concluir que a morte de crianças não é um fato novo na sociedade pois, como vimos, até o século XVII, a taxa de mortalidade infantil era muito elevada. No entanto, a relação entre mães e filhos era diferente, levando-nos a crer que hoje, apesar destes índices serem inferiores, o lugar ocupado pela criança e as atribuições sociais dadas às mães intensifiquem as reações vivenciadas pela mulher quando da perda de um filho.

Mas e quanto aos desaparecimentos? Como este fenômeno surgiu? Existem relatos de desaparecimento de crianças em outras épocas de nossa História? Façamos uma breve retomada do surgimento da categoria “desaparecido” e, posteriormente, apresentaremos alguns dados importantes para compreensão deste fenômeno na atualidade.

1.2

A criança e o desaparecimento

Historicamente, o desaparecimento de pessoas é um fenômeno relativamente recente, datando aproximadamente de 1920, quando diversos países se recompunham após a 1ª Guerra Mundial. Muitos soldados, pilotos e demais combatentes desapareceram em meio ao conflito armado, e suas famílias nunca tiveram a confirmação de suas mortes.

Assim se deu novamente durante a 2ª Guerra Mundial, na década de 40, quando milhares de homens sumiram em meio aos campos de batalha, e seus familiares, ansiosos por notícias, aguardaram a volta de seus amados filhos, maridos e irmãos. Relatos apontam que algumas famílias receberam cartas e pertences dos parentes desaparecidos das mãos de outros oficiais do Exército; em outros casos, receberam apenas cartas de notificação da morte do ente querido.

Enlutaram-se por eles; porém, muitos nunca puderam velar e enterrar seus mortos (Cabral e Lapa, 1979).

Já nas décadas de 1960-70, diversos países da América Latina - em especial Brasil, Chile e Argentina - passaram por um regime governamental rigoroso: a chamada Ditadura Militar. A repressão era intensa, e todos os indivíduos considerados contrários ao regime eram vistos como subversivos e deveriam ser repreendidos.

As punições para estes casos, em geral, eram seqüestro seguido de tortura, extradição e/ou assassinato dos acusados. Assim como nos casos relatados da 2ª Guerra Mundial, Cabral e Lapa (1979) nos contam que:

O drama dos familiares é indescritível. Algumas receberam lembranças dos filhos, como anel debaixo da porta, telefonemas, bilhetes. Quase tudo a indicar que o desaparecimento seria definitivo. Em alguns casos também surgiam esperanças vagas, com indicações de lugares próximos ou distantes (...) muita angústia, muita lágrima, mas também muita fé e solidariedade. (p.33)

Porém, diferentemente da 1ª e 2ª Guerras Mundiais, nos países tomados pelo regime militar, embora o número de desaparecidos adultos do sexo masculino fosse maior, muitas mulheres e crianças também foram retiradas de suas famílias. Segundo Cabral e Lapa (1979), todos os regimes (brasileiro, argentino, chileno) elaboraram estratégias para a subtração destes homens, mulheres e crianças de seus lares, para a manutenção destes em campos de tortura e, em caso de assassinato, para a “desova” dos corpos em locais desconhecidos.

As torturas, as mortes e os desaparecimentos não são produto de agentes isolados da repressão. O regime organizou-se: recrutou e adestrou agentes, criou repartições, destinou verbas, imaginou aparelhos e instrumentos, fiscalizou a perfeita execução dos serviços, premiou seus mais eficientes executores. (p.20)

Na Argentina, por exemplo, estima-se que aproximadamente 30.000 pessoas desapareceram entre os anos de 1973 e 1986 (Catela, 2001), o que nos leva a crer que, ainda hoje, toda e qualquer família argentina tenha um familiar, próximo ou distante, desaparecido. Muitos são os relatos de jovens universitários que se reuniam para discutir os abusos da Ditadura e eram seqüestrados, por vezes diante de seus familiares, e depois torturados e mortos. Segundo a autora, muitas mulheres grávidas e crianças também foram seqüestradas, e acredita-se que alguns

destes menores tenham sobrevivido, sendo posteriormente “adotados” por militares.

Em protestos, milhares de argentinos se manifestavam em busca de justiça. Ainda durante a Ditadura, muitas mulheres (mães, esposas e irmãs) uniram-se na tentativa de localizar seus entes queridos. Estas - em sua maioria, mães de desaparecidos políticos - foram então chamadas “*As Locas de Mayo*”, por se reunirem em frente à sede do governo argentino, localizada na Praça de Maio, em Buenos Aires.

As Mães da Praça de Maio, como ficaram conhecidas, tornaram-se cada vez mais numerosas, e hoje, 30 anos após o final da Ditadura, ainda permanecem atuantes, esperando uma resposta dos representantes do Estado sobre a verdade por trás dos casos destes desaparecimentos: foram torturados? Mortos? Onde estão seus corpos? O grande pedido ainda é: deixem-nos ter nossos amados, vivos ou mortos.

Os casos de desaparecimentos no Brasil não foram diferentes, embora a mobilização popular tenha sido significativamente menor do que em outros países. A maioria dos casos de seqüestro (chamados de “desaparecimentos” pelos militares) ocorreu durante o Governo Médici (a partir de 1964) mas, na época, muito pouco foi publicado sobre o assunto, já que a repressão se estendia fortemente aos meios de comunicação. Destes anos de Ditadura Militar, alguns casos tornaram-se bastante conhecidos, como o de Stuart Angel, filho da estilista Zuzu Angel, que, segundo relato de Cabral e Lapa (1979), teria sido agarrado por oficiais militares, colocado na mala de um carro e levado para um centro de torturas, nunca mais sendo visto com vida. Seu corpo nunca foi encontrado; os militares jamais admitiram seu assassinato e sua mãe, em uma busca desesperada para encontrá-lo, também teria sido vítima da violência da Ditadura – em um suposto acidente de carro, Zuzu morre, sem nunca descobrir o paradeiro de seu filho.

A partir deste momento histórico-político do país, criou-se a figura jurídica do desaparecido, até então inexistente em nosso código civil. Como resolver as questões de divisão de bens de uma pessoa que não se sabe viva ou morta? Os filhos, a esposa e/ou os pais têm direito à pensão do Estado de alguém que pode estar vivo, mas que está ausente e, desta forma, não está cumprindo sua função de provedor da família? Estas questões deram início a um processo que, ainda hoje,

muito inquieta nossos governantes e legisladores, pois trata-se de um tema complexo e que faz emergir as diversas falhas do Estado no cumprimento das obrigações relativas à proteção à pessoa e aos direitos humanos.

Retomemos o que já foi posto até agora: nas décadas de 1960 e 1970, o desaparecimento estava relacionado diretamente ao regime militar que vigorava nos países da América Latina. No Brasil, porém, mesmo com o fim da Ditadura e início do regime democrático, o desaparecimento de pessoas não se extinguiu em absoluto e, mais assustadoramente, vem aumentando significativamente nas últimas duas décadas. A que podemos atribuir este crescimento? Além disso, teria a população conhecimento deste dado?

1.3

Desaparecimento e mídia

Como dito anteriormente, a relação entre desaparecidos e mídia durante os anos de Ditadura foi inexistente, pois a imprensa era fortemente vigiada pelos militares e as notícias veiculadas eram selecionadas previamente pelos que estavam no poder. Não existia o conceito de liberdade de imprensa. Porém, com o fim do regime, os meios de comunicação passam a ser de suma importância para o desenvolvimento do país, fornecendo à população em geral informações sobre os acontecimentos do mundo.

O que leva, então, a desinformação por parte da população sobre a realidade dos desaparecidos, a qual assola milhares de brasileiros todos os dias? As reportagens sobre pessoas desaparecidas - como entrevistas com familiares ou profissionais que investigam este tipo de ocorrência - ainda são escassas. Podemos crer que o tema não seja temido apenas por nossos governantes e legisladores (já que remetem a história política do país e seus abusos), mas também causa desconforto e impotência a todos em nossa sociedade.

Em nossa investigação, deparamo-nos com alguns casos (embora poucos, se comparados aos números de desaparecimentos no país) receberam atenção especial da mídia - em especial da mídia televisiva - permitindo que esta triste realidade se tornasse conhecida pela população em geral. Obras de ficção ou reportagens reais, todos apresentam um ponto comum: o drama de milhares de pessoas que aguardam informações de seus familiares desaparecidos.

Um dos primeiros casos a ser divulgado pela mídia chocou o país: o menino Carlos Ramires, o Carlinhos, desaparecido em 1973, aos 8 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro. Apesar dos esforços de sua família e dos órgãos envolvidos, o menino nunca foi localizado (Martins, 2005).

Também destaca-se o caso de Guilherme Caramês, desaparecido em 1991, aos 8 anos e meio de idade, quando andava de bicicleta em frente a sua casa, em Curitiba. Os pais de Guilherme, um casal de classe média da sociedade curitibana, divulgaram amplamente fotos do filho único, foto esta que se tornou obrigatória nos cartazes de crianças desaparecidas por ser um dos casos mais antigos ainda não solucionados. Atualmente, Arlete Caramês, mãe de Guilherme, é presidente do Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná (CRIDESP, 2006) que ajuda famílias de desaparecidos através da divulgação de fotos de crianças e adolescentes de todo o país, fornece informações sobre cuidados com os filhos em locais públicos e orientações aos pais sobre como proceder em caso de desaparecimento.

O tema dos desaparecidos também foi abordado em obras de ficção. Em 1996, a Rede Globo exibiu a novela “*Explode Coração*”, de Glória Perez, na qual uma das personagens tinha um filho desaparecido. Durante os capítulos, muitas mães foram filmadas nas escadarias da Catedral da Sé, em São Paulo, segurando cartazes com fotos de seus filhos, em mais um espaço cedido pela mídia. Mais recentemente, outra novela abordou o tema: a Rede Record exibiu em 2007 o folhetim “*Prova de Amor*”, no qual a protagonista se une a outras mães de crianças desaparecidas na busca por seu filho. Estas duas telenovelas, embora ficções, procuraram mostrar ao público, através de imagens reais, o sofrimento e a luta diária de tantas mulheres em busca de seus entes queridos.

Outro caso de muito destaque na imprensa foi o de Osvaldo Borges Júnior ou, como ficou conhecido, o adolescente Pedrinho, seqüestrado recém-nascido de uma maternidade em Brasília por Wilma Martins Costa. Após denúncia de uma familiar de Wilma ao S.O.S Desaparecidos do Distrito Federal, Pedrinho, já com 16 anos de idade, foi localizado por seus pais biológicos, dos quais o adolescente não tinha nenhum conhecimento. Atualmente, Pedrinho reside com eles, mas foi preciso um período intenso de adaptação a esta “nova” família (Silva Jr., 2003).

Em exemplo recente, jornais e revistas do mundo inteiro (inclusive do Brasil) divulgam, quase que diariamente, informações sobre o desaparecimento da

pequena Madeleine McCann, de 4 anos. A suspeita inicial foi de que a menina inglesa, que dormia com seus irmãos enquanto os pais jantavam em um restaurante, tivesse sido seqüestrada de dentro do quarto do hotel em Portugal. Especulou-se que a menina tivesse sido levada por um homem envolvido em uma quadrilha de pedofilia na Europa. Mais recentemente, surgiu a suspeita do possível envolvimento dos pais no desaparecimento da menina, mas nenhuma informação foi confirmada. O caso causou comoção mundial: uma menina de 4 anos, bonita, de classe média, loira de olhos claros, indefesa. Muitas celebridades ofereceram do próprio dinheiro a quem fornecesse informações sobre a menina. Seus pais foram recebidos até pelo papa Bento XVI, que abençoou a foto de Madeleine. O caso foi tão impactante que mereceu uma reportagem inteira no Brasil, apresentada no programa jornalístico Fantástico⁴, no dia 03 de junho de 2007, dia em que completava um mês do desaparecimento da menina. Mas e as crianças brasileiras? Não devemos investir mais em divulgação das crianças e adolescentes que desaparecem todos os dias em nosso país?

Mais recentemente, com o aumento do número de casos de desaparecimentos, torna-se inevitável que a preocupação, em especial no caso de desaparecimento de crianças, atinja uma parcela significativa da população, inclusive os meios de comunicação, que passam a ser cobrados pelas famílias e, principalmente pelos órgãos de Defesa dos Direitos das Crianças, a se pronunciarem. Isto acarretou em um aumento gradativo do número de reportagens e denúncias de casos de desaparecimento divulgados na mídia. Vejamos mais alguns exemplos.

No dia 14/07/2006, foi exibido pela Rede Globo o programa jornalístico Globo Repórter, que recebera o título “*Desaparecidos*”⁵. O programa apresentou de forma clara e bastante realística, através de relatos e imagens, o dia-a-dia das famílias que procuram por um ente desaparecido, além de flagrar condutas inadequadas de profissionais envolvidos, que podem – e, sem dúvida alguma, devem – auxiliar na busca dos mesmos.

⁴ Estes dados foram apresentados no programa jornalístico Fantástico, na matéria intitulada *Parentes desaparecidos levam famílias ao desespero*, exibida em 03 jun.2007.

⁵ Programa Globo Repórter intitulado *Desaparecidos*, exibido no dia 14 jul. 2006. Todas as informações e falas utilizadas no presente estudo e outras informações estão disponíveis acessando o link <<http://globoreporter.globo.com/Globoreporter/0,19125,VNQ0-2698-10974-2-0,00.html>>

O programa, filmado na cidade de São Paulo, apresenta dados alarmantes, mas bastante próximos da realidade de outras grandes cidades brasileiras como o Rio de Janeiro. Segundo o responsável pela Delegacia de Pessoas Desaparecidas, em média, são registrados 50 novos casos de desaparecimentos todos os dias na cidade. Dentre estes, 90% a 95% retornam as suas casas após dias ou semanas, pois, segundo o delegado, tratam-se de fugas voluntárias, em especial nos casos de homens jovens. Porém, 5% a 10% dos casos permanecem não resolvidos (temporária ou definitivamente).

Um dos casos relatados coloca questões relevantes sobre o tema: Raimunda, 73 anos, estava desaparecida desde 2002. A família só recebera notícias de seu paradeiro em abril de 2006, quatro anos após seu desaparecimento.

Raimunda fora recolhida das ruas três meses após o desaparecimento e, desde então, estava internada em um hospital psiquiátrico na cidade de São Paulo. É possível perceber, a partir das falas de Dirce, filha de Raimunda, a descrença e o sofrimento diante do desaparecimento da mãe: *“No fundo eu perdi as esperanças. Quando passou um ano, praticamente desisti.”* (Rede Globo, 2006).

Porém, o mais impressionante neste caso – e este fato irá se repetir mais adiante, como será explicitado – é o desconhecimento (ou seria descaso?) dos profissionais deste hospital acerca da legislação sobre pessoas desaparecidas. Segundo a Lei 11259, artigo 208, parágrafo 2 (Brasil, 2005), todos os hospitais, abrigos, casas de saúde e demais estabelecimentos devem informar à polícia, dentro de 12 horas, a entrada de qualquer pessoa que não possua algum tipo de identificação. Também está previsto por lei a notificação de portos, aeroportos, empresas de transporte e Polícia Rodoviária, que devem receber a informação e a fotografia de todos os desaparecidos registrados nos órgãos especializados.

Este caso explicita a importância do cumprimento da lei. Se a entrada de Raimunda tivesse sido notificada no momento de sua internação, sua família poderia ter sido poupada de anos de muito sofrimento e angústia.

Ainda neste programa jornalístico, foram exibidos dois casos de desaparecimento de crianças. Segue brevemente o resumo destes dois casos.

- *Caso Kelly e Greice*

As irmãs Kelly (11 anos) e Greice (10 anos) desapareceram no dia 16 de abril de 2006, segundo relato filmado de sua mãe, Angelina. As meninas costumavam ajudar a mãe a vender balas em frente a uma estação de metrô. Neste dia, foram até a padaria e não foram mais vistas.

Em um primeiro momento, Angelina dirige-se a um Conselho Tutelar, onde é informada de que não seria possível notificar o desaparecimento de suas filhas – mais uma vez, vemos a falta de comunicação entre os órgãos de proteção à criança e ao adolescente e as autoridades policiais. Somente após 27 dias, Angelina recebe a informação de que suas filhas poderiam estar em um Centro de Referência da Criança e do Adolescente na Zona Leste da cidade. Ao chegar ao local, a grata surpresa de que Greice e Kelly estavam no abrigo. Chama a atenção, no entanto, o fato de terem sido acolhidas apenas um dia após ao desaparecimento.

Por que a Delegacia de Pessoas Desaparecidas não foi notificada? A justificativa dada pela coordenadora do abrigo aponta mais uma vez a falha na comunicação entre os agentes envolvidos:

“As crianças desapareceram no dia 16 de Abril e chegaram aqui no dia 17, e chegaram pela polícia, dizendo que estavam em situação de rua, de farol, que elas vendem doce e que a mãe as obrigava (...) passamos as informações ao Conselho Tutelar na região onde elas moram, pra eles fazerem a investigação.”

Já o conselheiro tutelar responsável pelo caso responde: *“Nós fomos procurar essa residência, mas não encontramos.”*. A repórter questiona esta informação, já que a residência de Angelina fica em uma rua facilmente encontrada no Guia de Ruas de São Paulo; porém, a alegação continua a mesma.

Podemos mais uma vez pensar no descaso e no desentrosamento entre os órgãos competentes que, ao invés de criar e fortalecer laços na busca de pessoas desaparecidas, ficam, ao contrário, tentando se isentar da responsabilidade pelo fato destas duas crianças terem permanecido desaparecidas durante quase um mês.

Felizmente, este caso terminou solucionado, mas nem sempre isto acontece.

- *Caso Stephany*

Stephany desapareceu no dia 17 de agosto de 2002 aos 6 anos. A menina estava acompanhada da tia na casa de uma vizinha e pediu para ir até a casa de uma colega para chamá-la para brincar; nunca mais foi vista. Segundo relato dos vizinhos, Stephany foi vista pela última vez descendo a rua de sua casa acompanhada de uma mulher mas, como a menina não mostrava nenhuma resistência, todos acharam que se tratava de uma pessoa conhecida. Em fala de Zeni, mãe de Stephany, podemos perceber a carga de sofrimento decorrente do desaparecimento de sua filha, uma ferida claramente aberta:

“Eu acho que, talvez, se minha filha tivesse morrido, a dor era até menor. Porque você sabe que está em algum lugar. Assim você pensa: será que está agasalhada? Será que já comeu? (...) agora falta tudo. No começo, quando ela desapareceu, no primeiro ano, eu ainda fui no shopping. Comprei esse vestidinho (...) ai eu pensei: se ela chegar, tem um vestidinho novo, né? (...) Às vezes bate aquela saudade, aquela tristeza, mas eu falo: ‘Ai meu Deus, a minha filha tem que estar bem, um dia ela vai chegar nesse portão e vai entrar e vai estar tudo bem’. Mas às vezes eu acho que ela está longe, sabe, longe de mim. Longe, parece que eu não vou alcançar ela. Às vezes eu tenho essa impressão, que eu vou ficar assim, com essa lembrança, sabe?”

Infelizmente, muitos casos como os de Stephany permanecem sem solução. Outros, infelizmente, terminam de forma trágica. Este foi o caso da adolescente Isabela Raimundo de Faria, de 14 anos, desaparecida em maio de 2007 após ter saído de casa para ir ao curso de inglês. A adolescente foi encontrada morta, poucas semanas depois, com a garganta cortada e o corpo mutilado. O caso continua sendo investigado, mas a polícia ainda não tem provas que levem a prisão dos suspeitos.

Casos como estes geram indignação e tristeza em todos, em especial, nas famílias de pessoas desaparecidas, que sentem que a adolescente podia ser sua familiar. E, de fato, muitas famílias vivem este drama diariamente: o Brasil é considerado um dos países com maior índice de desaparecimentos em todo mundo. Por que tantos casos ficam sem solução? Seria despreparo dos profissionais atuantes nos órgãos de proteção à pessoa? Faltam recursos em nossas delegacias, conselhos tutelares, portos, aeroportos, hospitais? Vejamos, sob esta perspectiva, como outros países se mobilizam frente a estes casos.

Países como Estados Unidos e Canadá possuem diversos órgãos voltados para a localização de crianças desaparecidas, tais como o National Center for Missing & Exploited Children e o National Missing Children Services (NMCS). No Canadá, o NMCS trabalha em parceria com o governo e a polícia local nas fases de investigação, divulgação de fotos e pesquisa sobre as causas dos desaparecimentos, além de oferecer suporte psicológico às famílias que vivem esta situação (Gattás et. al, 2005).

Nos Estados Unidos, foi criado o Alerta Amber, acionado todas as vezes que uma criança desaparece. O sistema de segurança é uma homenagem a Amber Hagerman, seqüestrada e morta em 1996, aos 9 anos de idade. A menina estava andando de bicicleta quando um vizinho ouviu um grito. Ele correu e viu um homem desconhecido puxá-la, jogá-la no banco da frente de seu caminhão e ir embora. Quatro dias depois, o corpo de Amber foi encontrado boiando em um riacho a 6 quilômetros de sua casa, com a garganta cortada. Seu seqüestro e assassinato nunca foram esclarecidos. (Moraes, 2005).

Outro dado importante: os Estados Unidos possuem cerca de 1.250.000 endereços na Internet destinados a crianças e adolescentes desaparecidos, enquanto que, no Brasil, esse número é de apenas 14.600. Muitos somente divulgam fotos; outros ensinam medidas preventivas, e, infelizmente, apenas 50 endereços são de organizações não-governamentais que oferecem todo o tipo de apoio aos pais que tenham filhos nesta situação (Gattás et al., 2005).

Atualmente no Brasil, os dados da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República indicam que 20 mil crianças e adolescentes desaparecem por ano no país. Estes números alarmantes levaram o governo federal a formar, em 2002, a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (REDESAP), através da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que engloba delegacias e serviços de todos os estados da federação para auxiliar na busca e divulgação dos desaparecidos (Brasil, 2007).

O problema é que, embora o Ministério da Justiça já possua um cadastro, apenas pessoas desaparecidas há mais de 30 dias são incluídas no sistema, o que vai de encontro a já citada Lei 11259, em vigor desde janeiro de 2006, a qual determina no artigo 208, parágrafo 2 (Brasil, 2005):

A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada imediatamente após notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido.

Como pode a busca ser iniciada imediatamente após o registro de ocorrência e o caso só ser inserido no cadastro após 30 dias do desaparecimento? Por esta razão, a senadora Roseana Sarney (PMDB – MA) propôs a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, aprovado no dia 21 de março de 2007 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). O sistema será constituído por serviços estaduais de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos (Moraes, 2005).

Estes serviços manterão atualizados os cadastros estaduais e deverão conter todo tipo de informação relevante para a identificação da criança, tal como nome, data de nascimento, nacionalidade, residência, fotografia recente (ou envelhecida digitalmente, se necessário), local onde foi avistada pela última vez e instituições pelas quais eventualmente tenha passado. Os órgãos responsáveis também deverão funcionar 24 horas por dia, disponibilizando um número telefônico gratuito para receber informações e denúncias que auxiliem na busca dos menores desaparecidos.

Vemos também que, em decorrência das deficiências dos órgãos governamentais, ONGs e demais instituições filantrópicas como as “Mães da Sé” e o Projeto “Caminho de Volta” em São Paulo; e as “Mães de Acari”, no Rio de Janeiro, criaram um cadastro próprio para auxiliar na busca por pessoas desaparecidas.

Infelizmente, apesar destas medidas, em 2005, no estado de São Paulo, 8.167 crianças e adolescentes desapareceram, sendo que 10% a 15% não foram encontrados. No Rio de Janeiro, os números de casos notificados é inferior ao apresentado acima, totalizando cerca de 3.400 crianças e adolescentes; porém, em reportagem publicada no dia 06 de setembro de 2007 pelo jornal inglês *The Guardian*, a capital carioca é conhecida mundialmente como a "cidade dos desaparecidos", em decorrência do alto número de pessoas desaparecidas nunca localizadas pelos serviços de segurança locais. Segundo Phillips (2007), autor do artigo, desde o início da contabilização dos desaparecidos pela polícia em 1993,

10 mil pessoas sumiram sem deixar vestígios no estado. O jornal afirma ainda que os casos insolúveis são, em sua maioria, de famílias de baixa renda e a causa principal destes é a violência na cidade. Vejamos então, mais detalhadamente, a realidade dos desaparecimentos no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro.

1.4

O desaparecimento de crianças no Rio de Janeiro

Segundo pesquisa realizada em 1999, em uma parceria entre Ministério da Justiça e a ONG Movimento Nacional de Direitos Humanos, o número anual de desaparecimentos no Brasil chega a 200.000. Destes, estima-se que aproximadamente 10.000 sejam crianças e adolescentes.

Ainda que, segundo o Ministério da Justiça (Brasil, 2005), a maioria dos casos seja solucionada rapidamente, existe um percentual significativo - entre 10% e 15% - de crianças e adolescentes que permanecem desaparecidos por longos períodos de tempo e, às vezes, jamais são reencontrados.

Vale ressaltar, no entanto, que estes dados estatísticos baseiam-se no número de ocorrências registradas nas delegacias estaduais, o que pode encobrir um número muito maior de crianças e adolescentes desaparecidos (Brasil, 2005). A falta de informatização e de políticas de comunicação entre as polícias municipais, estaduais e federais impossibilita a apuração precisa do número real de desaparecimentos no país, quais as principais causas e o perfil dos desaparecidos.

Atualmente, o Ministério da Justiça (Brasil, 2007) trabalha com algumas categorias para determinar as causas dos desaparecimentos, as quais auxiliam no mapeamento dos casos cadastrados. São elas:

- 1) Fuga do lar / conflitos familiares: situações em que a criança ou adolescente sai voluntariamente de casa devido a problemas de convivência familiar, tais como: situações de violência doméstica (abuso físico, psicológico e/ou sexual); drogadição; conflitos de autoridade; rigidez excessiva na criação; hostilidade entre os membros da família; inaptações à presença de

padrasto/madrasta; sentimentos de rejeição; ameaça; medo; expulsão do lar pelos responsáveis; dentre outras, as quais acontecem isolada ou cumulativamente.

2) Subtração de incapaz: situações de desacordo entre pai e mãe sobre a guarda da criança ou adolescente quando há separação do casal. Nestes casos, o(a) genitor(a) que não detém a guarda leva a criança sem o consentimento do guardião legal para local desconhecido.

3) Perda por descuido e/ou desorientação: situações nas quais a criança ou adolescente é "perdido" devido ao descuido momentâneo de seus cuidadores (como em situações de passeio, viagem, excursão, etc). Também incluem casos de crianças e adolescentes com problemas mentais que se perdem ao sair de sua residência.

4) Situação de abandono / "situações de rua": situações nas quais a criança ou adolescente apresenta-se continuamente negligenciado e, muitas vezes, já aderiu a grupos de outras crianças e adolescentes que circulam pelas ruas e/ou possuem vivência de institucionalização em abrigos.

5) Rapto consensual / "fuga com namorado(a)": situações onde há o convencimento da criança ou adolescente a seguir uma pessoa adulta pela qual teria sido seduzido(a).

6) Vítima de acidente, intempérie, calamidade: situações nas quais crianças e adolescentes desaparecem em meio a tempestades, enchentes, desabamentos, acidentes de trânsito, entre outros.

7) Tráfico para fins de exploração sexual: situações nas quais crianças ou adolescentes abandonam suas famílias, geralmente mudando de cidade ou de país, atraídas por falsas propostas de trabalho e ganhos financeiros, e acabam sexualmente exploradas, por vezes submetidas a cárcere privado e sob ameaça para não denunciar ou abandonar o explorador.

8) Fuga de instituição: situações de crianças ou adolescentes institucionalizados que fogem do local onde residiam e estão com paradeiro ignorado.

9) Seqüestro: situações nas quais crianças ou adolescentes são retirados involuntariamente de sua família. Compreende desde a forma mais comum - prática de extorsão - até o seqüestro com fins religiosos (sacrifícios), sexuais (abuso) e/ou por vingança.

10) Suspeita de homicídio e extermínio: situações nas quais frente à descrição das circunstâncias do desaparecimento, há fortes indícios de crime contra a vida, ameaça de rivais, conflitos entre gangues e traficantes de drogas, apreensões irregulares por policiais, entre outros.

11) Outros tipos: quaisquer outras situações que não se enquadrem nos itens anteriores.

12) Não identificado: situações nas quais não há pistas sobre o desaparecimento, nem uma hipótese plausível levantada pelos responsáveis.

Em relação aos procedimentos legais que envolvem um desaparecimento, as orientações são as mesmas para casos de crianças, adolescentes e adultos. Quando a família e/ou amigos constatarem o desaparecimento de uma pessoa querida, a primeira providência a ser tomada é a realização de um Boletim de Ocorrência, o qual pode ser feito em qualquer Delegacia e, até mesmo, pela Internet. A busca pelas autoridades policiais deve ser imediata, assim como devem ser acionados os demais órgãos correlacionados - o procedimento de busca de crianças e adolescentes e desaparecidos, assim como de adultos, nunca teve que esperar 24 ou 48 horas para ser iniciado; no entanto, esta prática era comum entre as autoridades (Moraes, 2005).

Além dos trâmites relacionados à busca de pessoas desaparecidas, é importante que as famílias tomem conhecimento das questões legais envolvidas nestes casos. Há, por exemplo, questões relativas a estado civil, em casos de desaparecimento de adulto casado. Segundo a lei vigente, o cônjuge permanecerá com estado civil indefinido até que seja declarada judicialmente a morte presumida do ausente, e então, 10 anos após a data do desaparecimento, este adquirirá o status de viúvo(a). No entanto, após um ano da data do desaparecimento, já é possível a abertura de pedido de separação judicial.

A lei também versa sobre as questões de patrimônio. Os bens materiais que porventura forem adquiridos por uma pessoa que venha a desaparecer serão destinados a seus herdeiros (ascendentes ou descendentes) após a realização da declaração judicial de ausência, a qual determinará o nome de um curador e, posteriormente, abrir-se-á uma ação de sucessão provisória. Para requerimento de sucessão definitiva, como nos casos de divórcio, 10 anos devem transcorrer. No caso de retorno da pessoa desaparecida, esta somente poderá reaver os bens caso fique provado judicialmente que sua ausência foi involuntária.

No caso de crianças, os procedimentos legais também vigoram (como o pedido de declaração de ausência judicial e, posteriormente, de morte presumida). Somente com estes documentos as famílias de pessoas desaparecidas estarão protegidas pelo Estado na garantia de seus direitos.

Em relação à rede de atendimento às famílias de pessoas desaparecidas, poucos são os estabelecimentos preparados para atender esta população. No Rio de Janeiro, local onde este estudo foi realizado, não existe atualmente um serviço de assistência social ou psicológica aos familiares, e muitos queixam-se do atendimento precário nas delegacias e demais órgãos de investigação. Muitos familiares, ao procurarem as autoridades responsáveis, deparam-se com as irregularidades de nosso sistema, como a orientação dada pelos policiais de que a busca só pode ser iniciada 48 horas após o desaparecimento. A falta de informação nas instituições responsáveis por este tipo de busca e a morosidade nas delegacias também faz com que, muitas vezes, as famílias busquem auxílio em Conselhos Tutelares, Juizados de Menores ou, até mesmo, em postos de saúde.

Dentre as instituições cadastradas para auxiliar as famílias de crianças e adolescentes desaparecidos no Rio de Janeiro, podemos citar a Fundação para Infância e Adolescência (FIA), que possui desde 1997 o S.O.S. Crianças Desaparecidas, serviço de localização e identificação de crianças e adolescentes até 18 anos (e até 21 anos, no caso de portadores de necessidades especiais). Este programa não possui recursos para realização de investigações ou buscas, mas através da articulação com outros órgãos - como Delegacias, Conselhos Tutelares, abrigos e mídia - também recebe e apura denúncias.

O serviço também conta com patrocínios para confecção de cartazes e filipetas contendo fotos de crianças e adolescentes desaparecidos, os quais são afixados em diferentes pontos da cidade, tais como metrô, escolas, entre outros.

Segundo dados fornecidos pelo coordenador do programa, Luiz Henrique Oliveira (2007), desde a criação em 1997 até outubro de 2007, 2.622 crianças e adolescentes desapareceram no estado. Destas, 2.205 (84,10%) foram localizadas. Porém, o número de crianças e adolescentes que continuam desaparecidos ainda é alto: 417 (15,90%); sendo que destas, 292 (70,02%) são do sexo masculino e 125 (29,98%) são do sexo feminino. Em relação à raça, 227 (54,44%) são pardos; seguidas de 106 brancos (25,42%) e 78 negros (18,71%). Dentre as causas dos desaparecimentos, foram apontados fuga em 61,11% dos casos; seguido de rapto por estranho (20,83%) e perdido (12,96%).

Segundo dados da FIA, 75% dos casos de fuga estão relacionados a situações de violência doméstica, violência psicológica, maus tratos, negligência e abuso sexual, corroborando os dados do Ministério da Justiça (Brasil, 2005). Além disto, um grande número de crianças e adolescentes fogem de casa por influência de aliciadores para prostituição ou tráfico de drogas.

Ainda segundo Oliveira (2007), quando as fotos são divulgadas em jornais ou emissoras de televisão, as possibilidades de localização chegam a 93%. Porém, ainda há muitas dificuldades relacionadas aos meios de divulgação sobre os desaparecidos como, por exemplo, o fato dos cartazes comportarem apenas 87 fotos. O coordenador do programa aponta um outro fator complicador: 71,70% dos casos são de crianças e adolescentes que hoje têm idade superior a 18 anos, e não está disponível, para todos os serviços do Rio de Janeiro, um recurso avançado de envelhecimento de fotografias, o que pode impedir a localização destes desaparecidos.

Além do S.O.S. Crianças Desaparecidas, existem alguns órgãos como as Delegacias Especializadas de Pessoas Desaparecidas (ainda em fase de implantação no Rio de Janeiro) e o Canto de Perda e Procura (CPP), localizado na 1ª Vara da Infância e Juventude (atualmente inoperante devido à mudança na coordenação do programa). Como foi referido anteriormente, a Delegacia é o primeiro local a que geralmente se dirigem às famílias, onde fazem o Boletim de Ocorrência e aguardam as investigações policiais. Já as demais instituições (como o S.O.S e o CPP) só podem receber novos cadastros quando já existe um registro oficial do desaparecimento.

Um dado importante para este estudo é que, em geral, são as mães que buscam as instituições responsáveis pela busca de pessoas desaparecidas. Aqui

podemos pensar no grande número de famílias monoparentais nas camadas mais pobres de nossa população que são, justamente, as que mais se utilizam destes serviços, diferente dos casos de crianças desaparecidas pertencentes à classe média, que nem sempre estão contempladas nas estatísticas gerais. Além disso, o número de organizações não-governamentais lideradas por mães de crianças desaparecidas é maior, podendo ser citadas as Mães da Sé, as Mães da Cinelândia, entre outras, apontando que são as mulheres quem geralmente estão à frente da procura dos filhos desaparecidos.

Podemos concluir que o desaparecimento de crianças é um fenômeno complexo, que envolve uma série de atores sociais, mas são, em sua maioria, as mães que se destacam como protagonistas na busca por seus filhos. Isto não nos parece surpreendente, tendo visto a construção sócio-histórica sobre os papéis da criança e das mulheres até a atualidade. Porém, após revisarmos alguns dados que deflagram a dura realidade de ter um ente querido desaparecido, cabe-nos agora perguntar: como lidar com a perda incerta, abrupta e inesperada de um filho? Que sentimentos, pensamentos e atitudes estarão presentes? De que perda estamos falando? Como elaborar o luto por alguém que está ausente, mas ainda presente?

2

Desaparecimento e Luto

Estudar os temas luto e desaparecimento mostrou-se um grande desafio desde o início da elaboração desta pesquisa, e levou-nos à constatação de um dado preocupante: a escassez de trabalhos junto a famílias de pessoas desaparecidas, em especial no Brasil. A falta de materiais sobre o assunto no país parece não só deflagrar a premência de estudos como este, mas evidencia o pouco preparo das diversas especialidades para atender as reais necessidades destes familiares. Vivenciar o desaparecimento de um ente querido já se mostra como um fator de risco para estas famílias e a pequena quantidade de produções dificulta ainda mais a proposição de medidas eficazes para o suporte a esta população.

Para realizarmos uma discussão sobre o tema, formulamos a seguinte questão: como podemos entender o desaparecimento de uma criança de seu núcleo familiar? De que tipo de perda estamos falando?

Partimos da premissa de que o desaparecimento se configura como um tipo particular de perda devido às causas desconhecidas do mesmo e à ausência de corpo, além da agravante incerteza sobre a vida (ou morte) daquele que desaparece. Os autores utilizados para embasar esta discussão – em sua maioria de outros países – puderam observar em seus estudos, junto a famílias de desaparecidos, sentimentos de pesar e angústia, tais como os presentes nos casos de morte de um ente querido. Por esta razão, começaremos nossa discussão pelas questões relacionadas ao luto para, posteriormente, adentrarmos nas especificidades nos casos dos desaparecimentos.

2.1

Formação e rompimento de vínculos

No Dicionário de Língua Portuguesa (Ferreira, 2004), a palavra luto é definida como: (1) sentimento de pesar ou dor pela morte de alguém; (2) os sinais exteriores de tal sentimento, em especial o traje preto, quase sempre, que se usa

quando se está de luto; (3) o tempo durante o qual se usa o luto; (4) tristeza profunda; consternação, dó; (5) Fig. A morte.

Assim como nas definições acima descritas, geralmente quando dizemos que alguém está de luto, referimo-nos à perda de alguém querido por morte, mas a experiência de enlutamento abrange muitas outras possibilidades. Autores como Kovács (1992), Parkes (1998) e Franco (2002) referem-se à separação entre vivos, doenças, transição de fases do desenvolvimento, perdas de parte do corpo (amputações) e migração como exemplos de experiências de luto em vida, as quais podem gerar reações tais quais nos casos de morte daqueles que amamos.

O luto, portanto, não está relacionado apenas à morte em si, mas sim ao grau de investimento afetivo estabelecido entre o eu e o que é ou quem é perdido, e pode ser entendido como uma reação frente ao rompimento de vínculos, ou seja: quanto maior a vinculação e o investimento libidinal em um objeto, maior a energia necessária para o desligamento no caso de perda do mesmo.

Para entendermos melhor o conceito de vínculo, retomemos Bowlby em seu livro “Formação e Rompimento dos Laços Afetivos” (1990). O autor afirma que todos os seres vivos estabelecem relações de apego. Apegar-se é um instinto natural de formar laços e inclui o desenvolvimento de estratégias de manutenção dos mesmos junto às figuras eleitas quando em situações de estresse, doença ou medo. É a partir deste comportamento de apego que estabelecem-se os vínculos, os quais possuem uma dupla função: transmitir segurança e dar continência a ambas as partes.

Nos primórdios de sua teoria, Bowlby (1990) realizou estudos que comprovaram que nos mamíferos, em especial nos primatas, o primeiro e mais persistente vínculo é geralmente estabelecido entre mãe e filhote (por mãe, entenda-se cuidador primário do bebê). As funções básicas da vinculação em todas as espécies são, além de nutrição e reprodução, a proteção contra predadores. O autor atesta que a vinculação afetiva é resultado do comportamento social de cada indivíduo mas, em geral, os membros do par tendem a se manter próximos e, quando se separam, em algum momento, procuram por este outro novamente. Bowlby (1990) sugere que os vínculos afetivos se desenvolvem devido à forte inclinação das criaturas a se aproximarem de classes de estímulos que lhes são familiares e, em contraposição, evitarem as que lhes são estranhas.

Nos seres humanos, características como proteção, alimentação e sobrevivência da espécie também estão presentes, mas há uma diferença primordial no processo de formação de laços: a presença da linguagem e da cultura. O apego na espécie humana, segundo Bowlby (2002) está diretamente relacionado às trocas afetivas entre as figuras principais e o bebê e, desta forma, a interação será demarcada pelo comportamento de ambas as partes, tornando assim fundamentais os fatores que antecedem e influenciam este vínculo, incluindo o significado da criança na vida desta família.

Bowlby (2002) ressalta que quando o apego possui uma base segura, a presença da figura principal oferece segurança e a criança sente-se apta a explorar e conhecer o ambiente. Em situações onde não exista nenhuma ameaça aparente, a criança pode partir em um comportamento exploratório ativo. Há também a função de “porto seguro”: quando há uma ameaça imediata no ambiente, a criança pode voltar-se em busca de conforto e estabilidade na figura de apego, e será bem sucedida. Portanto, o apego é um sistema de regulação mútua entre pais e bebês, cuja função básica é prover proteção e segurança ao bebê vulnerável através da proximidade com o cuidador. Além desta função reguladora, o apego também deve:

- a) Desenvolver confiança básica e reciprocidade que servem como base para futuros relacionamentos emocionais;
- b) Explorar o espaço com sentimentos de segurança e despreocupação, o que permite um desenvolvimento cognitivo e emocional saudável;
- c) Desenvolver habilidades para o autocontrole, o que resultará em eficientes manejos dos impulsos e emoções;
- d) Criar uma fundação para a formação de identidade, que inclui um senso de competência, autovalorização e um equilíbrio entre dependência e autonomia;
- e) Estabelecer uma estrutura moral pró-social que envolve empatia, compaixão e consciência;
- f) Gerar um sistema de crenças nuclear que compreende estimar a si mesmo, cuidadores, entre outros;

g) Prover defesas contra estresse e trauma, incorporando recursos internos e capacidade de resiliência.

No entanto, em estudos realizados por Ainsworth (1978), há casos nos quais a base do apego não é segura, o que não impede a formação do vínculo, mas pode influenciar negativamente no estabelecimento de novas relações. Segundo a autora, os dois tipos de apego inseguro são:

- *Apego inseguro/evitativo*: crianças que, ao procurar o apoio do cuidador, não encontram uma resposta positiva e sim rejeição, tendendo a mostrar como defesa uma atitude de auto-suficiência emocional, evitando contatos mais íntimos.

- *Apego inseguro/ambivalente*: crianças respondem com comportamentos ansiosos, tais como abraçar e chorar, e hipersensibilidade a afetos negativos, pois não sabem se o cuidador estará disponível ou não quando procurado, tendendo a apresentar ansiedade de separação.

A importância do apego é apontada também em nosso sistema nosológico de classificação de patologias. De acordo com o DSM-IV (APA, 1994), código F94.x 313.89 - *Transtorno de Apego Reativo na Infância* - a característica essencial do Transtorno de Apego Reativo é uma ligação social acentuadamente perturbada e inadequada ao nível de desenvolvimento na maioria dos contextos, com início antes dos 5 anos de idade, e associada ao recebimento de cuidados amplamente patológicos (Critério A). Existem dois tipos de apresentação:

1) *Apego inibido*: a criança fracassa persistentemente em iniciar ou responder à maior parte das interações sociais de uma forma adequada a seu nível de desenvolvimento. A criança apresenta um padrão de respostas excessivamente inibidas, hipervigilantes ou altamente ambivalentes (por ex., vigilância fixa, resistência a ser confortada ou um misto de abordagem e esquiva).

2) *Apego desinibido*: sociabilização exagerada e indiscriminada e falta de seleção de apegos (excessiva familiaridade com estranhos). O padrão de vinculações é difuso.

O transtorno de apego reativo na infância está associado a cuidados amplamente patológicos, que podem assumir a forma de negligência persistente em relação às necessidades emocionais básicas da criança por conforto, estimulação e afeto; negligência persistente em relação às necessidades físicas básicas da criança; ou mudanças repetidas de quem cuida primariamente da criança, evitando a formação de vínculos estáveis (por ex., mudanças frequentes de pais adotivos).

Em pesquisa realizada conjuntamente por Ainsworth e Bolwby (1991), as possíveis causas para o apego disfuncional são: abuso ou negligência (não se estabelece uma relação de confiança); cuidado ineficiente ou insensível (não atende as reais necessidades da criança); depressão unipolar, bipolar ou pós-parto; distúrbios psicológicos severos e/ou crônicos; pais adolescentes (ainda não deixaram o papel de filhos); abuso de substâncias; dificuldades de apego intergeracionais (consequência de conflitos na família de origem não resolvidos, história de separação, perda e/ou maus-tratos); ausência prolongada (prisão, hospital, deserção, morte); nascimento prematuro (mãe e bebê não estão prontos); problemas congênitos do bebê; pobreza; violência (vítima e/ou testemunha); falta de suporte (pai ausente, isolamento, falta de serviços); mudanças constantes de moradia; conflitos conjugais; desorganização familiar; comunidade violenta e falta de estimulação.

De forma resumida, Bolwby (1990) afirma que, em termos de experiência subjetiva, a formação do vínculo é descrita como "apaixonar-se"; a manutenção como "amar alguém"; e a perda como "sofrer por alguém". Em outras palavras, a manutenção de um vínculo é experimentada como uma fonte de segurança; a renovação como fonte de alegria; a ameaça de perda gera ansiedade; e a perda real gera tristeza e insegurança, dando início ao chamado processo de luto.

2.2

Luto: processo de elaboração

Freud, no texto “Luto e melancolia” (1917), foi um dos primeiros autores a introduzir a conceito de luto em seus estudos. Para o autor, os seres humanos apresentam duas formas de enfrentar a perda de um objeto de amor: o luto ou a melancolia.

No luto, há uma intensa resposta emocional à separação e ao rompimento de vínculos. Estas repostas emocionais são reações à perda real de um objeto de amor, no qual havia um intenso investimento libidinal. Quando o objeto é perdido, o enlutado gradativamente deve retirar a libido de todas as ligações com este. O luto é, portanto, caracterizado por tristeza e dor, que podem ser expressas e descarregadas, possibilitando, posteriormente, que o indivíduo desinvista a libido do objeto de amor perdido, tornando-a disponível para futuras relações. De acordo com Freud (1917), este processo tem duração determinada, variando de acordo com o grau de ligação afetiva que a pessoa estabelecia com o objeto.

Já na melancolia, a perda não é só do objeto, mas também de si próprio. O amor sobre o que ou quem se perdeu não pode ser abandonado e o enlutado se identifica com o este, incorporando-o. Em outras palavras, a pessoa se agarra ao objeto perdido, tentando negar a realidade da perda, pois separação significa dor.

O enlutado permanece ligado ao que foi perdido, prejudicando (ou até mesmo impossibilitando) o estabelecimento de novas relações. A melancolia, portanto, se caracteriza por uma impossibilidade de substituição do objeto de amor, pois isto significaria aceitar a perda de si mesmo (Freud, 1917).

Vale ressaltar que, tanto o luto como a melancolia são caracterizados por um estado depressivo que têm como sintomatologia fundamental, “... desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade...” (Freud, 1917, p.250). Porém, no processo de luto, o chamado “teste de realidade” revela ao sujeito que o objeto não mais existe, tornando imprescindível à renúncia dos laços com este para que, com o tempo, a energia libidinal possa ser re-investida em um novo objeto. Já na melancolia, a pessoa mantém-se fixada ao objeto perdido, negando a perda e não se permitindo estabelecer novos vínculos.

Zimmerman (2001) afirma que a melancolia poderia ser definida pelo que, atualmente, nomeamos luto patológico. A autora acrescenta que, na vivência melancólica, há uma impossibilidade de o sujeito enlutar-se pelo que foi perdido por estar indissociado do mesmo desde antes da perda. A problemática decorrente desta não-elaboração, portanto, é a (con) fusão entre enlutado e objeto perdido, o que faz com que, ao longo do tempo, o eu do sobrevivente possa sucumbir.

Porém, como afirma Kovács (1992), as perdas são naturais à condição humana, estando presentes em todas as etapas do ciclo vital; no entanto, embora

sejam experiências universais são, ao mesmo tempo, vivências particulares na história de cada ser humano, e estão diretamente relacionadas à qualidade do vínculo estabelecido com o objeto perdido. Ainda segundo a autora, qualquer perda, seja em vida ou pela própria morte, pode desencadear um processo de luto, mesmo as chamadas experiências de “morte em vida” (como nos casos de separação conjugal ou passagem da infância para a adolescência) pois geram desamparo, sensação de incompletude e a percepção da própria finitude. Sentimentos como angústia, solidão, medo e tristeza geralmente estão presentes quando perdemos algo ou alguém e demandam um tempo de elaboração, pois resultam em privação (aquilo que você tinha não tem mais) e mudanças (perda de controle diante do ocorrido e da nova situação). Há, portanto, um estremecimento dos sentimentos de segurança e previsibilidade da vida.

Podemos concluir que o luto é a reação ao rompimento de vínculos e isto é normal e esperado. Segundo Parkes (1998), “... a dor do luto é tanto parte da vida quanto a alegria de viver; é, talvez, o preço que pagamos pelo amor, o preço do compromisso.” (p.22). Algo ou alguém já não mais existe, e a libido deve ser retirada do objeto perdido para ser re-investida, possibilitando, conseqüentemente, uma re-significação da relação com o que ou quem foi perdido.

Para Franco (2002), o processo de luto pode desencadear uma série de reações nos âmbitos intelectual (déficit de memória e concentração, confusão, desorganização, intelectualização, desorientação, negação, sensação de despersonalização); emocional (choque, entorpecimento, raiva, culpa, alívio, depressão, irritabilidade, solidão, saudade, descrença, tristeza, ansiedade, medo); físico (alterações de apetite, sono e peso, inquietação, dispnéia, palpitação, perda de libido, choro, consumo de substâncias psicotrópicas, álcool e fumo, “vazio” no estômago, “aperto” no peito, “nó na garganta”, hipersensibilidade ao barulho, falta de ar, fraqueza muscular, falta de energia, boca seca, suscetibilidade à doenças, em especial às relacionadas à baixa imunidade); espiritual (perda ou aumento na fé religiosa, questionamentos sobre fé, valores, Deus); e social (perda de identidade, isolamento, afastamento).

A autora acrescenta que o luto é uma crise, no sentido que ocorre um desequilíbrio entre a quantidade de ajustamento necessária e os recursos imediatamente disponíveis para lidar com a situação. A perda abala uma estrutura até então conhecida, provocando uma ruptura, e sempre que perdemos algo ou

alguém a quem éramos vinculados, faz-se necessário um processo de reorganização diante das mudanças que se instauram.

Parkes (1998) defende que a base do luto complicado está justamente na resistência a estas mudanças. O autor ressalta ainda que, em qualquer luto, raramente fica claro o que de fato foi perdido, em decorrência do grande número de perdas secundárias, o que pode dificultar ainda mais este processo de elaboração. O autor afirma que o trabalho de luto consiste em aceitar a realidade da perda vivida, elaborar a dor da mesma, ajustar-se ao ambiente onde o objeto perdido não mais se encontra e reposicionar-se emocionalmente em relação a este, podendo dar continuidade à vida. Ressalta que as mudanças levam tempo e não são apenas individuais, mas também sociais, em especial no núcleo familiar, já que todos são afetados pela perda.

2.3

As fases do luto

Muitos estudos têm sido realizados sobre a morte e o morrer, e alguns autores se destacam por suas importantes contribuições. Citemos, por exemplo, Kübler-Ross (1981), que após anos de prática profissional junto a paciente oncológicos fora de possibilidade de cura, nomeou cinco fases que compõe o processo de luto. São elas:

1) Negação e isolamento: a negação e o isolamento são mecanismos de defesa temporários do ego contra a dor psíquica diante da morte. A intensidade e duração desses mecanismos dependem de como a pessoa que sofre e as outras pessoas ao seu redor são capazes de lidar com a perda.

2) Raiva: a raiva surge devido à impossibilidade do ego manter a negação e o isolamento indefinidamente. Este sentimento torna os relacionamentos conflituosos e todo o ambiente é hostilizado. Junto com a raiva, podem surgir sentimentos de revolta, inveja e ressentimento.

3) Barganha: na maioria dos casos, a barganha é feita com Deus, as quais geralmente assumem um caráter de súplica. Esta fase caracteriza-se pela tentativa

do enlutado de aplacar seu sofrimento a partir de da fantasia de que poderia reverter a perda oferecendo algo de si em troca.

4) Depressão: a depressão aparece quando a pessoa dá-se conta da realidade da perda. Nesta fase, geralmente aparecem sintomas de desânimo, desinteresse, apatia, tristeza e choro.

5) Aceitação: a pessoa já não mais experimenta o desespero e nem nega a realidade da perda. Pode, a partir desta etapa, re-significar a relação com o objeto perdido e seguir em frente, reinvestindo a libido em outras relações.

Vale ressaltar que toda perda atingirá não apenas um indivíduo, mas um número significativo de pessoas; em especial, o núcleo familiar, e estas fases podem ser vividas em diferentes momentos por cada membro do sistema. Segundo Walsh e McGoldrick (1998):

A morte de um ente da família produz uma alteração no sistema familiar como um todo. O choque e a dor de uma perda traumática perturba o equilíbrio familiar, gera uma redistribuição de papéis e, de modo mais grave, a dissolução da família. (p.43)

Como apontam as autoras, a morte na família é um evento disruptivo, podendo gerar ansiedade e temor, além de possibilitar a emergência de conflitos anteriormente velados. Corroborando com estes dados, Worden (1997) aponta que a reação de luto de cada membro da família variará de acordo com alguns fatores, que podem dificultar, ou até mesmo impedir, a elaboração da perda, tais como o tipo de relação entre o enlutado e o falecido (em especial se a relação era ambivalente ou de forte dependência); o tipo de morte (principalmente nos casos onde a morte é incerta, como nos casos de desaparecimento, no qual o enlutado não pode afirmar se o ente querido está vivo ou morto e qual é sua exata localização); perdas múltiplas e a ausência de uma rede de apoio continente e segura (por exemplo, quando a perda não é reconhecida ou não se fala sobre o ocorrido).

Rando (1997) aponta que nos casos de morte de criança, alguns pontos devem ser observados, em especial nos pais, que além de uma perda na família, sofrem o impacto da quebra da continuidade presumida e esperada da vida. De acordo com a autora, os pais podem impedir, suprimir ou não apresentar

sentimentos de pesar em decorrência de uma negação extrema da morte, já que ao perder um filho, perdem parte de si mesmos, de seus sonhos e projetos.

Em outros casos, Rando (1997) chama atenção para a presença de um pesar distorcido e/ou conflituoso, no qual há um exagero ou distorção em uma ou mais manifestações do luto normal. Podemos citar, por exemplo, os sentimentos de raiva e culpa, muito comuns em pais enlutados. A raiva aparece, em especial, nos casos de mortes repentinas, onde não há possibilidade de despedidas; já a culpa, geralmente, está relacionada às expectativas sociais de que os pais devem proteger seus filhos contra todos os perigos, e sua morte representa o fracasso no exercício da função parental.

O quadro de luto crônico, segundo a autora, também é mais freqüente em pais enlutados: determinadas fases do desenvolvimento remetem os genitores a que momento de vida a criança estaria vivenciando, se estivesse presente. Datas de aniversário, irmãos e amigos do filho falecido que se formam, casam, ou seja, que seguem cumprindo as etapas vitais, podem trazer à tona novamente sentimentos presentes na época da perda e, por isso, o caráter de cronificação.

Por fim, Rando (1997) chama de síndrome do luto não antecipado o fato de que pais enlutados nunca prevêm a morte de um filho, pois isto romperia com a suposta e desejada previsibilidade do mundo. Conseqüentemente, não torna possível a realização de rituais de despedidas e fechamentos. Desta forma, todos os sentimentos presentes em um luto normal tendem a ser prolongados, tanto em relação ao tempo como em relação à intensidade.

Vale ressaltar que todas estas possibilidades estão diretamente relacionadas ao tipo de vínculo que existia entre criança e seus pais, e Rando (1997) aponta que alguns fatores devem ser considerados quando pensamos no luto parental, tais como: natureza e significado únicos do relacionamento; papel e características específicas da criança dentro do sistema familiar; questões pendentes; se houveram perdas secundárias (quantas e quais); padrões de enfrentamento, personalidade e saúde mental dos pais; além de nível de inteligência e maturidade; idade; experiências prévias de perda; suporte social/cultural/religioso; circunstâncias da morte; nível sócio-econômico; realização de funerais, abuso de substâncias e alterações físicas (como sono e alimentação).

2.4

Luto e desaparecimento: uma perda particular

Para que o processo de luto se instale, é preciso, antes de tudo, reconhecer a perda para, a partir daí, transformar a experiência. (Saraiva, 1999, p.72)

As experiências que nos fazem pensar na morte, mesmo que esta não tenha ocorrido concretamente, geram sentimentos de dor, ruptura, interrupção e tristeza. Isso ocorre pois, em qualquer separação, é preciso desinvestir a libido do objeto perdido, enlutar-se por este, mas também pela perda de parte de si mesmo. A morte e sua irreversibilidade nos parecem aterrorizantes, pois, objetivamente, não podemos reaver aquilo ou aquele que amamos. Kovács (1992) afirma, porém, que uma das experiências mais dolorosas para o ser humano é a separação entre vivos, referindo-se a estas experiências como “situações-limite”, nas quais a dor e o sofrimento são devastadores. A autora acrescenta que estas situações podem ser mais temidas do que a própria morte, por serem vividas conscientemente em toda sua intensidade.

Podemos afirmar que o desaparecimento físico e inexplicável de um familiar é uma separação entre vivos já que, embora a ausência do ente querido seja real, não há confirmações definitivas sobre a perda; nem vida nem morte são certas. O desaparecimento configura-se, desta forma, como uma ruptura sem anúncio, uma ausência sem explicação, sem fechamento. Como bem aponta Boss (2001),

Não se pode dizer com segurança se o ser amado está vivo ou morto, recuperando-se ou morrendo, presente ou ausente. Não só falta informação sobre o paradeiro da pessoa, mas tampouco existe a constatação oficial da sociedade de uma perda: não há certidão de óbito (...) nem funeral, nem corpo, nem algo o que enterrar. (p.19)

Quando falamos em desaparecimento, portanto, estamos falando de uma perda muito particular pois, diferentemente dos casos de morte, não há uma confirmação do que de fato ocorreu com o ente querido. O objeto de amor está ausente, mas não se sabe se retornará ou nunca mais será visto.

Segundo Boss (2001), o trabalho com pessoas enlutadas por familiares de pessoas desaparecidas se assemelha ao trabalho realizado com os pacientes

enlutados pela morte de um ente querido; porém, torna-se uma tarefa particularmente difícil devido à falta de certezas e às fantasias em relação às causas do desaparecimento. De acordo com a autora, as reações de luto tendem a ser ainda mais intensas, podendo levar a um quadro ao qual nomeou como *luto ambíguo*:

...a perda é desconcertante e as pessoas se vêm desorientadas e paralisadas. Não sabem como se portar nessa situação. Não podem solucionar o problema porque não sabem se este (o desaparecimento) é definitivo ou temporário (...) a incerteza impede que as pessoas se adaptem à ambigüidade de sua perda, reorganizando os papéis e as normas de suas relações com os outros queridos (...) se agarram à esperança de que as coisas voltem a ser como eram antes (...) lhes são privados os rituais que geralmente dão suporte a uma perda clara, tais como funerais depois de uma morte na família. (p.20)

Por esta razão, segundo Boss (2001), o luto complicado pode ser, nos casos de desaparecimento, uma reação normal à situação devido a sua complexidade e, em especial, porque a resolução da perda depende diretamente de fatores externos àqueles que a vivenciam. Este dado já havia sido apresentado nos escritos de Worden (1998), o qual afirma que,

Existem algumas circunstâncias que podem impedir o luto de uma pessoa ou dificultar a sua conclusão de forma satisfatória. A primeira destas é quando a perda é incerta. Um exemplo disto seria um soldado ausente em ação. Sua mulher não sabe se ele está vivo ou morto e, conseqüentemente, não consegue passar por um processo de luto adequado. (p.85)

Boss (2001), ao relatar seu trabalho, realizado em 1974, junto a viúvas de pilotos desaparecidos em combate no Vietnã e Camboja, explicita a complexidade do fenômeno desaparecimento. Foi possível constatar que, para estas mulheres, dois importantes agravantes eram a falta de informações e a não-confirmação oficial da morte de seus cônjuges. A autora afirma que, quando uma esposa insistia em manter o marido vivo psicologicamente, a família apresentava mais conflitos e um nível rebaixado de funcionamento. Concluímos, portanto, que a desorganização frente ao desaparecimento de um ente querido atinge diversas esferas da vida dos enlutados. Porém, como afirma Boss (2001)

Ao contrário da morte, uma perda ambígua pode nunca permitir que a pessoa que sofre alcance o desapego necessário para encerrar adequadamente seu luto (...) é sentida como uma perda, mas não é de fato. As pessoas intercalam esperança e desespero, depois retomam esperança e assim sucessivamente. (p.23)

A impossibilidade de enlutar-se e, ao mesmo tempo, de não se enlutar, marca os casos de desaparecimento. A dor dos enlutados convive diariamente com a fé e a esperança do reencontro. Mas o luto pode ser elaborado? Como bem afirma Saraiva (1999)

... lutos não feitos, eventos não formulados e que não foram colocados em palavras que pudessem dar sentido e permitissem que fossem integrados. Isso agrava a história e sobrecarrega-a com a falta de sentidos que ressurgem na vida do indivíduo como uma parede invisível, um obstáculo incompreensível. (p.63)

Para os membros da família de uma pessoa desaparecida, portanto, as emoções oscilam entre a esperança e o desespero, e estes aguardam, por vezes, durante anos, sem sequer receber novas informações sobre o paradeiro de seus amados. A família e os amigos de pessoas desaparecidas sofrem uma tortura mental lenta; ignoram se o ausente ainda está vivo e se, neste caso, onde está, em que condições e qual seu estado de saúde.

Vejamos outro exemplo citado por Boss (2001). Em 1951, desapareceram misteriosamente os irmãos de Ken, David e Dan Klein (com idades entre 4 e 6 anos). Eles estavam em um parque onde costumavam ir brincar, próximo à residência da família. O quarto filho não estava junto com os irmãos, pois havia voltado para casa para trocar os sapatos.

Dois gorros de lã dos meninos foram encontrados mais tarde no Rio Mississippi. Mais de 40 anos depois, o casal ainda coloca anúncios no jornal para tentar localizar os filhos desaparecidos. Em uma fala da mãe, vemos a dificuldade de um fechamento, o que torna impossível a elaboração do luto pela perda dos filhos: "...a espera continua. Mesmo que as possibilidades sejam pequenas, persiste uma brisa de esperança que ao menos um dos meus filhos pudesse estar vivo em algum lugar." (p.87)

Segundo alguns autores (Gosch & Tamarkin, 1988; Brannen & Podesta, 1990; Henderson & Henderson, 1997; Tubbs & Boss, 2000), o desaparecimento de um ente querido é um dos acontecimentos mais traumáticos que pode ocorrer a uma família. Todos estes autores apontam fatores como a ausência do corpo e a falta de informações como complicadores para a saúde física, psíquica e social dos envolvidos.

Ainda de acordo com estes pesquisadores, os sentimentos encontrados nesta população são os mesmos descritos em casos de luto por morte; porém, agravados pela incerteza e pela falta de reconhecimento social do desaparecimento como uma perda.

Em pesquisa intitulada *Missing people: issues for the Australian Community* (1997), os autores Henderson e Henderson constataram que as famílias de pessoas desaparecidas apresentam reações comuns de tristeza, angústia e desespero. Há também um número significativo de relatos de solidão e inconformismo com a falta de explicações sobre o desaparecimento. Estes familiares convivem diariamente com a dor de não saber, temendo o pior, mas, segundo os pesquisadores, mantêm a esperança do reencontro, num esforço contínuo frente à ambigüidade própria à situação.

Outro dado apontado pela pesquisa é que, para cada pessoa desaparecida, uma média de 12 pessoas serão afetadas, direta ou indiretamente, com conseqüências, principalmente, na saúde, nas condições financeiras e na qualidade das relações interpessoais e de trabalho (Henderson & Henderson, 1997).

Dentre os entrevistados, 37% apresentavam problemas físicos ou emocionais relacionados diretamente com o desaparecimento. O desaparecimento de um membro da família também gerou repercussões negativas nas atividades laborais em cerca de 50% dos entrevistados (em especial, problemas de concentração nas atividades exercidas). Há também os chamados prejuízos na qualidade de vida: 94% dos entrevistados tiveram alterações significativas em atividades cotidianas, relatando refeições irregulares, noites atrasadas, sono perturbado, atividades sociais e de lazer alteradas e, em alguns casos, negligência das necessidades emocionais de outras crianças da família.

Quanto aos relacionamentos intrafamiliares, os autores constataram que, em 57% dos casos, os membros da família relataram perda de confiança em seus companheiros e expressões de hostilidade e raiva dirigidas aos demais familiares. Já em relação ao relacionamento extrafamiliares, foram relatados sentimentos de vergonha, embaraço, choque, tristeza e falta de apoio da rede.

Alguns estudos dizem respeito especificamente ao desaparecimento de crianças. Em estudo realizado por Gosch e Tamarkin (1988), os pais de crianças desaparecidas revelaram sentimentos de medo e desesperança, além de um alto nível de frustração com as autoridades policiais envolvidas nos casos.

Klass e Marwit (1988) e Riches e Dawson (1996) alcançaram resultados análogos e afirmam que o desaparecimento de uma criança é um fator de risco para a saúde física e emocional dos pais. Os sentimentos de culpa prevalecem, e os pais sentem-se responsáveis por não proteger adequadamente o(a) filho(a) do perigo. A auto-estima dos pais está diretamente relacionada ao desempenho dos papéis socialmente validados de pai e mãe e, em decorrência do desaparecimento de um(a) filho(a), estes apresentaram uma maior vulnerabilidade a comentários e julgamentos morais.

Lloyd e Zogg (1997) apontam que as crises vivenciadas por uma família na qual há uma criança desaparecida podem desorganizar todo o sistema familiar. Segundo as autoras, a perda de um filho traz sentimentos de desesperança, isolamento, culpa, vergonha e falta de confiança entre os membros da família. As vidas podem ser drástica e permanentemente alteradas, e os pais de crianças desaparecidas sentem-se ignorados, pois, apesar de apresentarem sentimentos como dor, culpa e confusão, pouca ajuda psicológica e emocional está disponível para eles. Este não-reconhecimento do desaparecimento como uma perda pode ser um complicador para a família, em especial para os pais, pois, segundo Zimmerman (2001), somente quando uma perda é reconhecida e integrada, a pessoa pode dar continuidade ao seu viver.

Segundo Boss (2001), a sociedade não reconhece os casos de perda ambígua por ser esta muito distinta da perda “habitual”, ou seja, dos casos de morte, nos quais há uma validação social mediante os rituais como o funeral, o atestado de óbito, o enterro, a sepultura ou a cremação. Quando há a morte, a perda é observável e, por ser permanente, torna possível o enlutamento. Os rituais têm como função primordial marcar a perda de alguém importante que fazia parte da família e a ela deve se juntar; facilitar a expressão de sentimentos; ajudar o enlutado a dar sentido e concretude à perda; e possibilitar que o falecido seja lembrado. Como afirma a autora,

... muitas pessoas necessitam da experiência concreta de ver o corpo do ente querido que faleceu porque isso faz com que a perda seja real. Muitas famílias de pessoas desaparecidas não encontram nunca esta comprovação da morte. (p.35)

Sob esta perspectiva, a ausência de rituais pode impedir o início do processo de elaboração da perda e das mudanças necessárias após a mesma. Cabe

a pergunta: como nos casos de desaparecimento não há confirmações, mas apenas dúvidas, como pode a rede social dar continência a estas famílias? Como fornecer o suporte aos enlutados em uma situação que pode prolongar-se por toda a vida?

Vale ressaltar que a angústia das famílias, segundo Boss (2001), é intensificada, com frequência, pelas circunstâncias materiais que acompanham o desaparecimento, pois a família não só é gravemente afetada emocionalmente, como sofre, também, em termos econômicos, devido aos altos gastos durante as investigações.

Além disso, não sabem quando o familiar vai voltar - se é que voltará - o que dificulta a adaptação à nova situação, como ocorre nos casos de morte, nos quais uma das metas do processo de elaboração de luto é, justamente, a reorganização de papéis, o desinvestimento libidinal e re-investimento em novas relações. Como desinvestir os sentimentos de alguém que ainda pode voltar? Não estaria o enlutado desistindo ao chorar a perda de seu ente desaparecido?

Como podemos notar, as pesquisas apontam para as conseqüências físicas, emocionais e sociais nos casos de desaparecimento em um sistema familiar, e os dados corroboraram com os estudos realizados por Boss (2001), indicando, assim, a existência do chamado luto ambíguo. Porém, todas estas pesquisas foram realizadas em outros países. Como este fenômeno se dá na população brasileira? Em nossa sociedade, este luto é validado? É neste ponto que damos início a nossa investigação propriamente dita.

3

Metodologia

3.1

Objetivos

a) Objetivo Geral:

- Investigar o impacto do desaparecimento de um filho de seu sistema familiar através da ótica da mãe.

b) Objetivos específicos:

- Investigar pensamentos, sentimentos e comportamentos de mães de crianças desaparecidas;

- Investigar possíveis reações de luto ambíguo;

- Investigar a dinâmica familiar e o impacto do desaparecimento na vida do casal e na relação com os outros filhos;

- Investigar a relação com a rede (vínculos com familiares, amigos, vizinhos);

- Investigar as fantasias sobre as causas do desaparecimento.

3.2

Sujeitos

Foram participantes deste estudo 11 mães de crianças desaparecidas, cadastradas no Programa S.O.S Crianças Desaparecidas⁶ da Fundação para Infância e Adolescência do Governo do Estado do Rio de Janeiro (FIA-RJ). As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e setembro de 2007 (mais precisamente entre 1 ano e meio e 5 anos e três meses após a data do desaparecimento). A idade das crianças na época do desaparecimento variou entre 11 meses e 11 anos, estando a maior parte delas na faixa dos 9 anos de idade. 10 crianças desaparecidas são do sexo feminino e apenas 1 do sexo masculino.

⁶O programa S.O.S Crianças Desaparecidas foi criado em 1997 como programa de atenção primária à famílias de crianças e adolescentes desaparecidos.

Entre as mães, 1 é solteira, 6 vivem em situação marital (casadas ou amasiadas) e 4 são divorciadas, sendo que destas, apenas 1 possui companheiro atual. Quanto à profissão, 2 são donas de casa e 1 estava desempregada no momento da entrevista. As demais trabalham fora e contribuem significativamente para a renda familiar.

2 são moradoras de outras cidades do estado; as outras 9 residem na capital. Todas as participantes possuem nível sócio-econômico baixo. Em relação ao grau de instrução, apenas 2 possuem nível superior completo; 2 têm formação técnica complementar, e as demais cursaram somente o ensino fundamental. Informações complementares serão apresentadas na Tabela de Participantes (Anexo 1).

Explicitando alguns critérios utilizados para seleção dos participantes, podemos apontar, em primeiro lugar que, estatisticamente, o número de crianças desaparecidas, maiores de 10 anos de idade, tem como causas principais fuga, aliciamento pelo tráfico de drogas e/ou para prostituição infantil. Decidimos por investigar o desaparecimento de crianças sob circunstâncias misteriosas e, por esta razão, a idade das crianças se coloca como uma variável significativa em nossa investigação.

Outro fator já apresentado é que, em geral, são as mães (e não os pais) que se responsabilizam pelas buscas dos filhos desaparecidos. Um claro exemplo disto são as organizações não-governamentais criadas justamente por estas mulheres, tais como as Mães da Sé, em São Paulo; e as Mães da Cinelândia, no Rio de Janeiro.

Para assegurar os critérios éticos estabelecidos para pesquisas com seres humanos, a todas as participantes deste estudo foi fornecido um Termo de Consentimento Pós-Informado (Anexo 2), garantindo, desta forma, o direito de não participação e/ou desistência em qualquer etapa da pesquisa. Neste documento também estão assegurados a segurança e sigilo das informações coletadas.

Para melhor compreensão dos casos estudados, descreveremos resumidamente a história do desaparecimento de cada criança, baseado inteiramente no relato das mães e nas informações que estas têm disponíveis sobre o ocorrido (como relato de testemunhas e investigações policiais). Os casos serão

apresentados de acordo com o tempo de desaparecimento – dos mais recentes aos mais antigos.

Os nomes das participantes e das crianças foram modificados para preservar suas verdadeiras identidades, mas as idades (das crianças e das mães) e as datas referidas são reais, mantendo exatos os dados relativos ao momento em que seu deu o desaparecimento.

3.2.1

Apresentação dos casos

Caso 1. Mariana (10 anos)

Mãe: Eunice, 32 anos, divorciada (sem companheiro atual)

Data do desaparecimento: 24/01/2006

Mariana saiu pela manhã para comprar pão, como fazia todos os dias. Os irmãos, acostumados com a rotina, estranharam sua demora, e ligaram para a mãe, que estava trabalhando. Testemunhas afirmam terem visto Mariana descer as ruas do bairro na companhia de duas crianças e uma mulher desconhecida, mas estas informações nunca foram comprovadas. Em todos os relatos, não há indícios de que a menina estivesse sendo forçada a acompanhar a suspeita, mas Eunice acredita que a filha tenha sido iludida com a promessa de algo como alimento ou dinheiro para ajudar a família. Na época da entrevista, Eunice investigava denúncias de que Mariana estaria pedindo esmolas e se prostituindo, mas nada foi descoberto até o final deste estudo.

Caso 2. Bianca (1 ano e 10 meses)

Mãe: Juliana, 23 anos, casada

Data do desaparecimento: 30/12/2005

Juliana e o marido preparavam-se para jantar quando se lembraram que precisavam buscar a cadela da família que havia ficado na casa de uma vizinha. Juliana pegou Bianca no colo, levou-a até o portão e deixou-a do lado de dentro

do quintal enquanto foi buscar o animal. Quando retornou, a menina havia desaparecido. A rua, segundo Juliana, estava cheia, mas ninguém soube dar nenhuma informação sobre a criança, ou sobre alguém estranho nas redondezas nem sequer perceberam nenhuma movimentação diferente da usual. A entrevistada suspeita que Bianca tenha sido seqüestrada por alguém conhecido para ser vendida, mas não há nenhuma prova que ateste tal alegação.

Caso 3. Isabela (11 meses)

Mãe: Vanessa, 32 anos, amasiada

Data do desaparecimento: 17/12/2005

Isabela tinha 11 meses quando foi com a mãe e os irmãos passar um domingo ensolarado em uma piscina pública do estado. O local estava lotado e, durante à tarde, uma moça de aproximadamente 20 anos caminhou até a mesa onde estava a família e pediu para sentar-se, alegando estar sozinha. Conversou com Vanessa por horas, fazendo diversas perguntas sobre a menina. No fim do dia, de forma inesperada e abrupta, a jovem arrancou Isabela dos braços de sua mãe e saiu correndo em meio à multidão. Como o local estava muito cheio e tocava uma música muito alta, as pessoas não ouviram os pedidos de socorro de

Caso 4. Camila (11 anos)

Mãe: Gabriela, 31 anos, amasiada

Data do desaparecimento: 19/06/2005

Vanessa, que não conseguiu alcançar a seqüestradora. É o único caso onde há certeza de seqüestro, mas mesmo com o retrato falado da suspeita, nunca foi descoberto o paradeiro da criança. Vanessa desconfia que a filha tenha sido vendida e esteja sendo criada por outra família fora do Brasil.

Camila morava há 4 anos com a mãe e um irmão em uma cidade na Região dos Lagos. Em um domingo, saiu para brincar na rua e nunca mais voltou. Segundo uma testemunha, Camila fora abordada por um homem de aproximadamente 25 anos e, logo depois, começou a chorar, seguindo com ele

para destino desconhecido. O rapaz que presenciou a cena não sabe o que o homem disse à menina, mas garantiu que esta ficou assustada e aflita. A mãe acredita que este homem tenha a ameaçado ou ameaçado fazer mal a alguém da família, já que ela foi seqüestrada praticamente na porta de sua casa, levando todos a crer que o seqüestrador já a observava há algum tempo. Apesar do retrato falado cedido pela testemunha, não há suspeitos nem pistas sobre o paradeiro de Camila.

Caso 5. Marcel (6 anos)

Mãe: Cleide, 34 anos, divorciada (sem companheiro atual)

Data do desaparecimento: 03/04/2004

Marcel ia todos os dias à escola acompanhado de dois irmãos mais velhos. No dia do desaparecimento, sua turma não teve aula e o menino, segundo testemunhas, ficou brincando no playground da escola. A mãe de um colega de classe de Marcel relatou à polícia tê-lo visto por volta das 15:00 horas brincando no escorregador da escola – este foi o último relato sobre o paradeiro do menino. De acordo com a mãe, o parquinho da escola é aberto para a comunidade; não há

Caso 6. Luíza (8 anos)

Mãe: Daniela, 46 anos, divorciada (com companheiro atual)

Data do desaparecimento: 14/04/2003

muros que separem a área do colégio e a rua, e sua suspeita é de que o menino tenha sido atraído por alguém conhecido em troca de brinquedo ou alimento. Não há pistas sobre a localização de Marcel e todas as denúncias recebidas desde o dia do desaparecimento foram falsas.

Luíza estava passando o final de semana na casa de uma tia, que fica em um condomínio fechado no interior do estado. No dia do desaparecimento, Luíza andava de bicicleta na praça dentro do condomínio com outras crianças. Sua tia preparava um lanche dentro de casa e o primo consertava um carro na garagem. Quando a tia foi chamá-la para comer, a menina não estava mais lá: nem ela, nem

a bicicleta. Segundo depoimento de uma criança que também brincava no local, Luíza foi abordada por um homem que a convidou para ir até a padaria, e ela teria aceito o convite sem exaltar. A mãe de Luíza crê que, como a filha ia sempre para a casa da tia, este homem deve tê-la observado, aproximado-se dela e conquistado sua confiança. Além da menina que a viu saindo do condomínio com este homem, não há relatos de outras testemunhas, e Luíza nunca foi localizada.

Caso 7. Ana Maria (9 anos)

Mãe: Soraia, 37 anos, casada

Data do desaparecimento: 22/12/2002

Ana Maria estava passando o final de semana com o irmão mais novo na casa de uma tia materna que trabalha como ambulante em feiras livres. No dia do desaparecimento, um domingo, Ana Maria e um primo de 5 anos foram comprar sorvete enquanto a tia armava a barraca de trabalho. O menino disse que um homem desconhecido os abordou oferecendo a menina uma cesta básica, e que deveriam se apressar, pois senão ele daria os alimentos à outra criança. De acordo com o depoimento do sorveteiro, a menina estava alegre quando começaram a conversar, mas começou a ficar agitada e assustada após alguns minutos. Como pensou que fosse alguém da família de Ana Maria, não se preocupou. O primo que a acompanhava seguiu de volta para a barraca da família, pois o homem lhe disse que não poderia ir com eles. Outras testemunhas disseram ter visto a menina

Caso 8. Amanda (9 anos)

Mãe: Zélia, 44 anos, amasiada

Data do desaparecimento: 21/11/2002

seguindo com o desconhecido pelas ruas do bairro, mas como não apresentava nenhuma resistência, não desconfiaram de nada, embora tenham percebido que Ana Maria parecia um pouco apressada e preocupada. A menina nunca foi encontrada.

Amanda saiu de casa a pedido da mãe na companhia de seu irmão Henrique, de 4 anos, para ir ao mercado comprar frango para o almoço. No caminho de volta, segundo relato de testemunhas e do irmão que a acompanhava, a menina foi abordada por um homem que pediu que esta o acompanhasse, pois

Caso 9. Iara (9 anos)

Mãe: Olga, 47 anos, solteira (sem companheiro atual)

Data do desaparecimento: 16/08/2002

ele lhe daria uma cesta básica. De acordo com Henrique, este homem disse ser conhecido de sua mãe, mas embora nem ele nem a irmã o reconhecessem, a menina confiou em sua palavra e o acompanhou. O homem mandou Henrique voltar para casa e seguiu com Amanda para, supostamente, buscar a cesta de alimentos. Nenhuma denúncia apresentou pistas concretas sobre o paradeiro de Amanda. A mãe não sabe dizer como este homem sabia seu nome e nunca foi feito nenhum retrato falado do suspeito, já que a única pessoa a vê-lo com clareza foi Henrique, que, na época, tinha apenas 4 anos, e não foi considerado intelectualmente capaz para realizar deste procedimento.

Iara ia para a escola quando percebeu que havia esquecido um caderno e decidiu voltar para buscá-lo. A última pessoa a ver a menina foi uma vizinha, que disse que esta estava apressada para voltar para a escola; porém, Iara nunca chegou ao colégio neste dia. Testemunhas alegam que a menina e mais três colegas costumavam “matar aula” para ir ao parque, mas as meninas não confirmam a história, e não há outras pistas sobre o paradeiro de Iara. Professores, colegas e pessoas da comunidade foram interrogados, mas nenhuma informação foi obtida. A mãe acredita que a menina tenha sido seqüestrada, mas não tem suspeitas de quem possa ser o responsável.

Caso 10. Olívia (11 anos)

Mãe: Nair, 59 anos, divorciada (sem companheiro atual)

Data do desaparecimento: 01/07/2002

Olívia saiu para ir ao mercado e nunca mais foi vista. Não há relato de testemunhas; sabe-se apenas que a menina chegou a fazer as compras e voltava para casa. A mãe descreve Olívia como uma menina tímida, que não tinha motivos para fugir de casa. Nair culpa o namorado de sua filha mais velha pois acredita que este tenha seqüestrado Olívia para vendê-la a uma rede de prostituição infantil. Não há nenhuma prova sobre o envolvimento do rapaz no desaparecimento.

Caso 11. Paula (10 anos)

Mãe: Fabiana, 51 anos, amasiada

Data do desaparecimento: 18/02/2002

Em uma segunda-feira de Carnaval, Paula saiu para comprar jornal, como era de costume, e não voltou. O jornaleiro, última pessoa a ver a menina, disse que ela havia comprado o jornal e voltado pelo mesmo caminho de onde viera, e estava sozinha. A mãe suspeita que a menina tenha sido seqüestrada por algum estrangeiro, por ser uma época festiva na cidade. Todas as denúncias apresentadas à polícia foram falsas, e apesar de mais de 5 anos desde o desaparecimento, Paula continua envolvida nas investigações. Infelizmente, não há sequer indícios sobre o paradeiro da menina.

3.3**Coleta de dados**

Este estudo utilizou como instrumento de coleta de dados uma entrevista semi-dirigida. Neste modelo, as perguntas são pré-elaboradas, de forma a facilitar a sistematização e codificação dos dados coletados. Porém, vale apontar que este roteiro de entrevistas (Anexo 3) é apenas um norteador. Este instrumento permite que o pesquisador tenha uma maior "flexibilidade" frente aos conteúdos trazidos pelos entrevistados, pois, embora seja previamente elaborado e direcionado em relação ao tema de pesquisa, possibilita também a expressão de conteúdos emergentes, sem perder de vista o objetivo do presente trabalho.

Além das informações trazidas verbalmente nas entrevistas, também foram observados os chamados comportamentos não-verbais, tais como postura corporal, expressões faciais, gestos, dentre outros, enriquecendo o número de informações obtidas ao longo do estudo.

3.4

Análise dos resultados

A análise das entrevistas foi realizada através do método de análise de conteúdo, que segundo Rizzini, Castro e Sartor (1999):

...consiste na descrição de dados simbólicos a partir de unidades de registro do texto, que podem ser palavras, signos ou conjunto de signos. Os dados são reunidos segundo um significado comum (dados brutos) e depois reunidos em categorias relativas á problemática da pesquisa. Essas categorias são escolhidas pelo pesquisador segundo critérios definidos tanto pela pesquisa quanto pelos próprios dados brutos. Elas (categorias) são (...) a síntese de um conjunto de significados que podem ser aproximados por algum critério objetivo que deve ser sempre explicitado... (p.92)

Como apontam as autoras, a análise de conteúdo se utiliza de categorias para a sistematização dos dados. Estas podem ser, em parte, inferidas a partir da literatura sobre o tema; porém, a fonte principal para o estabelecimento das mesmas se dá a partir do discurso das participantes deste estudo.

Em nosso estudo, os dados foram agrupados em 4 categorias de análise assim nomeadas: 1) impacto do desaparecimento; 2) relacionamento com marido / companheiro / namorado / pai da criança; 3) relacionamento com outros filhos; 4) enfrentando o desaparecimento: facilitadores e complicadores.

Sigamos, agora, em nossa investigação, apresentando a seguir as categorias supracitadas.

4

Análise dos Resultados

4.1

Impacto do desaparecimento

Perdas são inerentes à condição humana e fazem parte de todas as etapas de nosso desenvolvimento, como na passagem da infância para a adolescência, quando terminamos um relacionamento ou se perdemos um emprego (Kovács, 1992). Algumas perdas, no entanto, geram reações mais intensas de medo, revolta, descrença e inconformidade, como quando ocorre a morte de um ente querido, em especial quando se trata de uma criança, pois este acontecimento rompe de forma brusca e inesperada com a previsibilidade da vida, a estabilidade das relações e as certezas de nosso cotidiano. Crianças não deveriam morrer antes dos adultos, mas nem sempre a vida segue este curso “natural” e esperado.

Os pais são aqueles que, usualmente, mais sofrem a morte de um filho, embora todo o sistema familiar se desorganize, demandando tempo para restabelecer-se, reestruturar-se e elaborar a perda (Rando, 1997). O impacto diante deste tipo de perda incide, em especial, sobre as mães, de quem se espera onipresença e onipotência na relação com a prole. A mulher sente esta perda como um fracasso do cumprimento do papel parental socialmente atribuído pois

... perde um pedaço de si mesma, a ilusão e a esperança. Perde também a ordem e a lógica do seu próprio universo, na medida que se espera que os adultos ou os mais velhos morram primeiro (...) perdem também a perspectiva de futuro, além da função de cuidadoras e, portanto, parte de sua identidade. (Caselatto & Motta, 2002, p.105)

Devemos lembrar, no entanto, que o amor materno nem sempre foi visto como uma característica inata às mulheres. Como referido por Badinter (1985), em decorrência do número elevado de mortes de bebês até o século XVII, às mães eram recomendados sentimentos de frieza, indiferença e desinteresse pelo recém-nascido, pois “...valia mais a pena não se apegar para não sofrer depois” (p. 85). Já no século XVIII, há uma inversão de valores: se antes as mães eram censuradas

caso explicitassem sentimentos de carinho e ternura por seus filhos, a partir deste período, elas passam a ser cobradas a dar demonstrações destes sentimentos pelos descendentes.

Segundo a autora, o amor materno passa a ser visto como um sentimento natural e inerente às mulheres e, conseqüentemente, criam-se “regras” de comportamento que determinam que, diante da morte de um filho, as mães reajam de forma condizente com seu papel socialmente construído.

Em nossa sociedade atual, as mulheres ainda são ensinadas sobre como devem reagir diante da perda de um filho. Há expectativas relacionadas às primeiras reações diante da perda, bem como de como estas mulheres darão continuidade a suas vidas (Caselatto & Motta, 2002). Podemos dizer, portanto, que o comportamento das mães é não só esperado, mas praticamente determinado pelo meio onde está inserida. Porém, vale ressaltar que estas expectativas não são apenas externas, mas também da própria mulher, que introjeta e incorpora o papel de mãe-cuidadora onipotente, glorificando-se quando acerta e martirizando-se quando “falha” na criação dos filhos.

Quando uma criança morre, portanto, nosso mundo previsível e estável não mais parece tão seguro e confiável, e os sentimentos de fracasso e impotência se abatem comumente sobre as mães enlutadas. Nos casos de desaparecimento, mais especificamente, este sentimento de imprevisibilidade da vida é ainda mais acentuado e devastador. Segundo Boss (2001), “... a perda ambígua faz com que nos sintamos incompetentes, quebra nossa sensação de sermos donos de nossa própria vida e também nossa crença de que o mundo é um lugar justo, ordenado e manejável.” (p.106).

Esta perda, tão incerta e ambígua, faz com que as reações diante do desaparecimento de um(a) filho(a) sejam ainda mais intensas e complexas. Para melhor compreensão deste fenômeno, avaliamos o impacto individual do desaparecimento do ponto de vista de nossas participantes. Dividiremos esta categoria em partes, apresentando, primeiramente, as reações iniciais à perda, seguidas das reações ao longo do primeiro ano e, por fim, os sentimentos e pensamentos atuais destas mulheres frente à ausência prolongada de seus filhos.

4.1.1

Reações iniciais

Diante de uma perda abrupta e inesperada, reações iniciais tais como choque, negação, choro, desespero, impotência, angústia, dor e medo são comuns e esperadas (Franco, 2002).

Nos casos de desaparecimento, estes sentimentos estão presentes de forma ainda mais intensa. De acordo com Alvarenga e Villaherrera (2004), quando é uma criança que desaparece (principalmente quando esta é muito jovem), os principais afetados são os pais e irmãos. As autoras constaram que

Os familiares das meninas e meninos desaparecidos vivem os primeiros momentos após o desaparecimento (...) um estado de profunda desorganização emocional. O desespero, insônia, inapetência, acessos de choro, sentir que estavam a ponto de enlouquecer, assim como o desejo de morrer ou de sair correndo foram comuns... (p.170)

Em estudo realizado por Henderson e Henderson (1997), os autores constataram que os pais que não acreditavam que seus filhos pudessem ter fugido espontaneamente de casa apresentaram reações mais intensas de negação, angústia e desespero do que aqueles que cogitaram esta possibilidade, mesmo sem confirmação da mesma. Segundo os autores, as famílias que achavam que os filhos poderiam ter saído voluntariamente do lar admitiram a existência prévia de conflitos familiares, situações de violência física, emocional e/ou sexual ou outras possíveis causas para a fuga. Já nos casos das famílias que atribuíam outras causas para o desaparecimento como rapto por estranho, por outro familiar ou membro da família extensa (inclusive amigos e conhecidos dos progenitores), os sentimentos iniciais de ansiedade, impotência e vergonha se apresentaram de forma mais aterradora.

Partindo dos dados encontrados pelos autores supracitados, um dos pré-requisitos estabelecidos para a escolha das participantes diz respeito à hipótese da família sobre as causas do desaparecimento. Todas as entrevistadas, ao registrarem o desaparecimento de seus filhos nas Delegacias e demais órgãos responsáveis, excluíram veementemente a possibilidade de fuga de seus filhos. Com isto, procuramos investigar as reações iniciais destas mulheres frente ao desaparecimento súbito e inesperado das crianças.

Em todos os casos estudados, a negação foi a reação inicial mais comum, diante da realidade da perda. Mesmo no caso de Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, raptada aos 11 meses de idade em uma piscina pública - situação na qual a mãe estava presente e teve contato com a seqüestradora - a recusa em acreditar no desaparecimento da filha fica clara na fala desta participante:

“Eu entrei em desespero, gritava muito... no mesmo dia que me levaram ela, eu fui lá na Delegacia dar o depoimento, mas voltei lá na piscina e fiquei até escurecer, deixei uns retratos da minha filha no Corpo de Bombeiros porque disseram que, às vezes, aparece criança perdida lá... saí de lá tarde da noite, porque eu pensei que ela podia ter voltado lá (...) se arrepender, entregar minha filha pra alguém lá, né? A minha esperança era essa, né?” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Segundo Caselatto (2002), a perda de um filho pode ser a mais devastadora para as mulheres, e a negação impera devido à dificuldade de a mãe abdicar de seu papel materno. Podemos inferir que, nos casos de desaparecimento, a negação torna-se uma resposta ainda mais compreensível pois “...a tendência (...) é manter uma relação e não renunciá-la. Uma vez que estabelecemos o vínculo, resistimos a deixá-lo...” (Boss, 2001, p.83).

No caso de Zélia, que pediu à filha, Amanda, 9 anos, que fosse ao mercado com o irmão mais novo, Henrique (na época com 4 anos), negação e culpa aparecem juntos nos primeiros momentos após o desaparecimento da menina. Segundo relato do caso, ao saírem da mercearia, Amanda e Henrique foram abordados por um homem que pediu apenas a menina que o acompanhasse, pois ele lhe daria uma cesta básica. Amanda seguiu espontaneamente com o desconhecido, enquanto Henrique voltou para casa. Zélia estranhou o fato de o filho chegar sozinho. O menino contou-lhe a história, mas Zélia não entendeu porque a filha tinha acompanhado o homem, já que não o havia reconhecido. Henrique afirmou que o homem parecia ser morador da comunidade onde residiam, mas não sabia dizer exatamente quem era.

Zélia ficou preocupada, mas decidiu aguardar pelo retorno da filha. No entanto, o tempo passava e nenhum sinal de Amanda. No relato, medo intenso, angústia e desespero tomaram conta de Zélia, o que a levou a procurar as autoridades:

“Fui ficando agoniada, olhava na janela e nada dela... você não acredita naquilo, não pode ser verdade, mas uma hora tem que tomar uma atitude. Aí eu saí pra procurar... deixei o meu mais velho tomando conta dos mais novos e sai procurando com o Henrique, porque ele sabia quem era o homem, mas nada da gente achar! E eu comecei a ficar mais e mais nervosa...aí decidi ir na Delegacia. Pedimos ajuda dos vizinhos, e eles foram comigo... fizemos a ocorrência e voltamos pra casa com o coração na boca, né?” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Ao voltar para casa, Zélia vivenciou mais um momento de extrema ambigüidade de sentimentos: por um lado, a esperança de encontrar a filha sã e salva de volta em seu quarto; de outro, a certeza de que esta nunca mais seria encontrada. Reações como desânimo, choro descontrolado, aumento da pressão arterial, dor nas pernas, sono excessivo e fadiga também estiveram presentes.

Na relação com a família, as reações de Zélia foram mais explosivas, com demonstrações de raiva, impotência, culpa e tristeza:

“Eu fiquei arrasada, parecia que a casa tava vazia.... logo no início, eu tava muito agressiva, queria me separar do meu marido porque tudo me abusava dentro de casa (...) eu provocava ele pra ver se ele ia embora (...) Eu tomei antipatia pelos meninos, por todos! Deixei eles com uma vizinha acho que quase um mês! No fundo, a culpa foi mais minha (...) Eu senti, no momento que ela não tinha voltado, que quem devia ter ido no mercado era eu (...) no começo, a gente fica perdida, sem saber o que fazer, sem saber o que sentir!” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Kordon e Edelman (1987) afirmam que o desaparecimento de um ente querido desestrutura toda a família, gerando reações em cadeia, como no caso de Zélia: o desaparecimento de Amanda suscitou sentimentos de desamparo e descontentamento em relação ao marido; os filhos passaram a ser negligenciados ou até mesmo alvo de acusações; além de sentimentos autodirecionados de culpa e impotência, os quais comprometeram, indubitavelmente, o processo de reestruturação individual e de todo o sistema familiar.

Constatamos também a presença do que Alvarenga e Villaherrera (2004) nomearam de “pensamento mágico”. Este conceito refere-se à idéia onipotente dos enlutados (em especial, as mães) de que poderiam ter evitado o ocorrido, ou desfazer o que já ocorreu. Este mecanismo, segundo as autoras, é comum após a fase inicial de negação, quando o sujeito começa a se dar conta da perda sofrida.

No caso de nossas entrevistadas, este recurso também se fez presente e deflagrou a crença de que, se pudessem refazer suas escolhas, o filho não estaria

desaparecido. Eunice, 32anos, mãe de Mariana, desaparecida aos 10 anos após sair para comprar pão, demonstra esta relação entre negação e pensamento mágico.

“Eu não aceitava que ela não ia voltar, não dá pra aceitar! Passei uns 15 dias sem ir na minha casa porque eu não conseguia. Eu não ia colocar comida no fogo, não deixava ninguém mexer na minha casa, mas também não entrava, não queria (...) fiquei na casa da minha irmã. Quando eu vi que ela tinha sumido mesmo, eu voltei, mas coloquei minha cama do lado da janela e ficava 24 horas sentada de frente olhando pra rua... 24 horas, dia e noite, só saía pra ir no banheiro, tomar banho e fazer minhas necessidades, mas saía e voltava direto pra cama. Anoitecia e amanhecia e eu na janela, na esperança de alguém botar ela na rua, na madrugada, ela gritar e eu ouvir... eu não queria sair... e se ela me chamasse e eu não escutasse? Se eu não tivesse lá, iam levar ela embora de novo... até hoje eu ainda olho na janela, na esperança dela chegar.” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Outro caso no qual as reações iniciais estão marcadas, de forma emblemática, pela negação e pelo pensamento mágico, é o de Juliana, mãe de Bianca, desaparecida quando tinha apenas 1 ano e 10 meses. Juliana havia deixado a filha no portão de casa para ir à vizinha buscar o cachorro da família; quando voltou, cerca de dois minutos depois, a menina havia desaparecido.

Um fator agravante neste caso: o fato de a menina ainda não andar bem sozinha, o que impediria que ela fugisse ou corresse para algum lugar distante, a menos que um adulto a levasse. Por ser tão indefesa, Bianca não poderia ter saído, portanto, voluntariamente de sua casa, e esta variável suscitou ainda mais desespero, angústia e culpa em Juliana. Em sua fala, reações iniciais de negação, choque e raiva. A entrevistada também acredita que, se tivesse levado a filha no colo, conseguiria buscar o animal da mesma forma, e nenhum mal teria acontecido à menina, deflagrando também a presença do pensamento mágico referido por Alvarenga e Villaherrera (2004):

“Na hora eu pensei que era brincadeira... foi anoitecendo e nem assim eu acreditava. Depois de umas três horas, chegou minha madrinha e eu falei pra ela que aquilo devia ser uma brincadeira... eu falei pro meu esposo que tinham pegado ela pra me colocar medo, sei lá, porque todo mundo sabia que ela era o xodó de casa...mas eles foram me acalmando e me mostrando o que realmente tava acontecendo e aí, de manhã, eu vi de verdade que ela não tava mais ali do meu lado, né? Foi muito difícil. Nessa hora eu falei: ‘Se eu pegar a pessoa, eu não sei o que eu faço’, de raiva mesmo, mas foi só na hora daquele choque, daquela raiva, mas depois você pensa: ‘Não, não pode ser, uma pessoa normal não tira o filho de outra’... a pessoa não pode ser normal, e aí não tem como ter raiva de alguém assim...mas é muito difícil entender, não dá pra aceitar nunca

uma coisa dessas, ninguém tem o direito de fazer isso com uma mãe (choro). Eu fiquei muito culpada (choro). Eu nunca deixei ela na rua, era primeira vez que ela tava sozinha no portão.... a gente acha que pode evitar essas coisas e quando acontece, é duro...” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Diante de casos como o de Zélia, Eunice e Juliana, lembremos L’Hoste (1987) quando este nos diz: “Não nos esqueçamos que em nossa cultura está prescrito que as mães são responsáveis pelo cuidado e pela integridade física dos filhos” (p.109). Podemos concluir que, nestes casos, a negação e o entorpecimento se apresentaram como importantes mecanismos de defesa para que estas mulheres não fossem devastadas pelo sentimento de culpa e impotência após o desaparecimento das filhas.

Em outros dois casos, a negação da realidade da perda está relacionada à crença de que suas filhas não poderiam ter sido enganadas pelos supostos seqüestradores. No primeiro exemplo, Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade em uma feira livre, relata a dificuldade em acreditar que sua filha havia desaparecido.

“Devia ser umas 11:00 horas quando eu cheguei em casa do trabalho e encontrei minha cunhada chorando, desesperada, e eu perguntei: ‘O que aconteceu?’, e ela disse: ‘A Ana sumiu’ e eu falei: ‘Como assim, a Ana sumiu, que é isso?’, porque eu não acreditava! Só depois que eu pensei: ‘Só se alguém levou minha filha’, mas achava que ninguém podia levar minha filha porque ela era muito esperta. Quando eu fui chegando perto da barraca da minha irmã, que eu vi ela aos prantos e todo mundo segurando foto da minha filha, os rapazes de moto, tudo mostrando a foto dela, aí eu pensei: ‘Alguma coisa aconteceu’, mas ainda assim eu não queria acreditar... quando eu cheguei e a testemunha me contou o que tinha acontecido, aí eu falei: ‘Pronto, levaram a minha filha’... aí o chão pra mim sumiu... fiquei desesperada, comecei a chorar... foi aquele desespero.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

No segundo caso, Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida aos 8 anos de idade quando andava de bicicleta em uma praça em frente à casa de uma tia, a negação do ocorrido é seguida de fortes sentimentos de desespero, impotência e angústia.

“Eu tava em casa dormindo. Aí minha tia chegou lá, bateu na porta e falou assim: ‘Daniela, a gente veio te buscar porque a Luíza tá desaparecida, sua irmã tá desesperada e meu cunhado já pegou o carro pra buscar o pai dela, porque ninguém consegue encontrar ela’. Na hora, a gente não acredita, porque ela era muito esperta, por que que ela ia se meter de ir com um homem pela estrada? Você não acredita, né? Depois é que a gente vai percebendo que a

realidade é aquela... é horrível! No começo, eu não queria nem sair de casa, você não consegue mais fazer nada, não consegue dormir, nem descansar... é uma agitação só! Bate um desespero, é um chororô toda hora, a gente não gosta nem de tocar no assunto, porque logo a gente fica deprimida. É um pânico, é uma coisa horrível (choro)." (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

De acordo com estudo realizado pelo National Center of Missing and Exploited Children (2003), reações como as de Zélia, Juliana, Eunice, Soraia e Daniela são freqüentes em casos de desaparecimento de crianças. Segundo os pesquisadores, os pais entrevistados descreveram um impacto súbito e devastador no momento em que tiveram certeza de que a criança estava desaparecida, oscilando entre sentimentos de medo intenso e descrença frente ao ocorrido.

A pesquisa também constatou que, após a confirmação do desaparecimento, os pais sentem-se paralisados e fixam o pensamento no último momento no qual viram a criança, não sendo capazes de aceitar que a ausência do filho se estenda por longos períodos de tempo. Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida aos 10 anos de idade após ter sido abordada por um homem desconhecido perto de sua casa, relata suas primeiras reações, corroborando com os dados encontrados pelos pesquisadores americanos:

"Eu fiquei arrasada, muito mal no começo, sempre com o coração apertado... fiquei sem rumo, tendo que fazer todas as coisas no automático. Eu chorava, depois eu ficava brava, depois eu chorava mais um pouco... eu fiquei muito mal no começo, não sabia o que fazer, com quem falar, achando que ela ia voltar... o celular ligado em todos os lugares que eu ia, porque alguém podia ligar, mas acho que eu esperava mesmo era uma ligação dela, ouvir a vozinha dela de novo, pelo menos por uma vez (choro). É difícil acreditar que você nunca mais vai ver um filho." (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

Como podemos observar, diante do desaparecimento de seus filhos, as participantes apresentaram reações de choque, entorpecimento e negação. Boss (2001) afirma, no entanto, que estas reações iniciais são, justamente, o que permitem o enfrentamento desta perda tão ambígua, pois

... protegem temporariamente o corpo depois de um trauma (...) proporcionam um alívio transitório à dura realidade psicológica de uma perda potencial (...) diminuem a angústia originada inevitavelmente por uma presença ou ausência incertas. (p.86).

Lloyd e Zogg (1997) já haviam obtido este dado anteriormente e afirmam que, após o momento inicial marcado pelas reações de choque e negação, o período seguinte é de ação orientada, no qual os pais geralmente contatam amigos, membros da família, escola, vizinhos e organizações às quais a criança pertencia, na tentativa de localizá-la. Segundo as autoras, os pais sentem dificuldade em manejar o medo e a ansiedade frente à notícia do desaparecimento enquanto, simultaneamente, têm que tomar decisões para iniciar as buscas pela criança, e acabam vencendo este obstáculo inicial alimentados pela esperança de resgatar a criança sã e salva.

Este movimento de negação/descrença/esperança/ação pôde ser percebido em todas as entrevistas. As mães relatam uma verdadeira sucursal em busca de informações que as levassem ao encontro de suas crianças. Um exemplo foi retirado da fala de Cleide, mãe de Marcel. A transformação do “*luto em luta*” foi a forma como esta mãe descreveu suas primeiras reações diante da constatação do desaparecimento do filho, na época com apenas 6 anos. Marcel foi visto pela última vez no playground da escola onde estudava por volta das 15:00 horas da tarde. Além de não existirem testemunhas, Cleide não conseguiu o apoio das autoridades policiais, tomando para si a responsabilidade de procurar pelo filho.

“Naquela noite, saí eu, minhas filhas e meu sobrinho, e a gente foi pro colégio, já tava de noite, tudo fechado... a gente gritou, perguntou às pessoas lá perto, ninguém tinha visto ele. Começamos a rodar a vizinhança, falar com os vizinhos, com os coleguinhas de colégio, mas ninguém viu o Marcel... eu peguei ônibus, falei com os motoristas, virei à noite fazendo isso. Aí, então, voltei pra casa, pensando que ele já devia ter chegado, mas ele, até então, não tinha chegado. Aí, eu fui pra Delegacia pra dar ele como desaparecido, mas lá eles não fazem nada e por isso essa é minha luta desde então”. (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

A angústia e o sofrimento desta mãe diante da falta de informação sobre o paradeiro do filho foram extremos e, na tentativa de resgatar o senso de controle da realidade e o sentimento de onipotência, Cleide arriscou sua própria vida durante as buscas pelo filho desaparecido.

“Eu passava mais tempo na rua do que dentro da minha casa. A minha vida era procurar, procurar, procurar o Marcel; eu não comia, não bebia, não conseguia dormir (...) No começo, eu cheguei até a fazer um cartaz com a foto dele e entrei na Rocinha. Tinha oito homens armados e pedi ajuda. Hoje já não faria, porque aquilo foi num momento de desespero, mas naquela época, de polícia a bandido, eu pedi ajuda a todo mundo! Eu já cheguei a separar briga de

cheirador de droga na rua enquanto procurava meu filho (...) a gente perde o medo quando tem um filho desaparecido.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Em outro exemplo, Fabiana, mãe de Paula, desaparecida aos 10 anos de idade após ter saído para ir à banca de jornal, mobilizou rapidamente familiares e amigos no momento em que percebeu que a filha havia desaparecido.

“No dia que ela sumiu, eu comecei a ficar nervosa porque ela tava demorando muito. Eu fui até a banca e o rapaz disse que ela tinha já tinha saído, que ela voltou pelo mesmo caminho. Aí voltei na casa da minha irmã e ela não tinha voltado; fui na casa de outra colega e também não tava lá... eu subi, descí as ruas, procurei em todos os lugares que ela conhecia e que ela podia ter ido, e nada... foi aí que eu vi que alguém tinha pegado ela ali na volta pra casa, mas a gente ainda tinha esperança de ela ter ido até a casa do irmão, mas não foi. Eu já tinha ido na casa do meu filho mais novo e ela não estava... a gente perguntou pra todo mundo, pedimos pras pessoas lembrarem se não tinha tido nenhum acidente, nenhum atropelamento ali, mas ninguém viu nada... a gente procurou nos lugares onde tinha menino de rua. Depois fomos na Delegacia, mas ainda passamos muito tempo procurando... a gente andava a noite inteira, o dia inteiro... meus filhos iam andar comigo madrugada adentro, todo mundo morto de cansaço, mas sempre procurando. Imagina andar toda noite pensando que ela podia estar sendo usada pra se prostituir... é duro (choro). Meus filhos foram várias vezes no IML, porque eu não tinha coragem de entrar lá não (...) você busca uma resposta, né, mesmo que seja o corpo... e até hoje estamos nessa busca.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Nas primeiras semanas e meses, segundo Lloyd e Zogg (1997), muitos pais abdicam de seus horários de alimentação e descanso, bem como modificam a rotina de trabalho e lazer para procurar pela criança desaparecida. Este dado também foi constatado em nossas entrevistas, como no caso de Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida aos 11 anos de idade após ter ido ao mercado.

“... saímos de casa pra procurar, procuramos tudo! Do primeiro dia aos primeiros meses, eu saía do serviço à noite, andava pela cidade toda, eu e minha irmã. Todo dia a gente fazia isso... chegava em casa 04:30 da manhã e já tinha que estar de pé às 07:30 pra ir trabalhar de novo. Era muito difícil! A gente ia pra esses lugares que tinham mais meninos de rua, né? Eu fui na casa de tanta gente por aí, procurei muito... aí tinha que voltar pra casa, né? Meu Deus, eu fiquei tão ruim, tão mal, que eu não conseguia fazer nada dentro de casa. No começo, eu achei que ia ficar louca! A minha cabeça parecia que ia explodir... quando começava aqueles temporais, aquela chuva forte, eu entrava em desespero, eu chorava a noite todinha. Eu achava que ela poderia estar no meio da rua, sozinha, sem comer, sem cobertor, sem ninguém. Você acha mesmo que vai ficar louca porque não saber nada sobre um filho, que saiu de dentro de você, é muita dor pra uma mãe sentir.” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

Como constatamos, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas mães nas primeiras semanas após o ocorrido era voltar para a casa, pois além de ser um ambiente repleto de lembranças do filho desaparecido, reafirmava dia a dia que a criança continua ausente. Olga, mãe de Iara; Vanessa, mãe de Isabela; e Fabiana, mãe de Paula, atestam este dado.

“Foi horrível voltar pra casa e não ter mais a minha Iara... você reza pra chover, porque ela tinha medo de chuva, de raio, de trovão... ela tinha medo de mendigo... você fica rezando pra ver se acontece alguma coisa assim, pra ver se volta pra casa (...) fica agoniada com notícia de criança achada morta na TV, chora toda vez que vê uma criança sofrendo, fica supersensível pra tudo. Não tinha fome, nem sede, nem queria mais trabalhar... minha vida era buscar minha filha (choro).” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

“Foi um desespero imenso, não tem como explicar. Gritaria, desespero. Quando você chega em casa, não consegue dormir, não consegue comer... me obrigaram a comer, mas foi tão difícil pra mim... eu não tava aceitando nada mesmo, eu tava me alimentando só com água... eu passei muito tempo ruim com a falta da minha filha... até porque ela esteve ruim, com começo de pneumonia, ficou internada 10 dias e minha preocupação também era essa, de não saber como é que ela tava... é um desespero que não dá pra explicar. Ficava lembrando de como não consegui segurar ela direito, tudo vem na cabeça, é muito difícil!” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

“Nos primeiros dias é pior. No começo, foi muito difícil... quando eu voltei pra casa, eu não conseguia entrar dentro de casa, tudo lembrava ela, ficava desesperada, ninguém queria ficar em casa comigo porque eu ficava lembrando dela. Aí eu ficava sozinha, chorando o dia inteiro, sentindo aquela dor forte no peito, né? Eu não conseguia dormir, não deixava ninguém dormir também, foi muito difícil...” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Concluimos, corroborando com os achados por Lloyd e Zogg (1997), que nossas participantes apresentaram, como primeiras reações frente ao desaparecimento de seus filhos, negação, choque, entorpecimento, desespero, angústia e medo, seguidas de ansiedade e pró-atividade na busca por informações que lhes dessem pistas sobre a localização da criança.

Mas, se a perda é ambígua, pois não se sabe ao certo o que aconteceu com o familiar ausente, e o desaparecimento pode se estender durante meses e até mesmo anos, o que sucede este período inicial? Como reagiram as mães ao longo dos primeiros doze meses após o desaparecimento de seus filhos?

4.1.2

Primeiro ano de desaparecimento

... a maioria das pessoas que sofre uma perda incerta (...) a curto ou a longo prazo, muda sua percepção sobre a condição do membro da família que está ausente física ou psicologicamente. À medida que a ambivalência e a negação enfraquecem, os membros da família passam a aceitar que a perda ambígua está aí (...) dão valor à situação, tomam decisões e atuam. (Boss, 2001, p.105).

Quando ocorre a morte de uma criança, espera-se que os pais expressem sentimentos condizentes ao papel que exerciam junto à criança por um período de tempo também estabelecido pelo grupo no qual os genitores estão inseridos. Dentre as reações socialmente previstas para as mães podemos citar tristeza, desespero, angústia e, principalmente, culpa, amparada na crença de que as mulheres são responsáveis pela proteção de sua prole (Caselatto & Motta, 2002).

O primeiro ano após o desaparecimento, segundo Lloyd e Zogg (1997), é o período mais difícil e conflituoso para os enlutados, em especial nos casos de desaparecimento. Os sentimentos de tristeza, desespero e medo, geralmente apaziguados pelo tempo nos processos de luto normal, permanecem praticamente inalterados nos casos de perda ambígua, pois as incertezas e indefinições continuam presentes por tempo indeterminado.

Em nosso estudo, diversos sentimentos foram citados pelas mães como presentes durante o primeiro ano após o desaparecimento de seus filhos. Estes serão apresentados de acordo com sua incidência nos relatos, a começar pelo sentimento de culpa, o mais citado pelas entrevistadas.

a) Culpa

Caselatto (2002) ressalta que o sentimento de culpa é muito comum em mães enlutadas, e este pode ser vivenciado de diferentes formas. A autora afirma que, além do sentimento de culpa pelo fracasso no desempenho do papel parental, há a culpa pela morte da criança, baseada na crença das mães de terem contribuído para o falecimento ou por terem falhado na proteção da mesma (omissão ou condescendência); a culpa moral, baseada na crença de que está sendo punida por

alguma violação moral, ética ou religiosa; a culpa por estar viva ao invés da criança; e, em alguns casos, a culpa pela forma como sente e expressa seu luto.

Nos casos de desaparecimento, Lloyd e Zogg (1997) constataram que sentimentos de culpa e de fracasso no cumprimento das funções de cuidado e proteção dos filhos, apareceram de forma exacerbada no discurso de suas entrevistadas. Algumas mães referiram-se ao fato de a criança desaparecida ser plenamente saudável, o que não as “alertou” sobre a possibilidade de que pudessem perdê-la, além do sentimento de impotência por não saber o paradeiro da mesma.

A imprevisibilidade da perda suscitou nestas mães perguntas como: teriam nossos filhos sofridos maus-tratos, violência física e/ou psicológica? O que teriam suportado? Teriam sobrevivido? Estes questionamentos aumentam a sensação de fracasso e geram mais culpa por crerem não ter protegido adequadamente a criança.

Podemos afirmar, portanto, que em caso de desaparecimento de filho, assim como nos casos de morte, surgem sentimentos de culpa; porém, exacerbados pela falta de certezas e prognósticos próprios à situação. Este dado havia sido constatado no estudo realizado com mães de crianças desaparecidas, no qual Alvarenga e Villaherrera (2004) constataram que

... dada a concepção que se tem acerca do desempenho do papel materno, o sentimento de culpa estava mais arraigado nelas. As mães viviam a separação como uma experiência traumática e (...) sentiam que haviam fracassado no desempenho de seu papel esperado (...) não podem assimilar a perda porque ficam à espera do regresso do(a) filho(a). (p.69)

Em nosso estudo, embora algumas participantes digam não saber o que poderiam ter feito para evitar o desaparecimento, sentem que, se tivessem se comportado de forma diferente, a criança ainda estaria presente na família. Este dado havia sido constatado em pesquisa realizada por Kordon e Edelman (1987), que afirmam que “... frente a toda situação de perda, tende-se a pensar que deveria-se agir exatamente ao contrário do que se fez. Nos casos de desaparecimento, este sentimento é ainda mais forte e devastador” (p.44).

Zélia, mãe de Amanda, desaparecida aos 9 anos de idade, exemplifica bem o dado encontrado pelas autoras. Em sua fala, vemos que esta mãe carrega, ainda hoje, toda a culpa pelo desaparecimento da filha, pois crê que poderia tê-lo

evitado se simplesmente tivesse ido, ela mesma, fazer as compras. O sentimento de culpa é reforçado pelas acusações de seu marido, que também a responsabiliza pelo desaparecimento da menina.

“O meu esposo achou que eu era culpada, porque ele acha que eu que devia ter ido no mercado, não ter deixado ela ir (choro) e eu me senti culpada mesmo, muito... e até hoje, eu ainda tenho essa culpa. Se eu tivesse ido, nada disso tinha acontecido (choro).” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

No caso de Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade em um final de semana que estava na casa da tia materna, o sentimento de culpa foi vivenciado logo após o desaparecimento da menina e, embora esta mãe afirme não mais senti-lo, dizendo acreditar na fatalidade do acontecimento (“... *poderia ter acontecido a qualquer pessoa*”), ainda é possível perceber sinais de que este sentimento não está totalmente dissipado.

“Senti muita culpa; fiquei muito culpada no começo porque ela desapareceu no domingo e, no sábado, quando a gente tava esperando o ônibus, vinha muito meu ônibus e nenhum da minha irmã, e eu pensei assim: ‘Ah, vou levar as crianças comigo, não vai pra casa dela, não’, mas aí eu pensei que eles iam ficar irritados comigo, e eles queriam muito ficar na casa dos tios. Eu me senti muito culpada de ter deixado eles irem pra lá, mas eu sei hoje em dia que eu não tive culpa, mas se a gente pudesse voltar atrás, a gente mudaria muita coisa, faria muita coisa diferente... eu acho que nunca mais eu ia deixar meus filhos irem pra casa de ninguém, não sei... sei lá, acho que podia ter acontecido com qualquer criança da minha família, eu tenho vários sobrinhos, sou até tia-avó, então podia ser outra criança (...) mas foi com a minha menina, né?” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Foi possível notar em outros relatos que, nos casos nos quais as mães são culpabilizadas por outras pessoas pelo desaparecimento de seus filhos (como no caso de Zélia, citado anteriormente), a ambigüidade de sentimentos está ainda mais exacerbada na fala destas mulheres, pois ao mesmo tempo em que assumem esta culpa e acreditam que poderiam evitar o ocorrido, tentam encontrar justificativas como forma de se isentar desta responsabilidade.

Daniela, mãe de Luíza, desaparecida aos 8 anos de idade quando andava de bicicleta na praça do condomínio de sua tia, exemplifica bem, em sua fala, a dificuldade em lidar com a culpa (culpa que lhe é atribuída por si mesma e por outros membros de sua rede), assumindo-a e negando-a ao mesmo tempo.

“Se eu soubesse que isso ia acontecer, eu nunca ia ter deixado ela lá brincando na rua de bicicleta. Eu nunca imaginei que ela ia sumir num lugar assim, com grade de um lado e do outro do condomínio, só que, infelizmente, não tinha como eu saber. Eu acredito que o desaparecimento da Luíza não foi relaxamento meu, não foi! As coisas acontecem na realidade, acontecem até hoje porque, além da Luíza, sumiram outras crianças... não é porque a Luíza sumiu que foi culpa minha, por eu ter deixado ela ir brincar no parquinho, é que isso realmente está acontecendo, as pessoas estão levando as crianças... mas, se eu fosse adivinhar, não tinha deixado... essas coisas podem acontecer até quando a gente está junto, né? Então é uma fatalidade, que pode acontecer com qualquer pessoa, até hoje eu sinto isso. Meu ex-marido me culpa muito, acha que foi desleixo meu, mas ele não entende que não existe culpa, ninguém pode imaginar uma coisa dessas. A mulher do meu ex-marido também ficou falando que eu era culpada da Luíza ter sumido! Muita gente acha isso, até gente da minha família achou quando ficou sabendo que ela tinha sumido. Eu soube de uma tia minha que falou que a Luíza sumiu porque eu largava ela lá e ia pro bar ficar tomando cerveja, e isso é mentira! Sempre a crítica... tem muita gente que acha que eu tava no bar enchendo a cara, e que se eu estivesse lá, não ia ter acontecido, ela não ia ter desaparecido, mas podia acontecer sim (...) mas, às vezes, eu acho que se eu não tivesse deixado ela lá, não ia ter acontecido, né? Não dá pra saber.”
(Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Em relato semelhante, Fabiana, mãe de Paula, desaparecida de forma misteriosa, aos 10 anos de idade, após ter saído para comprar jornal, fala sobre as acusações feitas pelo ex-marido e tenta responsabilizá-lo também, mesmo que indiretamente, pela seqüência de eventos que levaram ao desaparecimento da menina, numa tentativa de amortizar o próprio sentimento de culpa.

“Quando a gente ficou na casa da minha irmã, a gente podia ter ido embora, mas a Paula queria ficar pra ver o Desfile das Campeãs e eu achei que ela merecia, tinha ido muito bem na escola no ano anterior. Hoje eu sei que a gente devia ter ido embora. O pai dela fica dizendo que eu sou culpada do que aconteceu, que eu devia ter ido embora pra casa, não ter deixado ela andar sozinha, que era muito perigoso, mas eu falei pra ele que eu precisava trabalhar, porque aí dava um dinheirinho bom e ela já era mocinha pra ir até a banca, era na rua de baixo! Ele também me ajudava pouco financeiramente, e eu com duas meninas pra criar com aquela mixaria de pensão... todo homem culpa a mulher de tudo, né? Eu sei que, às vezes, eu acreditei que eu era culpada, porque você fica pensando que se tivesse ido com ela, ou não tivesse deixado ir, podia mudar alguma coisa, mas não foi descuido, eu não podia saber, não tinha como.”
(Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Já nos casos de Vanessa, mãe de Isabela; e Juliana, mãe de Bianca, o apoio dos maridos foi muito importante para que estas mulheres não se sentissem ainda mais culpadas. Porém, o sentimento esteve presente e podemos inferir que isto está diretamente relacionado ao fato de que, em ambos os casos, as crianças desaparecidas eram muito jovens (11 meses e 1 ano e 10 meses, respectivamente),

o que aumenta a expectativa social sobre as mães e os cuidados que estas devem ter para com os filhos.

A fala destas duas participantes é semelhante, e revela a tentativa de dissipar os questionamentos a respeito de sua qualificação para exercer a função parental ao ressaltarem o quanto eram carinhosas, cuidadosas e preocupadas com as crianças e que não deixavam os filhos sozinhos, corroborando com os apontamentos de Badinter (1985) sobre as expectativas de que as mães amem incondicionalmente seus filhos e consigam, de forma exemplar, protegê-los de todo e qualquer mal.

“Eu me senti culpada porque eu não devia ter saído com ela aquele dia, eu tinha que ouvir meu coração que tava pedindo pra eu não ir. Aí, eu me senti culpada, porque eu não tinha que ter ido, a gente só sai quando a gente tá com vontade; se não estiver com vontade, não é bom, porque alguma coisa tá pra acontecer... e aconteceu! Muitas pessoas me culparam, mas não falavam pra mim (...) perguntavam pro meu marido se ele achava que eu não tinha descuidado da minha filha, mas ele sempre disse pros outros que eu não era culpada, que isso pode acontecer com qualquer um, e os colegas dele sabem que eu não era distraída com as crianças. Eu nunca fui de abandonar meus filhos na mão de ninguém... ele e meus filhos são agarrados comigo... ele fala que não é culpa minha, que podia acontecer com qualquer pessoa e a nossa filha era muito agarrada com a gente, não ia com ninguém... aí as pessoas foram vendo que eu não sou mulher de largar filho, aí foram parando de falar essas coisas, mas a gente ainda sente que podia não ter acontecido, era só ficar em casa aquele dia...” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

“Eu não gostava de deixar ela na rua, não deixava ela brincar com ninguém, era ela e a irmã dela dentro de casa; se saía, saía comigo ou com o pai, não ia pra casa de ninguém, nem da minha família, nunca foi sozinha... nunca fiz assim: ‘Ah, toma conta dela aqui que eu vou ali rapidinho’, não, nunca gostei. Sempre levava ela, podia estar sol ou chuva, sempre levava ela... a gente era muito agarrado com ela. Aí quando some do portão da sua casa, você fica sem saber o que fez de errado... na época, eu fiquei muito culpada (choro). Eu nunca deixei ela na rua, foi a primeira vez que ela tava sozinha no portão, mas nisso meu marido me ajudou muito, ficou falando comigo, tirando isso da minha cabeça (...) mas é difícil, ainda tô tentando.” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Além da culpa relacionada ao desaparecimento das crianças, algumas mães referiram-se à culpa por não conseguir localizar a criança como se, após terem falhado ao protegê-las, falhassem novamente ao não trazê-las de volta para casa, para a família. Um exemplo deste sentimento aparece na fala de Olga, mãe de Iara, desaparecida aos 9 anos de idade.

“Depois de cinco anos, é capaz dela estar achando que a gente nem tá mais aí pra ela, né? Isso me deixa muito mal, porque eu ainda penso muito nela, só não sei onde procurar... e não quero que ela ache que eu esqueci dela, nunca! Eu quero que ela volte, quero muito, mas não sei mais onde procurar, o que fazer, não consigo trazer ela de volta pra gente...é um sofrimento, uma culpa mesmo de não saber mais o que fazer, mas não é nunca falta de amor!” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

Já no caso de Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida aos 11 anos de idade, após ter sido abordada por um homem desconhecido, o sentimento de culpa está relacionado ao fato de não ter aproveitado melhor o tempo que teve com a criança agora ausente. Como nos aponta Rando (1997), quando ocorre à morte abrupta e inesperada de uma criança (acontecimento este tão abrupto e inesperado quanto o desaparecimento) torna-se impossível às mães uma despedida e o fechamento de questões pendentes, gerando, conseqüentemente, sentimentos negativos como o de não cumprimento do papel parental quando a criança estava presente.

“Eu não tive minha filha comigo todo esses anos que ela sumiu (choro). Acho que o mais difícil, na verdade, foi ter ficado menos tempo com a minha filha por causa do trabalho, porque agora eu sei que nunca mais vou poder estar com ela, e aí bate aquele arrependimento de ter feito isso por tanto tempo. Não é culpa porque ela sumiu, mas culpa de não ter ficado mais com ela, não ter aproveitado mais minha filha.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

Já no relato de Cleide, mãe de Marcel, desaparecido aos 6 anos de idade, o discurso é oposto: a certeza de que cumprira adequadamente o papel materno ao cuidar e proteger os filhos a “exime” de qualquer sentimento de culpa como foi descrito pelas demais entrevistadas. Segundo a participante, justamente por ser uma boa mãe, não há porque se culpar pelo desaparecimento do menino.

“Tem muita mãe que se sente culpada porque acha que não cuidou, mas pode acontecer com qualquer pessoa, em qualquer lugar.... eu teria me sentido culpada se eu não amasse meus filhos, se não desse atenção a eles, deixasse eles jogados, gostasse de sair. Aí sim poderia me sentir culpada, mas, felizmente, não senti.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Como podemos concluir, o sentimento de culpa se apresenta como um fator complicador para o processo de enfrentamento da perda para a maior parte destas mulheres. A crença de que poderiam ter evitado o desaparecimento dos filhos, o sentimento de fracasso no cumprimento da função materna, somado ao

desconhecimento do paradeiro da criança, fazem com que esta culpa não possa ser superada, impossibilitando que estas mães re-signifiquem a relação com o filho ausente e, como afirma Boss (2001), impedem também o fechamento de uma etapa fundamental para o restabelecimento do equilíbrio e continuidade da vida.

b) Reações somáticas

Após a perda de alguém significativo, reações físicas podem estar presentes, tais como alterações de apetite, sono e peso; dispnéia; choro; inquietação; palpitação; perda de libido; consumo de substâncias psicoativas, álcool e fumo; hipersensibilidade ao barulho; falta de ar; fraqueza muscular; falta de energia e maior suscetibilidade às doenças do sistema imunológico (Franco, 2002).

Nos casos de perda ambígua, estudos mostram que reações somáticas são bastante freqüentes, principalmente quando a situação permanece incerta e indefinida por longos períodos de tempo. De acordo com Boss (2001):

Qualquer que seja a causa da perda não resolvida (...) esta pode gerar sintomas estressantes. A ansiedade, a depressão, as enfermidades físicas e os conflitos familiares afligem com freqüência aos que não se adaptam a esta e não seguem adiante com suas vidas. O ausente, se não se realiza algum tipo de fechamento, permanece presente. (p.50)

Alvarenga e Villaherrera (2004), em estudo realizado com pais de crianças desaparecidas, constataram uma piora no estado global de saúde de seus entrevistados, os quais apresentaram diversas doenças psicossomáticas, tais como cefaléia; gastrite; taquicardia; alterações de sono (principalmente insônia) e apetite; tensões musculares; fadiga e, até mesmo, casos de câncer com surgimento relacionado à vivência traumática que não pôde ser elaborada. De acordo com as autoras,

A falta de informação sobre o paradeiro do menino ou menina desaparecido gera incertezas que modificam o luto, impede que as pessoas (...) integrem esta experiência em suas vidas (...) Este luto ambivalente caracteriza-se pela irrupção de manifestações psicossomáticas, que não estavam presentes antes do desaparecimento. (p. 171)

A principal diferença entre os casos de morte de um ente querido e os casos de desaparecimento reside na duração dos sintomas que, no caso de perda

ambígua, tendem a se estender por longos períodos de tempo, podendo não haver sequer remissão dos sintomas em decorrência das indefinições próprias à situação. O desaparecimento de um membro da família incapacita os enlutados de reorganizarem a vida, e as manifestações somáticas comprometem ainda mais o funcionamento global dos mesmos.

Em nosso estudo, 8 das 11 participantes referiram piora do estado de saúde após o desaparecimento dos filhos. Problemas cardíacos foram os mais citados entre as entrevistadas, especialmente hipertensão arterial, taquicardia e dores no peito. No entanto, todas as participantes apresentam uma série de sintomas combinados, apontando os riscos de um comprometimento global da saúde.

Nos casos de Nair, 59 anos, mãe de Olívia; e Olga, 47 anos, mãe de Iara, problemas de saúde pré-existentes somaram-se a novas patologias, o que nos aponta a intensidade do impacto deste acontecimento na vida destas mães.

“Eu não tinha condições de nada, fiquei muito ruim... eu tinha acabado de sair de um problema de saúde, mas com essa história dela desaparecer, eu fiquei doente novamente. Eu tinha uma artrite nervosa que ninguém dava jeito, e eu operei, mas quando ela sumiu, deu tudo de novo. Hoje em dia, eu vivo atacada de artrite, sinto dores muito fortes... também tenho problema no coração, pressão alta e tudo. Eu também emagreci muito... pra você ver, meu manequim era 20 de tão magra! Fiquei doente novamente... é muita coisa, muita coisa na vida de uma pessoa só (choro).” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

“Depois que a minha filha desapareceu, meu sistema ficou nervoso por causa da Iara e eu fiquei internada com hemorragia uns três dias. Operei, tive que tirar um mioma, tirei tudo na verdade (...) Eu fiquei com vários problemas de saúde, por exemplo: eu sempre fui hipertensa, mas depois que ela sumiu, piorou muito.” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

Inapetência e alterações significativas de apetite e sono foram comuns a todas as participantes. Na fala de Juliana, mãe de Bianca, desaparecida aos 1 ano e 10 meses, podemos perceber a dificuldade de sua rede em compreender que seus sintomas eram uma das formas de expressão de seu sofrimento, diante da ausência da filha.

“Um médico me examinou porque eu não queria comer nem beber nada, tava sem vontade de nada, e ele disse que queria me levar pro hospício, mas eu falei pra ele: ‘Eu tô doente, mas não tô maluca. Eu tô chorando por causa da minha filha, mas eu não tô maluca!’”. Eu tava naquela situação por causa da minha filha, porque é uma coisa difícil, você acha que vai enlouquecer, e aí não tem fome nem sede, nem sono, nem nada” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

No caso de Eunice, mãe de Mariana, desaparecida aos 10 anos de idade, o emagrecimento exacerbado e a baixa resistência a doenças contagiosas levou a uma piora considerável de seu estado de saúde (atualmente sob controle).

“Eu adoeci logo que ela desapareceu, cheguei a pesar 35 quilos no primeiro mês, tava quase morta... várias vezes, tomei soro na veia porque não comia. As pessoas diziam que eu tinha que comer, que tinha que parar de chorar, que a Mariana estava bem, que ela não tava passando necessidade, mas quem garante?(...) Eu também peguei tuberculose, tudo depois do desaparecimento dela. O médico falou que foi por falta de cuidado, porque eu não comia e não dormia... mas agora já fiz o tratamento e tô boa, agora só revisão... já tô com 44 quilos, são quase 9 quilos, mas a tristeza ainda tá aqui, todo dia.” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Já nos casos de Zélia, mãe de Amanda; e Vanessa, mãe de Isabela, sintomas como emagrecimento, dores de cabeça e aumento de pressão estão presentes desde o desaparecimento de suas filhas, mas são atualmente, segundo elas, episódicos, geralmente quando lembram ou pensam nas meninas.

“Quando começo a pensar muito em tudo que aconteceu, me dá muita dor de cabeça.... começa a me dar dor de cabeça, dor nas costas... aí eu começo a ficar agitada, tomo remédio pra pressão, vou deitar ou fico do lado de fora de casa... eu fiquei doente depois que ela desapareceu, eu sei, eu vou no médico ver a pressão e tá sempre alta e eu sei que foi depois dela sumir mesmo...” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

“A pressão anda meio alta e eu até já falei pra minha médica que deve ser por causa de toda preocupação com a minha filha. Ela acha que eu emagreci muito. Às vezes, também, eu me sinto mal, passo mal, mas é de não ter mais ela brincando ali (...) aí a saúde da gente vai embora mesmo.” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

No estudo realizado por Henderson e Henderson (1997), 37% dos entrevistados apresentaram problemas físicos após o desaparecimento de um ente querido. Dentre os participantes, alguns referiram dificuldades em falar sobre o ocorrido, manifestando somaticamente a dor e a angústia diante da ausência indefinida de seus familiares. Cleide, mãe de Marcel, desaparecido aos 6 anos de idade, exemplifica o dado supracitado, associando a piora de seu estado de saúde à dificuldade inicial de expressar seus sentimentos.

“Eu virei hipertensa depois que ele desapareceu, tô tomando remédio controlado e tudo. Eu realmente tive meus problemas. Eu era uma pessoa normal, mas com o choque do desaparecimento do meu filho, eu não tive aquela coisa de extravasar e eu recolhi, e aquilo me causou a hipertensão... pra ter

noção, hoje eu também tenho uma dor na cabeça que eu tenho que tomar um comprimido todos os dias porque, se eu esquecer de tomar, eu posso vir a ter um AVC, ou simplesmente começo a sangrar pelo nariz. É assim, tudo depois dele sumir” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Assim como no caso de Cleide, Daniela, mãe de Luiza, desaparecida aos 8 anos de idade, refere grande dificuldade em extravasar seus sentimentos. Daniela, porém, passou consumir substâncias (álcool e remédios) na tentativa de amortecer a dor pela ausência da filha. Segundo Boss (2001), comportamentos autodestrutivos e abuso de substâncias (lícitas ou ilícitas) são muito comuns em casos de perda ambígua, principalmente quando o enlutado sente-se culpado pelo ocorrido, o que de fato ocorre neste caso.

“Quando minha filha sumiu, eu comecei a tomar remédio pra dormir, mas hoje eu só tomo quando eu tô com aquela insônia brava. Eu não deixei que o remédio me dominasse porque eu acho que a doença é a gente que coloca na gente mesmo, e as pessoas ficam muito dependentes, de muitas coisas... mas quando tá muito ruim de dormir, ainda tomo. Eu também comecei a beber mais depois que ela sumiu... até que, agora, eu diminuí, mas eu bebia de segunda a segunda... agora, só socialmente... tá, ninguém bebe socialmente, a gente é que se engana, mas agora só de final de semana. Acho que eu bebo mais naquela fase que você fica na depressão, mas agora só de vez em quando. Tem vezes que você tem vontade de chorar, que você não quer sair na rua, que você fica rindo, acha graça de tudo, não é? Quando eu tô muito triste, eu vou pra rua conversar, beber com os amigos, é assim que a gente consegue seguir em frente, não é?” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Daniela também refere perda importante da libido, relacionando, ela mesma, este sintoma ao desaparecimento de Luíza.

“Também não conseguia transar, não tinha tesão, pique nenhum, mas isso foi mais no começo mesmo, porque eu ficava imaginando que minha filha podia ter sido estuprada, e aí ficava vendo o rostinho dela e não conseguia ter relação.” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Pudemos constatar, portanto, a presença de reações somáticas na maioria de nossas participantes, o que indica mais uma ambigüidade dos casos de desaparecimento: ao mesmo tempo em que sintomas físicos são formas de expressar a dor e o sofrimento pela ausência dos filhos, são também complicadores para o processo de enfrentamento da perda.

c) **Formulação de hipóteses**

Outra reação comum nos casos de desaparecimento é a formulação de hipóteses sobre o ocorrido. Nos casos de perda ambígua, as reações à ausência do ente querido são intensas, complexas e tendem a prolongar-se devido às características específicas deste tipo de situação. O familiar desaparecido não poder ser dado como morto, pois não há comprovação deste fato; ao mesmo tempo, sua ausência, assim como no já referido “teste de realidade” citado por Freud (1917), é taxativa, colocando familiares e amigos frente à constatação diária de que aquele que amam não está presente. Não há certezas, apenas dúvidas. Os enlutados vêm-se diante de um enigma e buscam respostas que possam ajudá-los a esclarecer esta situação tão indefinida.

A formulação de hipóteses sobre as causas e o paradeiro do ente ausente é, desta forma, uma reação comum e esperada frente à desorganização gerada pelas incertezas inerentes ao desaparecimento. No entanto, tentar encontrar explicações para a perda não é uma exclusividade dos casos de desaparecimento. Nos casos de morte violenta, os familiares também buscam justificativas para o acontecido, tais como informações sobre as causas, se o ente querido sofreu antes da morte e quem foi responsável pela perda sofrida. A particularidade nos casos de desaparecimento é que, como os familiares – em especial aqueles mais próximos à pessoa desaparecida – vêm-se diante de algo inexplicável, faz-se necessário o uso deste recurso para o enfrentamento da perda, seja para continuar investindo no objeto perdido, seja para desvincular-se do mesmo. De acordo com Boss (2001),

Os que experimentam uma perda ambígua estão cheios de pensamentos e sentimentos conflituosos. Temem a morte de familiar (...) que desapareceu de forma misteriosa há muito tempo, mas também desejam que esta espera tenha um fechamento e um fim. (p.65)

Ainda segundo a autora, os familiares buscam justificativas, provas ou ao menos indícios que os levem a alguma informação concreta sobre as causas do desaparecimento e o paradeiro daqueles que ainda aguardam, mas como não há fatos concretos, devem formular por si próprios as hipóteses que os ajudarão a suportar a inexistência de respostas. Boss (2001) chama este mecanismo de “aposta da família”.

Os membros de uma família que enfrentam uma perda ambígua não podem negar indefinidamente que algo mudou. Com o tempo, um parente, um amigo ou as próprias circunstâncias os pressionam para que definam a condição da pessoa desaparecida de uma maneira ou de outra. Então a família, baseando-se na informação disponível, tenta adivinhar o melhor que pode ser o desenlace possível de sua perda pouco clara. (p.93)

Em nosso estudo, apenas Vanessa, mãe de Isabela, desaparecida aos 11 meses de idade, tem absoluta certeza do rapto de sua filha, já que esta foi retirada de seus braços por uma mulher desconhecida, quando passavam uma tarde de domingo em uma piscina pública do estado. As demais participantes, no entanto, apenas suspeitam que seus(as) filhos(as) tenham sido levados(as) por estranhos - em alguns casos, estas suspeitas são baseadas em relatos de testemunhas; em outros, pela simples ausência de outra explicação que justifique o desaparecimento. Porém, algo em comum aterra todas estas mulheres, mesmo Vanessa: não há respostas sobre o porquê do desaparecimento, muito menos sobre a localização atual da criança.

Um dado relevante merece destaque nos casos de desaparecimento das crianças pequenas: Vanessa, mãe de Isabela; e Juliana, mãe de Bianca (11 meses e 1 ano e 10 meses, respectivamente) não admitem outra possibilidade que não o seqüestro das meninas com objetivo de suprir uma dificuldade pessoal de quem as levou (como a impossibilidade de ter filhos ou a perda recente de um) ou a venda para casais estrangeiros. A simples idéia de que meninas tão jovens possam ter sido levadas para algum fim inescrupuloso é rapidamente descartada por estas mães, como podemos ver em suas falas:

“... até hoje eu não sei o porquê disso. Eu fico me perguntando por que fazer isso com uma criança que nem falava nem andava ainda. A situação do jeito que tá é difícil... gente pegando criança pra matar (choro). Mas, pra mim, ela deve ter pegado pra vender ou então (choro) não posso nem pensar que ela pegou minha filha pra fazer alguma maldade, não!” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio).

“Na minha opinião, ela foi vendida (...) também pode ter pego pra criar ou vender pra alguém no exterior, né? Só pode ser um ou outro, porque eu sinto que ela tá viva, eu sei que ela tá!” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio).

Podemos inferir que, ao pensar na morte ou, mais ainda, no sofrimento em vida que estas meninas podem ter vivenciado, sentimentos de culpa e impotência surjam com ainda mais intensidade, principalmente pelo fato de estas crianças

serem tão pequenas e indefesas, o que intensifica a idéia de que estas mães poderiam (e socialmente deveriam) ter protegido melhor seus bebês.

Como defesa, surge a negação da possibilidade de morte. Esta negação, de acordo com Lloyd e Zogg (1997), é mais intensa em casos onde não há nenhum indício sobre o que aconteceu com a criança desaparecida, e por isso pais, familiares e amigos têm uma maior “liberdade” para criar as hipóteses que os protegerão do sofrimento insuportável de imaginar o(a) filho(a) morto(a), que não conseguiram proteger.

Este mecanismo fica claro também quando observamos a fala das mães que têm filhos desaparecidos há muitos anos, como é o caso de Zélia, mãe de Amanda, desaparecida aos 9 anos de idade. Amanda fora abordada por um homem desconhecido que lhe ofereceu uma cesta básica e esta é a única informação disponível para a família.

“Ela foi no mercado comprar frango com o irmão, e nessa ida não voltou mais, só voltou o menino, ela não... quando ele chegou, eu perguntei: ‘Cadê a Amanda?’, e ele falou assim: ‘A Amanda não veio, ela foi com o homem pegar a cesta básica’. Pra mim, foi alguém conhecido... eu acho que ela só foi com esse homem porque ele devia ser alguém conhecido, porque senão, ela não teria ido... porque ele prometeu pra ela ir buscar a cesta e, como o menino disse, ela não foi à força, ela não foi chorando, mas, mesmo assim, eu acho que não levou pra fazer maldade; talvez pra tirar dinheiro em cima dela, com essas coisas de prostituição, né? Eu acho, as vezes, que ela pode não estar aqui no Rio... ou então, pra alguém que não tem filho criar, porque, na minha mente, não vem maldade dessas, tipo estupro ou pra matar. Eu nunca tive ela como morta, não, sempre viva (choro)”. (Zélia, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Podemos perceber que, assim como nos casos de Juliana e Vanessa, mesmo quando a criança não é mais tão jovem, as mães ainda crêem que, quem supostamente as raptou, não teria lhes causado mal maior – a morte. Este dado corrobora com os achados de Alvarenga e Villaherrera (2004) que afirmam que “...os familiares (...) vivem a angústia e a dor de não saber nada sobre o paradeiro de seus filhos, mas conservam a esperança de que estejam vivos e em boas mãos.” (p.85)

A idéia de usar as crianças em atividades ilegais como pedir esmolas ou para prostituição infantil foi citado com frequência pelas mães. Fabiana, mãe de Paula, desaparecida aos 10 anos, exemplifica bem este dado. Esta mãe acredita que, pelo fato de a filha ter o corpo bem desenvolvido apesar da pouca idade, a única possibilidade de seu rapto é para que esta fosse usada em um esquema de

prostituição infantil, o que, de certa forma, “garante” sua sobrevivência, apesar de todos os anos em que está ausente.

“Só posso achar que ela foi vendida, né? Aliás, tenho certeza... ela era boba, a gente não deixava ela solta... ela só saía com a gente, só saía sozinha pra essas coisinhas bobas, sabe, mas senão, só saía com a gente, porque a gente metia medo nela com essas coisas de falar com estranho, ela tinha medo de tudo! Eu acho que quem levou ela foi gringo, porque ela sumiu numa segunda-feira de Carnaval, né? Ela era novinha, mas já tinha um corpo mais de mocinha, sabe? Já tinha peito e era muito bonita, de repente pra usar pra prostituição, e aí ela continua presa em algum lugar, servindo pra isso. É só isso que eu consigo pensar que podem ter feito com a minha menina.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

A mesma e única hipótese surge no relato de Nair. Sua filha, Olívia, tinha 11 anos na época do desaparecimento, e Nair relata ter ouvido de muitos a hipótese de que sua filha tivesse fugido, já que não era tão nova, mas esta mãe descarta rapidamente essa possibilidade. A simples menção de que Olívia pudesse ter desaparecido voluntariamente causa extremo sofrimento a esta mãe, e ameaça romper com a imagem idealizada da filha agora ausente.

“Eu acho que minha filha foi roubada, porque ela era uma menina muito calma, daquelas que vão de casa pra escola, da escola pra casa e pra igreja. Não é que nem as meninas que você vê por aí, que bagunçam, que só querem saber de rua. Ela gostava de ficar dentro de casa. Se ela fosse assanhada, daquelas que gosta de ficar na rua correndo, saindo, eu dizia e até aceitaria se me dissessem que ela fugiu, mas ela não era assim. Tiveram umas pessoas que falaram pra mim que ela podia ter fugido, mas isso é mais absurdo, sabe? Ela era uma menina que nem sabia andar de ônibus, só com a gente mesmo. Ela não andava sozinha, só ia acompanhada, e ela era linda, então a pessoa deve estar ganhando dinheiro em cima dela, só pode ser isso.” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

No relato de Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade, nota-se claramente o medo de que a filha possa não estar viva, fazendo com que mesmo a possibilidade de que esta esteja sendo explorada sexualmente seja mais desejável do que cogitar sua morte.

“Eu acho que levaram minha filha pra fora, ou mesmo aqui dentro do Brasil, mas em outro lugar, sabe? Fora do Rio de Janeiro, pra ganhar dinheiro com ela, porque ela era linda, muito linda. Eu acredito nisso, eu quero acreditar nisso porque se não for, eu sei que minha filha pode estar morta, e eu sei que ela não está, e eu vou achar ela!” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

A idéia de que a criança desaparecida possa ter sido morta é insuportável (especialmente se de forma violenta), e, por esta razão, dá lugar a outras hipóteses que, embora também causem grande sofrimento, mantêm a criança viva e, portanto, passível de ser localizada (Kordon e Edelman, 1987; Lloyd e Zogg, 1997; e Boss, 2001).

Em outro exemplo, podemos notar o esforço feito pelas mães para encontrarem explicações que justifiquem a indefinição prolongada que vivem desde o desaparecimento de seus filhos. Daniela, mãe de Luíza, desaparecida aos 8 anos de idade, admite ter pensado inicialmente que sua filha pudesse ter sido morta, pensamento rapidamente substituído pela certeza de que a menina está sendo explorada física e/ou sexualmente por adultos inescrupulosos. Para amenizar o sofrimento por não conseguir recuperar sua filha, Daniela formula outra hipótese sobre o caso: a de que Luíza esteja enclausurada, justificando, desta forma, o fato de ainda não ter sido localizada.

“No começo, quando a gente começou a entender o que tava acontecendo, a gente pensava só besteira, que tinham pegado ela pra estuprar, que ela tava morta... a gente só pensava isso. A primeira coisa que vem na cabeça é isso, que ela foi estuprada, que foi estupro... essa hipótese a gente tenta tirar da cabeça porque é muito difícil, principalmente pro pai e pra mãe (...) Pra mim, ela tá viva e pegaram ela pra usar pra esmolar ou, às vezes, pra serviço doméstico, né? Tem muita gente carente que vive disso, sabe? Aí eu fico pensando isso... aí também fico pensando na hipótese de terem levado ela daqui pra fora, porque ela era uma morena bonita e a gente sabe que acontece... é uma coisa que a gente nem gosta de pensar, mas tem essas coisas... mas eu penso mais nisso, que pegaram ela pra trabalhar, pra esmolar, pra ganhar dinheiro em cima dela. A gente quer pensar que alguém pegou pra criar, né, mas uma pessoa que pega uma criança da idade dela não é pra criar. Acho que bebê sim, eles pegam como se fosse filho, mas com a idade dela era difícil, ainda mais porque ela é muito esperta. Por isso hoje a gente acha que ela tá presa, em cativo que nem eles falam, sendo muito vigiada (...) ela deve estar sendo dominada né?”
(Daniela, 37 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Olga, mãe de Iara, também formula a hipótese de que sua filha esteja sendo coagida e, por isso, nunca entrou em contato com a família. É possível perceber que, embora esta mãe se questione sobre o porquê desta longa ausência, jamais admite a possibilidade de a filha estar morta.

“A Iara sabia o telefone de todo mundo de cor, sabia os endereços... ela já tava na 4ª série! Ela poderia ter ligado pra mim... tem hora que eu não sei nem o que falar... é muito difícil... por que ela nunca ligou? Ela sabia de cabeça o celular da minha irmã, o celular da minha patroa, os telefones lá de casa... por isso eu não sei o que aconteceu... só se ela estiver presa, né? Ameaçada de

morrer, e aí não pode procurar a gente (...) mas morta não, não mesmo!” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

Falas como as de Olga apontam na mesma direção dos apontamentos feitos por Boss (2001), que afirma que

As emoções contraditórias se acentuam quando uma separação tem um alto potencial de ser irrecuperável. Quando existe a possibilidade de não voltarmos a ver jamais um ente querido, nos protegemos da perspectiva de perder esta pessoa tornando-nos ambivalentes: mantendo-o mesmo ausente. (p.66)

Gabriela, mãe de Camila, desaparecida aos 11 anos, também exemplifica muito bem esta afirmação. A participante primeiramente apresenta sua hipótese de rapto da filha para prostituição ou para ser criada por outra pessoa.

“Ela desapareceu do nada, aí você tenta achar uma explicação. A única coisa que a gente sabe é que teve uma testemunha, um rapaz, que disse que viu a hora que ela saiu no portão e, nisso, um outro homem, de uns 25 anos, parou ela na esquina e ela foi embora com ele... essa testemunha viu ela saindo com esse homem e disse que ela tava chorando. Foi a última vez que viram ela (choro). Quando eu penso, eu acho que alguém levou ela pra criar ou pra usar ela na prostituição. Ela era uma menina bonita, mas muito medrosa pra algumas coisas... a gente sempre falava dessas coisas de gente que rouba criança e ela tinha muito medo, além de ser muito apegada a gente.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

No entanto, em outro trecho da entrevista, a falta de certezas, própria da situação de desaparecimento, gera conflitos sobre o que pensar e no que acreditar. Gabriela nega sua própria hipótese anterior ao dizer que, desde o dia do desaparecimento, sente que sua filha está morta.

“Pra mim ela já morreu, no dia mesmo que ela sumiu ou pouco depois, porque a gente sabe que homem adulto levando menina, ainda mais menina chorando, não pode ser pra coisa boa. Eu sei que ninguém vai pegar uma menina da idade dela que já sabe quem é pai, quem é mãe, pra criar, ninguém vai pegar. Eu acho que ela foi estuprada e morta e o rapaz disse que ela foi chorando, né? Ele só pode ter ameaçado ela, porque ela era uma criança muito medrosa, e ele só pode ter ameaçado ela e depois ter matado ela.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

Para algumas mães, no entanto, ao serem questionadas sobre o que pensam ter acontecido com os filhos desaparecidos, não há hipóteses formuladas; apenas a crença de que, devido à ausência de um corpo que materialize a perda, seus filhos

ainda estejam vivos, o que as motiva a continuar as buscas. Este é o caso de Cleide, mãe de Marcel; e Eunice, mãe de Mariana.

“Às vezes eu fico pensando que, pra levar um garoto de um lugar movimentado, pode ter sido alguém conhecido. Falou: ‘Vem comigo que depois eu venho te deixar’... às vezes eu não acredito que alguém possa ter pego à força, pelo fato de ninguém ter visto. São muitas dúvidas, pra dizer a verdade, e pra nenhuma eu tenho a resposta, mas enquanto eu não achar o corpo, eu procuro por ele, todinho, vivo, pra ficar junto de mim de novo.”(Cleide, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

“Quando me pede uma explicação, eu ainda não cheguei nesse ponto, do porquê que aconteceu, do que aconteceu... eu penso que ela tá viva, e como eu nunca encontrei nada que pudesse dizer que ela tá morta, ela só pode estar viva! Se minha filha estivesse morta, eu já tinha achado alguma coisa... nunca pensei nela morta, nunca!” (Eunice, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Vimos, portanto, que a formulação de hipóteses – ou “aposta da família” como cunhou Boss (2001) – configura-se como um artifício fundamental para manutenção da integridade psíquica destas mães, que se utilizam deste recurso para manter viva a esperança de encontrarem vivos seus filhos.

A maioria das mães acredita que seus filhos estejam vivos, hipótese esta sustentada principalmente pela falta do corpo ou de quaisquer outros indícios de morte. Por acreditarem na vida de seus filhos mas não conseguirem localizá-los, estas mulheres comumente fantasiam que as crianças estão presas, acudadas ou mesmo fora do país. Como bem concluem Alvarenga e Villaherrera (2004), racionalmente, os familiares de crianças desaparecidas aceitam as diferentes possibilidades que podem resultar das buscas, mas, do ponto de vista emocional, mantêm acesa a esperança e a disposição para procurá-las por toda a vida.

d) Raiva e medo

Raiva, ódio e injustiça de um lado; medo, de outro. Estes são sentimentos freqüentes após o desaparecimento de um filho, especialmente quando não há pistas sobre o que realmente aconteceu com a criança. Segundo Kordon e Edelman (1987) estes sentimentos estão relacionados, principalmente, à impotência causada pela ausência prolongada do ente querido, e podem ser transformados em motivação para que os envolvidos encontrem forças para buscar o familiar desaparecido.

Em nosso estudo, estes sentimentos surgiram nos momentos seguintes à constatação do desaparecimento; em geral, dirigidos à pessoa que pudesse ser responsável pelo ocorrido, mas também aos membros da família e da comunidade. Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, demonstra estes sentimentos de inconformidade e raiva, mesmo sem saber quem poderia ter raptado sua filha de apenas 1 ano e 10 meses.

“Eu não me conformo com isso dela, de repente, ter sido vendida, porque ela tem que ser criada pela mãe... eu queria que ela fosse criada por mim, não me conformo! Mesmo que a pessoa tenha pegado por amor, porque gostou dela, pra cuidar, eu acho que ninguém tem o direito de tirar a filha da mãe, ninguém! O único que tem direito de tirar é Deus; o ser humano não tem direito de tirar ninguém, ainda mais um filho de uma mãe! Acabar com uma família, tirar a estrutura, não é certo porque acaba com a gente (choro intenso).” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

No relato de Zélia, a raiva do homem desconhecido que levou sua filha Amanda, de apenas 9 anos, foi intensa, e seu desejo era de matá-lo com suas próprias mãos: *“Eu queria vingança, queria vingança... quem levou ela, eu queria ver o fim, mesmo que eu tivesse que fazer eu mesma”*. Zélia também teve episódios de muita raiva e descontentamento na relação com o marido e com os filhos, comportamento descrito por Henderson e Henderson (1997) como forma de descarga dos próprios sentimentos de fracasso e impotência.

Já no caso de Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade de uma feira livre, a prisão de um culpado seria, segundo ela, *“...um castigo pior que a morte”*. Sua fala demonstra a importância de um fechamento e, em sua concepção, isto seria possível se o culpado fosse responsabilizado pela dor causada a ela e a sua família durante todos esse anos.

“Eu quero saber realmente o que houve com a minha filha (...) mesmo que tenham matado ela, eu preciso saber, mesmo que tenha sido isso, é uma coisa que você precisa saber! Eu espero que essa pessoa apareça e seja punida; quero que essa pessoa que levou minha filha pague pelo que ele fez, seja preso pelo que ele tiver feito com a minha filha, e eu tenho certeza que ele não pegou só minha filha, porque a pessoa, pra fazer uma coisa dessa, já fez com outras crianças, e ele tem que pagar. Eu quero que ele seja preso, que ele diga onde está minha filha, o que ele fez ou deixou de fazer com a minha filha...só assim eu vou conseguir ter sossego de novo na minha vida e com a minha família.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Já em relação ao medo, Kordon e Edelman (1987) definem o desaparecimento de um ente querido como uma situação-limite, que gera pavor e desespero nos enlutados, levando, conseqüentemente, à desestruturação individual e familiar dos mesmos. De acordo com as autoras, frente às incertezas que rondam estes casos, é comum que os envolvidos expressem medo intenso, em especial quando admitem a possibilidade de que seus entes ausentes possam estar sofrendo maus-tratos (físicos e/ou psicológicos) ou até mesmo estejam mortos.

Em nosso estudo, as participantes expressam claramente este medo, em especial as mães cujos filhos estão desaparecidos a muitos anos. Vejamos os exemplos de Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida aos 9 anos de idade; e Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida aos 8 anos de idade.

“Eu não consigo imaginar o que ela tá fazendo agora... às vezes eu penso que ela tá passando necessidade, ao mesmo tempo, eu acho que não tá... eu penso em por que ela não entra em contato, porque ela sabe ler e escrever, ela sabia o telefone de casa (...) tudo eu penso, mas não tenho resposta de nada! Eu penso nisso e, às vezes, me agonia... se ela tá passando necessidade ou não (choro). Quando levanta de manhã, levanta todo mundo junto, e ela não tá na caminha dela, e você lembra de novo... a todo o momento eu tô lembrando né? Dá um medo na gente, um sentimento ruim. É tudo tão difícil. A gente muda muito depois disso tudo...” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

“A coisa fica dentro de você: se tá comendo, se tá bebendo, se estão fazendo maldade com ela... é uma coisa que eu tentei tirar da minha cabeça, todas as mães tentam, mas você, às vezes, pensa, e isso é assustador, né? Eu tento me distrair, não pensar, porque isso faz mal. Eu tento desviar o pensamento disso, mas nem sempre a gente consegue escapar!” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Nos casos de Juliana e Vanessa, as filhas eram muito jovens quando desapareceram (1 ano e 10 meses e 11 meses, respectivamente), gerando nas mães um medo maior de que a criança mude fisicamente, impossibilitando assim seu reconhecimento.

“Eu tenho medo porque ela tá crescendo e eu penso assim: ‘Ai, meu Deus, e se eu vejo ela na rua e não reconheço, porque criança cresce rápido! E se as fotos não tiverem mais boas, porque ela já cresceu... e se não der mais pra reconhecer ela? Eu tenho medo das pessoas não saberem que é ela.... ela não vai mais ser mais a mesma (choro).” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Se não acha na primeira semana, aí a gente vai ficando cada vez mais agoniada, porque a criança vai mudando, né? Como que fica pra reconhecer? Isso me preocupa, tenho medo disso!” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Cleide, mãe de Marcel, refere-se a outro temor: o medo de fracassar em sua busca pela localização do filho, desaparecido aos 6 anos de idade. Novamente, vemos imperar a expectativa de onipotência materna, referida por Badinter (1985), que fala sobre o papel da mulher como aquela que deve se responsabilizar pela sua prole, e a expectativa social de que uma mãe nunca abandone seu filho.

“O sentimento que mais vem é medo. Eu tenho medo, como todo mundo tem, e o que me dá mais medo é, principalmente, de fracassar, de eu não chegar a encontrar, eu tenho medo disso... talvez eu tenha medo de encontrar também; de, um dia, me deparar com a crueldade que podem ter feito com o Marcel, mas nem isso me pára... talvez essa coragem que eu tenho acabe se, um dia, o Marcel aparecer morto, mas se isso for, eu sei que eu fiz a minha parte (...) então eu vou estar preparada, porque eu sei que eu fiz a minha parte.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Como pudemos perceber, o medo é um sentimento comum às mães, e está relacionado principalmente às incertezas sobre a localização e ao estado de saúde de seus filhos e de que não sejam capazes de recuperá-los (por não terem sucesso nas investigações ou por não os reconhecerem após anos de ausência), falhando novamente em seu papel parental.

e) Sonhos

Sonhos com os entes queridos, logo após o desaparecimento, são comuns, de acordo com Lloyd e Zogg (1997), principalmente quando as causas do desaparecimento apontam para casos de rapto por estranho e/ou que levem os familiares a crer que aquele que está ausente possa estar sofrendo maus tratos, violência ou abuso. Em nosso estudo, 4 mães relataram ter sonhado com os filhos, e mostram a ambivalência entre o medo da perda ser definitiva e a esperança de um dia reencontrá-los.

No caso de Zélia, 44 anos, fica claro que esta mãe teme que a filha tenha sido violentada, já que Amanda fora abordada por um homem desconhecido (além de Zélia descrever a filha como “... *uma menina com corpinho de mulher*”). Em seu primeiro sonho, um final trágico para Amanda, mas depois, todos os sonhos

sugerem o reencontro entre mãe e filha, mantendo viva a esperança desta entrevistada.

“Quando eu cheguei da Delegacia, fui dormir e tive um pesadelo que eu encontrava ela morta (...) encontrava ela num jardim, com aquele gramado todo verde e cheio de rosas brancas, tudo branquinho, e ela pelada lá, morta(choro), mas foi só esse sonho que eu tive... o resto, quando eu sonho com ela, é só com ela chegando... eu não chego a sonhar muito com ela, mas, às vezes que eu sonho, é com ela chegando em casa... não é encontrando ela em lugar nenhum, é ela chegando em casa, pedindo comida, com fome” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

O medo de que os sonhos sejam uma visão do que de fato aconteceu com os filhos desaparecidos amedronta estas mulheres, e gera ainda mais sentimentos ambíguos: sonhar com a criança torna-se, ao mesmo tempo, um desejo e um temor de que este se transforme em realidade, como no caso de Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade após ser levada por um homem desconhecido de uma feira livre.

“Eu sonhei com um homem dizendo que queria levar minha filha pra longe, que não ia mais me devolver ela, mas nunca mais sonhei com ela. Acho que é o medo de não ver mais que faz a gente querer muito sonhar, mas aí, quando sonha, nem sempre o sonho é bom.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Nair, mãe de Olívia, também teme que seu sonho possa ser uma visão do que aconteceu com a filha, e tenta negar esta possibilidade, alegando que o ser humano cria suas próprias fantasias que aparecem através do conteúdo onírico.

“Eu sonhei só uma vez com a Olívia depois que ela desapareceu e ela tava morta, só morta (choro). Eu só queria saber se ela realmente morreu, porque eu vi no sonho, mas não sei se é de verdade ou só sonho. A maldade do homem é muito grande, não dá nem pra imaginar o que poderiam ser capazes de fazer a outro ser humano e aí a cabeça cria umas coisas e, às vezes, a gente sonha...” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

O mecanismo de negação também age neste momento, pois acreditar no sonho seria acreditar no fim, na morte da filha. Corroborando com o que foi postulado por Lloyd e Zogg (1997), Nair busca de todas as formas manter sua esperança e repudia o sonho, pois crer no mesmo seria desistir da busca e, conseqüentemente, desistir de Olívia.

Mas há também a esperança proporcionada pelos sonhos. No caso de Eunice, mãe de Mariana, o sonho que teve com a filha é, segundo ela, um prenúncio de seu retorno, com data marcada. Isto mantém viva a esperança e a impede de vislumbrar qualquer outra possibilidade que não a do reencontro entre elas.

“Eu um dia dormi depois do almoço e eu vi ela e a Miriam sentadas num lugar e vinha um repórter entrevistar ela; ela com cabelo preso, com uma trancinha que ela adorava que fizesse no cabelo dela, e o repórter perguntava: ‘Quando você reapareceu?’ e ela respondia assim: ‘Eu reapareci dia 13 de Maio’; aí ele dizia: ‘Mas por que você não apareceu antes?’, e ela dizia: ‘Não, eu ia vir dia 11, mas eu vim agora, no dia 13’. Foi uma prova pra mim de que está viva, sonhar com ela foi muito bom!” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Vemos, portanto, que o sonho é tão ambíguo como os demais sentimentos presentes nas falas das mães pois, ao mesmo tempo em que possibilita “ver” a criança, pode causar ainda mais ansiedade e tristeza, de acordo com o desfecho do mesmo.

Concluimos que, diante do desaparecimento súbito e misterioso de seus filhos, todas as participantes apresentaram inicialmente reações de negação, choque, entorpecimento, desespero, angústia e medo. A negação da perda – reação mais freqüente no grupo estudado - baseava-se na crença de que aquela realidade não duraria mais do que algumas horas, dias ou meses. Após o choque inicial, foram citados pelas entrevistadas sentimentos como ansiedade, culpa, impotência, descrença, tristeza e raiva. Todos estes sentimentos, no entanto, contrastaram com a esperança, fé e determinação.

A certeza do reencontro, em especial, foi apontada por nossas participantes como o sentimento mais importante, que as manteve ativas na busca por informações do paradeiro de seus filhos. Por esta razão, a formulação de hipóteses – ou “aposta da família” – mostrou-se fundamental para manutenção da integridade psíquica destas mulheres, que se utilizam deste recurso para manter acesa a esperança de localizarem seus filhos.

Dentre os sentimentos vivenciados ao longo do primeiro ano após o desaparecimento, podemos destacar a culpa. A crença de que poderiam ter evitado o desaparecimento dos filhos, o sentimento de fracasso no cumprimento da função materna, somados ao desconhecimento do paradeiro da criança, fazem com que

esta culpa não possa ser superada, impossibilitando que as mães re-signifiquem a relação com o filho ausente. Como vimos, portanto, a culpa é um sentimento ambíguo pois, ao mesmo tempo em que as mulheres a sentem, tentam eximir-se desta ao buscar outras explicações para o desaparecimento de seus filhos. Mas a ambigüidade se faz presente em outras esferas da vida de nossas participantes, como, por exemplo, na saúde física.

Pudemos constatar a presença de reações somáticas na maioria de nossas participantes, apontando um dado importante: por um lado, os sintomas físicos são formas de expressar a dor e o sofrimento pela ausência dos filhos; por outro lado, dificultam ainda mais o processo de enfrentamento da perda. Os sonhos com a criança ausente seguem a mesma direção, deflagrando, da forma análoga, a ambigüidade vivenciada por estas mães.

Por fim, o medo, sentimento comum a todas as mães, relacionado às incertezas sobre a localização e ao estado de saúde de seus filhos, mas, principalmente, ao fato de que não sejam capazes de recuperá-los (vivos ou mortos), falhando novamente em seu papel parental.

Todos estes fatores apontam para a impossibilidade de re-significação e elaboração da perda, mantendo a criança ausente fisicamente, por tempo indeterminado, presente na vida destas mulheres.

4.2

Relacionamento com marido / companheiro / namorado / pai da criança

O desaparecimento de uma pessoa querida afeta todos os membros da família, demandando uma adaptação à nova situação e, conseqüentemente, a reorganização dos papéis dentro do sistema. Quando aquele que desaparece é uma criança, segundo Lloyd e Zogg (1997), os pais são os primeiros e mais impactados com a perda e, assim como nos casos de perda de filho por morte, “... tanto pai quanto mãe enlutados perdem um pedaço de si mesmos, que representava uma extensão garantida ao futuro e (...) vivem um sentimento de desilusão e desesperança.” (Caselatto, 2002, p.12).

O casal parental (que pode ser ou já ter sido um casal conjugal) certamente apresentará reações distintas diante do desaparecimento de um filho, já

que toda perda aciona os mecanismos individuais de cada um para o enfrentamento da mesma. Cabe-nos perguntar: como cada um reage? Que diferenças de expressão existem entre os sexos? O desaparecimento de um filho aproxima ou afasta os genitores, sendo estes casados ou não?

Estudos realizados junto a pais de crianças desaparecidas (Gosh & Tamarkin, 1988; Klass & Marwit, 1988; Riches & Dawson, 1996) foram unânimes ao apontar que o desaparecimento de um(a) filho(a) é um fator de risco para a saúde física e emocional do casal parental. Os resultados apontam sentimentos de culpa, impotência e vergonha diante da situação, independente destes estarem casados ou não.

Especificamente no caso de pais casados, Henderson e Henderson (1997) e Lloyd e Zogg (1997) avaliaram a relação do casal conjugal, constatando mudanças significativas após o desaparecimento do filho, em especial, falta de confiança no parceiro, diminuição ou cessação das relações sexuais e, em alguns casos, o rompimento da união após o ocorrido, motivado pelas diferenças no enfrentamento da perda.

Já em relação às reações individuais, Alvarenga e Villaherrera (2004), em trabalho realizado junto à família de crianças desaparecidas, verificaram que os homens geralmente mantêm-se afastados dos trâmites ligados ao processo de busca dos filhos.

Este distanciamento não se dá por desinteresse dos pais, e sim por serem estes ensinados que as funções de cuidado e proteção cabem às mães. Segundo as autoras:

Seus comportamentos não significam que não sentiram o desaparecimento de seus filhos e filhas, simplesmente cumpriam com o estereótipo de masculinidade que impede que os pais expressem, de forma aberta, seus sentimentos, e os condena a demonstrar uma conduta de controle emocional. Nesse sentido, sentem-se obrigados a transmitir força aos demais. Seguiam sua vida com aparente normalidade, isto é, continuavam desempenhando seus trabalhos. (p.69)

No presente estudo, as entrevistas foram realizadas exclusivamente com mães de crianças desaparecidas, não sendo possível investigar o impacto do desaparecimento de um filho sob a perspectiva do pai (ou figura paterna). Porém, a fim de avaliarmos a relação conjugal, perguntamos às entrevistadas como elas

perceberam as reações destes homens, e, posteriormente, se sentiram-se apoiadas pelos mesmos.

Dentre as participantes, apenas 1 é solteira, não tem certeza sobre a identidade do pai de sua filha e não possui companheiro atual; e 2 são separadas, não têm contato com o pai da criança e não possuem companheiro atual. Ademais, 4 são casadas e 3 são divorciadas do primeiro casamento (pai das crianças desaparecidas), mantêm contato com os ex-maridos em decorrência do desaparecimento, e também possuem novos companheiros.

Para melhor compreensão deste aspecto, a categoria *relacionamento conjugal* será dividida em duas etapas: a) percepção da reação do pai frente ao desaparecimento do(a) filho(a); e b) suporte do parceiro atual (marido ou companheiro).

4.2.1

Percepção da reação do pai frente ao desaparecimento do(a) filho(a)

Nesta subcategoria, avaliamos como as entrevistadas perceberam a reação dos homens (pais biológicos) frente ao desaparecimento da criança. Porém, citemos, inicialmente, alguns aspectos referentes às diferenças de gênero no enfrentamento do luto.

Segundo Franco (2002), homens e mulheres apresentam diferentes formas de expressar seus sentimentos frente a uma perda - em especial à perda de um filho - mas estas diferenças são mais sociais do que individuais, pois estão diretamente relacionadas aos papéis atribuídos ao masculino e ao feminino. Estas diferenças podem gerar conflitos na relação conjugal, como bem aponta a autora:

... a mulher apresenta com mais facilidade as expressões tradicionalmente reconhecidas como apropriadas ao luto (expressões emocionais reconhecidas como tristeza, recolhimento) enquanto que o homem vive seu luto pela ação (trabalha mais, cuida das questões práticas), o que leva, com frequência, a uma má interpretação acerca das reações de cada um. Estas diferenças são especialmente ressaltadas no caso de perda de filho, acarretando sérias dificuldades de comunicação entre marido e mulher. (p.31)

Corroborando com estas idéias, Oliveira (2002) afirma que os homens são menos autorizados socialmente a expressar sentimentos, sendo-lhes imputado o papel de lidar com as tarefas imediatas e práticas. Socialmente, os homens são

vistos, em geral, como os provedores, mesmo que a mulher ajude a complementar a renda familiar. Sob esta perspectiva, são educados e socializados para serem mais contidos emocionalmente e fisicamente periféricos nas questões emocionais da família. Na situação de luto, os homens comumente cuidam de questões práticas e retornam mais rapidamente ao trabalho. Já as mulheres têm a expressão dos sentimentos mais aceita e são educadas para assumir o papel de cuidar das tarefas sociais e emocionais na família, assumindo a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros. Ainda segundo a autora: “Nossa sociedade ainda aceita melhor demonstrações de sentimentos vindas de mulheres e tende a mostrar-se mais restritiva com os homens.” (p.162)

Em nosso estudo, de acordo com o relato das entrevistadas casadas, a reação dos homens no momento do desaparecimento foi de descrença, desespero e impotência diante da confirmação do ocorrido.

Para alguns, como no caso do marido de Juliana, mãe de Bianca, desaparecida aos 1 ano e 10 meses de idade, a reação inicial foi à impossibilidade de realizar as tarefas cotidianas, em especial o trabalho, demonstrando, desta forma, sua dificuldade em lidar com a ausência da filha:

“... meu marido não gostava de deixar ela na casa de ninguém, então foi um choque. Ele fica ainda às vezes: ‘Por que Jesus?’, mas a gente fica sem resposta. Ele ficou muito triste, arrasado mesmo. Ele é motorista e ficou um mês sem trabalhar na época, mas depois voltou, né? Mas sente, sente pra sempre. Ele acha que ela foi vendida e que não tá mais no país, e aí ele sofre porque acha que a gente não vai mais ver nunca.” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio).

Já no caso de Vanessa, que teve a filha Isabela de 11 meses tirada de seus braços por uma mulher desconhecida em uma piscina pública, embora a reação de seu marido também deflagre sentimentos de dor e angústia, foi através do consumo excessivo de bebidas alcoólicas que este pôde encontrar uma forma de lidar com seu sofrimento. Para Vanessa, o aumento na ingestão de bebidas pelo marido coloca-se como uma perda secundária, pois perdura até os dias de hoje, dificultando a relação do casal:

“... ele não acreditou, né? Foi aquele desespero... de noite, ele bebeu, resolveu beber a noite toda e eu fiquei lá, do lado dele... ele lá bebendo... eu disse pra ele: ‘Isso não adianta, você ficar aí bebendo, assim você não vai ajudar em nada’, mas ele precisava daquilo naquele momento, né? O que mais ele podia fazer? Ele ficou muito desesperado, mas, depois, perdeu a esperança mesmo (...)

desde então, meu marido começou a beber e ele não bebia. Agora ele é de beber de cair... Eu sei que ele começou a beber desse jeito por causa da tristeza dela ter sumido. Eles eram muito agarrados, mas isso aí complicou ainda mais a situação dentro de casa.” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Lloyd e Zogg (1997) explicam que os membros de uma família que possui um ente querido desaparecido, muitas vezes, manifestam sua dor após algum tempo da perda através de comportamentos como hostilidade, consumo de bebidas alcoólicas ou substâncias ilícitas e até mesmo infringindo a lei, como meios de adaptação ao estresse e à dor. Em outras palavras, Boss (2001) afirma que, “... em uma tentativa desesperada de dominar a situação cujo controle escapa, as pessoas podem beber em demasia, comer ou dormir muito ou pouco, ou tornarem-se conflituosas.” (p.108)

O consumo de bebidas alcoólicas mostrou-se uma variável também em outros casos, como no de Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade:

“... meu marido ficou desesperado e foi procurar... quando ele parou de procurar, ele deitou no chão e não queria mais saber de nada! Foi um choque tão grande! Imagina, ele entrou em lugares que ele nunca tinha entrado na vida, ele fez coisas que ele nunca imaginou que ele ia fazer, falou até com bandido... foi muito triste, ele se desesperou! Hoje o negócio dele é só beber porque pra ele minha filha tá morta, ele já falou isso várias vezes, e pra esquecer ele bebe, mas ele não esquece... eu sei que ele bebe pra esquecer... de cara limpa mesmo, ele não fala, mas aí ele bebe pra ficar melhor... desde que ela sumiu é assim: ele não fala, ele bebe, e a gente vai seguindo. Eu sei que ele me ama muito e eu também ele, a única coisa que tem atrapalhado é a bebida.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Embora desespero, impotência e angústia tenham sido citados por todas as entrevistadas casadas como reações iniciais de seus maridos, segundo as participantes, estes sentimentos diminuiriam significativamente de intensidade ao longo do tempo entre os homens, o que é sentido por elas como um insulto à criança desaparecida e a elas mesmas, que continuam investindo nas buscas pelo filho ausente.

No caso de Zélia, mãe de Amanda, desaparecida aos 9 anos, as diferentes formas de expressão do marido diante da perda interferiram negativamente no relacionamento do casal, criando um distanciamento entre os dois:

“Ele é durão, mas sofreu e se preocupa muito... todo ano no aniversário dele, ele lembra dela, mas não gosta de tocar no assunto... quando pergunta, ele fala que ela morreu, mas todo fim de ano ele sente muito (choro). Eu acho que é o jeito dele, o pensar dele, porque cada um tem um jeito e o dele é esse. Eu nunca pensei como ele, mas quando eu falava nela, ele saía de perto e chorava escondido... demorei muito pra entender isso!” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Zélia relata que o fato de o marido achar que a filha está morta a magoa e ela sente que não pode contar com ele. Podemos pensar que a forma deste homem lidar com a perda, após estes anos, se dá através da tentativa de desvincular-se de Amanda, a partir da crença de que esta está morta, mas isto vai contra a esperança de Zélia, causando um conflito entre os membros do casal. Estas diferenças, como vemos na fala desta participante, quase levaram ao rompimento da união conjugal:

“Pra ele, ela tá morta. Ele pensa o contrário de mim, porque ele acha que não é possível uma pessoa ficar sumida viva mais de quatro anos assim, sem ter uma conclusão. Eu fui pegando antipatia dele por causa disso, eu queria me separar dele porque ele acha uma coisa contrária da minha, né? (...) A gente não se beija muito, a relação de casal é mais ou menos, mas não penso mais em me separar dele... eu sei que nosso casamento mudou, mas foi depois do desaparecimento da Amanda. Eu gosto dele, mas sei que ele gosta mais de mim que eu dele.” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Como podemos perceber a partir do caso de Zélia, há uma expectativa por parte das mulheres de que seus companheiros sintam a dor da perda dos filhos assim como elas sentem, dado anteriormente encontrado por Alvarenga e Villaherrera (2004), que afirmam que “...cria-se um mandamento familiar que dita que todos os membros do grupo devem viver a perda da mesma maneira.” (p.169). A impossibilidade de compreender e aceitar as diferentes formas de enfrentamento do luto gera conflitos entre os membros do casal, dificultando ou mesmo impossibilitando o diálogo entre as partes, o que, eventualmente, pode levar à dissolução do casamento.

Em relação aos casais já separados, foi possível perceber que as reações de luto dos pais estão relacionadas à qualidade do vínculo estabelecido entre pai e criança e não à quantidade de tempo dispensada na relação (Bolwby, 1990), já que estes homens, em decorrência do divórcio, não tinham mais contato diário com seus filhos antes do desaparecimento. No caso de Camila, relatado por Gabriela, a relação entre pai e filha era muito próxima e seu desaparecimento suscitou neste

homem claros sentimentos de dor e culpa, vividos ainda hoje, dois anos após o desaparecimento:

“... ele quase morreu, nem se fala! Eles eram muito ligados, era a filhinha do papai! Ele tava desesperado, só a culpa que ele carrega! Ele se sente responsável pelo que aconteceu e, até hoje, não se perdoa.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

No caso de Fabiana, mãe de Paula, desaparecida aos 10 anos, a reação de seu ex-marido diante do desaparecimento da filha também foi de intenso sofrimento, deflagrando a qualidade da relação entre pai e filha:

“Eles eram muito apegados, ele adorava ouvir ela chamar ele de pai (...) ele ficou muito mal. É uma coisa que destrói a gente, tira o chão e ele ficou muito mal, muito mal mesmo, perdeu o rumo.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Uma constatação importante é que, nos casos em que o casal marital já havia se desfeito, a percepção das mulheres sobre a reação de seus ex-maridos sofre fortes influências de sentimentos de raiva, ressentimento e mágoa, existentes desde a dissolução do casamento, modificando a forma como estas mulheres percebem estes homens e seus comportamentos diante da perda. Melhor dizendo: embora estas mães refiram reações de dor, sofrimento e angústia por parte de seus ex-maridos, acabam enfatizando o sentimento de culpa (atribuída a si ou que atribui ao outro) pelo desaparecimento da criança.

Vejamos exemplos: Gabriela afirma que o ex-marido sofre mais do que ela por conta da culpa que carrega pelo desaparecimento de Camila, que estava em sua casa quando desapareceu. Porém, este homem não carrega apenas sua própria culpa como também é responsabilizado por Gabriela, o que pode intensificar os sentimentos negativos deste pai, dificultando ainda mais o processo de elaboração de seu luto:

“Eu nunca me senti como o pai dela. Ele não se perdoa até hoje pelo que aconteceu (...) Culpar ele eu não culpei, porque era uma coisa que podia acontecer tanto com ele como comigo, mas eu acho que ele foi descuidado, porque isso aconteceu uma hora da tarde e ele só foi dar falta dela às oito... se ele tivesse percebido logo, não sei... quem sabe podia ter feito alguma diferença, né?” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

Já no caso de Fabiana, é o ex-marido quem a responsabiliza pelo desaparecimento de Paula, fazendo-a reviver sentimentos ruins existentes desde a separação do casal:

“Hoje a gente não conversa mais porque ele diz que eu era culpada pelo que aconteceu... homem não presta! Desde que a gente era casado é assim, ele me culpa até pelo fim do casamento! Ele me apronta poucas e boas e eu que levo a culpa? Não senhor, se a gente acreditar em tudo que os homens dizem, a gente é culpada de tudo que dá errado na nossa vida.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Alguns desentendimentos entre os ex-cônjuges podem chegar a extremos, como no caso de Nair, mãe de Olívia, que sequer contou ao ex-marido sobre o desaparecimento da filha:

“Ele é pai dela, só... desde que a gente se separou, nunca mais eu vi ele (...) Ele mora lá na Paraíba, nem sabe de nada do que aconteceu. Ele não ia se importar mesmo! Nunca quis saber de nada, é um fraco!” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

Há também o caso de Cleide, mãe de Marcel, desaparecido aos 6 anos de idade, que chegou a suspeitar que o ex-marido estivesse envolvido no desaparecimento do filho:

“... eu crio meus filhos sozinha; não vivo com o pai dele há três anos. A gente não se dava muito bem e ele não se conformava com a nossa separação. A primeira coisa que eu pensei foi que ele teria pegado meu filho pra me atingir, porque ele sabe que a única forma de mexer comigo é através dos meus filhos. Ele tentou me matar três vezes, ele é uma pessoa de uma ignorância total, que não tem diálogo. Eu pensei que ele tivesse pegado pra me dar um susto, mas depois vi que ele não estava envolvido.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Após a suspeita inicial (a qual mostrou-se infundada), Cleide acredita, atualmente, que o ex-marido não sofra pelo desaparecimento de Marcel, pois já constituiu nova família e não tem contato com os outros filhos. Esta percepção está, indiscutivelmente, relacionada ao conturbado relacionamento entre eles, permeado por violência e ressentimentos.

Em casos como os de Nair e Cleide, é possível perceber que a separação conjugal deixou marcas profundas nestas mulheres, e para desligar-se destes homens, transformaram o amor em ódio, afastando-os também de tudo que diga respeito ao desaparecimento das crianças. A concepção a forma como estes lidam

com seu luto é claramente deturpada por sentimentos ainda remanescentes de uma difícil separação conjugal.

Outro caso envolvendo fortes sentimentos de mágoa e ressentimento é o de Daniela, mãe de Luíza, desaparecida aos 8 anos de idade quando andava de bicicleta próximo à casa de sua tia. Embora Daniela tenha se reaproximado do ex-marido após o desaparecimento da filha, a participante sente-se extremamente incomodada pela presença constante da nova esposa dele (que fora sua amante quando este ainda era casado com Daniela).

O motivo do divórcio foi justamente a infidelidade, e a mágoa em relação ao ex-marido por ter-lhe traído parece influenciar negativamente a forma como esta mulher percebe as reações deste frente ao desaparecimento da filha:

“Eu e meu ex-marido não somos amigos, mas ele me ajuda, e isso é positivo, né? (...) A reação dele foi das piores possíveis, ele ficou muito nervoso, mas ele ajudou muito, procurou muito e até hoje ele também não desistiu, ele continua procurando ainda (...) mas a gente só fala o necessário, a gente nunca sentou pra conversar muito sobre o que aconteceu, ele me culpa, sempre, mas culpado é ele que até me traiu, traiu... aí hoje, a mulher dele não dá chance pra gente conversar... o problema dele é essa mulher; se ele não tivesse com ela, tudo seria mais fácil.” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Como vimos, na maioria dos casos, as entrevistadas percebem que o pai da criança sofreu um impacto inicial abrupto pelo desaparecimento do filho, mas parecem desqualificar as formas como estes passaram a expressar seus sentimentos ao longo do tempo. As mulheres, por esta razão, acabam sentindo-se sozinhas em suas próprias angústias e ansiedades.

Podemos concluir que a percepção das mulheres em relação à reação dos pais diante do desaparecimento de um filho está diretamente relacionada à relação afetiva que mantêm (independente de serem casados ou separados na ocasião do desaparecimento) e à expectativa de que estes expressassem seu luto da mesma forma que elas, considerando-os inadequados e/ou negligentes por não o fazerem (seja pela duração dos sentimentos e/ou pela intensidade dos mesmos).

Este “descompasso” entre os membros do casal parental pode aumentar o grau de desestruturação emocional que vivenciam estas mulheres. Além disso, a forma como percebem a reação dos homens, ao longo dos anos, também pode modificar a sensação de apoio que recebem destes, como veremos a seguir.

4.2.2

Apoio do companheiro

Em casos de perda de filho, é comum que os casais se queixem de alterações nas relações afetiva e sexual, mas as principais dificuldades estão ligadas, principalmente, às diferentes formas como cada membro do casal expressa seu luto (Caselatto, 2002). Em nosso estudo, tanto para as mulheres casadas como para as que possuem novos companheiros, podemos destacar dois fatores que influenciam significativamente o processo de elaboração da perda: se o companheiro atual é ou não o pai da criança desaparecida; e o afastamento ou aproximação do parceiro atual (pai da criança ou não) após o ocorrido.

No caso das participantes casadas, todos os companheiros são também pais biológicos das crianças desaparecidas. Verificamos, em geral, um maior distanciamento entre os membros do casal, principalmente em decorrência das diferentes formas de lidar com a perda.

Zélia, mãe de Amanda, desaparecida aos 9 anos, relata um afastamento importante entre ela e o marido, principalmente porque este a responsabiliza pelo desaparecimento da filha:

“O meu esposo achou que eu era culpada, porque ele acha que eu que devia ter ido no mercado, não ter deixado ela ir (choro)”. (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

O fato de o marido culpá-la pelo desaparecimento da filha faz com que esta mãe sinta-se ainda mais desamparada e desprotegida. Outro fator determinante é que Zélia esperava que o marido estivesse à frente das buscas pela filha, desempenhando um papel mais ativo nas tarefas práticas - assim como Franco (2002) aponta ser definida a função socialmente atribuída aos homens diante de uma perda. Como este “descumpre” com suas obrigações, Zélia sente-se ainda mais só e distante do marido.

“Toda vez que tinha gravação, e eu odeio gravação, eu achava que ele é que tinha que estar na frente. O que eu tava falando, eu queria que ele falasse. Teve umas duas vezes que ele ia comigo, mas aí ele tinha que ficar faltando no serviço, né, e não pode estar faltando... mas eu não queria saber disso! Eu achava que ele não tava vindo porque ele não tava se interessando.” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Vanessa, mãe de Isabela, desaparecida aos 11 meses de idade, também criou expectativas de que o marido reagisse como ela, e sente-se magoada e sem apoio quando este, além dele não participar ativamente das buscas pela criança, diz acreditar que a filha não mais retornará:

“... ele já perdeu a esperança, acha que ela não volta mais... ele falou que devem ter vendido nossa filha pra algum estrangeiro porque era muito bonita (...) minha filha chamava atenção mesmo. Tem vezes que ele chega do serviço e eu tô quieta assim e ele pergunta se eu tô bem... aí eu falo pra ele: ‘Poxa, você que era tão agarrado com a garota? De repente você mudou, perdeu a esperança aí!’ , aí ele fala: ‘É porque eu sei que a minha filha não vai mais estar de volta, a pessoa que pegou já vendeu, já tá longe’. Aí tem vezes que eu até bato boca com ele, a gente discute sempre que a gente fala da minha filha... o nosso casamento mudou muito, e tem outra: quando eu era chamada pra vir nos lugares, que marcava reportagem, ele não queria ir... ele fala que não quer, que a coisa vai mexer com ele, e aí eu comecei a ter raiva dele, e eu digo pra ele: ‘Você devia era estar atrás da sua filha que tá desaparecida!’ (...) é assim, mudou muito mesmo.” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Já no caso de Juliana, mãe de Bianca, a percepção é de que o casal ficou mais próximo e a preocupação do marido com ela aumentou, fazendo com que esta se sinta protegida e acolhida, tornando possível o compartilhamento de sentimentos e emoções relacionados à perda. Segundo Caselatto e Motta (2002), quando há apoio entre os membros do casal, o enfrentamento da perda torna-se menos oneroso para ambas as partes, pois permite que os papéis sejam redefinidos mais igualmente dentro do núcleo familiar e a expressão dos sentimentos seja mais aceita. Caso contrário, “... a dor da perda isola o casal um do outro” (p.104).

No entanto, constatamos que a questão da culpa pelo desaparecimento, segundo a entrevistada, poderia ter interferido negativamente no casamento, trazendo novamente à tona a questão do papel das mães como cuidadoras principais dos filhos, responsáveis pela proteção da prole:

“Meu esposo tá mais agarrado comigo, todo dia quando ele vai trabalhar, ele liga pra mim, pra saber como eu estou, ficou mais grudado. Nosso casamento é igual, só mais grudado. A gente conversa muito. A gente conversa quando a gente tá deitado, de como a gente tem saudades... a gente chora de saudades dela (...) mas se ele não tivesse em casa quando pegaram ela, aí ele podia pensar que eu tinha feito alguma coisa errada, que era culpa minha, e aí o casamento podia ficar diferente, mas ele também tava em casa.” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Há também que apontar que, tanto Vanessa como Juliana engravidaram após o desaparecimento das filhas, Isabela e Bianca, respectivamente, o que nos mostra que estas gravidezes foram planejadas após o desaparecimento das crianças. Segundo estas mães, os maridos estão radiantes com a notícia da chegada de uma nova criança, e acreditam que um novo filho possa suprir a falta da criança que está ausente.

Este tipo de comportamento já havia sido referido por Rando (1997) e Caselatto e Motta (2002), que alertam para os riscos dos pais enlutados tentarem substituir a criança perdida com um novo descendente. Segundo as autoras, a criança que está por vir não poderá preencher o espaço deixado pela criança ausente, ainda mais nos casos de desaparecimento, onde não há certeza de que o filho não mais retornará ao convívio familiar. Podemos crer que o fato de os genitores adotarem esta postura seja a forma que dispõem para lidar com o sofrimento diante da perda, ou melhor dizendo, uma tentativa de preencher o vazio deixado pela criança desaparecida com algo concreto, observável, que, nestes casos, é outro filho.

Juliana diz concordar com o marido, mas seus sentimentos são ambivalentes, e a entrevistada chora ao falar sobre a gestação:

“...meu esposo acha que é melhor... eu acho que melhora um pouco o sofrimento, mas não tudo... se eu disser isso, tô mentindo. É difícil a gente ter um filho que some e achar que a dor vai embora, mas acho que ajuda um pouco.”
(Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Já Vanessa discorda do esposo e diz não sentir prazer com a nova gestação, o que acarretou em um afastamento do marido que acredita que um novo filho possa realegrar o ambiente doméstico, suprimindo-lhes a falta da filha desaparecida.

“Não tem como ficar feliz com essa gravidez. Eu tô até tentando (...) meu marido acha que eu tô grávida de uma menina, mas eu não quis nem bater o ultra-som... ele fica falando: ‘A gente vai sair sempre junto’, querendo dizer que esse filho não vai desaparecer e eu falei com ele: ‘Você tá pensando errado, você desligou totalmente da outra filha, eu não!’. Ele fica me adulando por causa da gravidez, mas tá tudo pior ainda, e ele ainda diz assim: ‘Foi bom, foi Deus que mandou, pra você pôr no lugar dessa’. Que é isso! Se for assim, eu não aceito, porque minha filha tá viva, não tá morta!” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Nota-se, desta forma, que as diferentes crenças em relação ao que aconteceu com a criança, o descompasso na forma de se expressar o luto diante da perda e os recursos individuais de enfrentamento do dia-a-dia sem a presença do filho fazem com que muitos casais se distanciem física e emocionalmente.

Em outro caso, Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade, diz, em um primeiro momento, sentir-se apoiada pelo marido, pois compartilham da mesma opinião sobre o que aconteceu com a filha. Porém, ao falar sobre o aumento excessivo do consumo de bebidas alcoólicas pelo cônjuge, Soraia se emociona, e diz sentir que há menos diálogo entre os membros do casal, admitindo que o silêncio que se estabeleceu entre os dois pode ser um sinal de que o casamento não vai bem. Soraia afirma que os dois permanecem juntos na busca pela filha, mas já não conversam mais sobre o assunto.

“Ele fala: ‘Ela tá morta, pra que ficar procurando por aí, pra que dar entrevista, pra que colar cartaz?’ mas mesmo assim, a gente ainda anda por aí; a gente sempre escreve e-mails falando dela (...) ela não sai da mente dele, e ele tá sempre do meu lado, mas quieto... talvez a gente não seja mais tão feliz, mas nenhum casal pode apagar essa mancha, né?” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Vemos por estas falas que a ambigüidade não está apenas relacionada ao desaparecimento da criança, mas também se faz presente na relação conjugal e, como apontaram Lloyd e Zogg (1997), pode acarretar em um afastamento entre os membros do casal, mesmo que não haja brigas. O clima de desconfiança e insegurança invade a relação amorosa e impede que tanto homem como mulher falem sobre o acontecido, temendo expressar sentimentos como raiva e ressentimento pelo(a) companheiro(a).

Como podemos perceber também, o apoio oferecido pelos maridos, quando estes são os pais das crianças desaparecidas, é não só esperado mas, até mesmo, cobrado por estas mulheres, que consideram que, depois delas, deveriam ser eles os mais afetados pela ausência do filho. Quando estes não se expressam da forma esperada, ou quando não partilham das mesmas idéias sobre o paradeiro da criança, um mal-estar nasce entre os membros do casal, afastando-os temporária ou definitivamente.

Já nos casos onde as mulheres vivem um novo relacionamento, podemos perceber que as expectativas estão relacionadas ao apoio que os companheiros

podem lhes fornecer, e não à forma como reagem ao desaparecimento. Citemos Gabriela, separada há 8 anos do pai de Camila, desaparecida aos 11 anos de idade. Há 4 anos mora com um novo companheiro, e afirma que, apesar do bom relacionamento conjugal, não recebe o apoio que gostaria, o que a faz sentir-se, muitas vezes, sozinha em seu sofrimento.

“Eu tenho um companheiro que mora comigo, é uma pessoa muito boa, mas quando eu falo na Camila, ele não quer tocar mais no assunto. Às vezes, eu fico triste... eu me sinto uma pessoa forte, mas tem dias que eu quero falar, que eu quero chorar, que eu quero botar pra fora, mas ele não quer nem falar no assunto. Ele não quer escutar, ele não quer nem que eu chore, fica falando assim: ‘Não fica agourando a garota, daqui a pouco ela volta, alguém deve ter pegado pra criar.’” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

De acordo com Caselatto (2002), quando em uma relação conjugal apenas a mãe é familiar direta da criança perdida, suas expressões de pesar, muitas vezes, são inibidas ou desvalorizadas pelo companheiro, que pode não se identificar com o sofrimento de um pai enlutado, como vimos no caso de Gabriela. Também constatamos este dado no relato de Daniela, mãe de Luiza, desaparecida aos 8 anos de idade.

“Eu e meu namorado tivemos dificuldades no relacionamento, não conseguíamos ficar juntos, porque é aquela coisa: só sabe como é quem tá passando pelo problema... ele não entendia, não enxergava que eu tava estranha por causa da minha filha... um dia, tava de um jeito; no outro, já tava diferente... um dia eu queria estar perto dele, no outro não queria, ficava mal humorada... Só com o tempo a cabeça dele foi mudando, ele foi amadurecendo, e as coisas foram se ajeitando, mas no começo foi muito difícil..” (Daniela, 46 anos, mãe de Luiza, desaparecida há 4 anos)

Por fim, temos o caso de Fabiana, mãe de Paula, desaparecida aos 10 anos de idade. Fabiana já havia se divorciado do pai de suas filhas 3 anos antes do desaparecimento de Paula. A entrevistada relata primeiramente a dificuldade em se entregar novamente em uma relação amorosa quando, paralelamente, se está vivendo diariamente a incerteza sobre o paradeiro de um filho:

“Arrumar um companheiro é complicado. As pessoas diziam que eu devia encontrar alguém pra me ajudar a enfrentar todos esses problemas, mas eu não tinha ânimo pra ter ninguém na minha vida, nem pensava nisso. Pra eu ter algum relacionamento, tinha que estar tudo bem, senão você não consegue.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Porém, após três anos do desaparecimento da filha, Fabiana diz ter encontrado um companheiro bom, carinhoso, que respeita seu sofrimento, principalmente por ajudá-la na divulgação de fotos de sua filha, mesmo nunca tendo conhecido Paula. Fabiana sente que só pôde confiar no atual parceiro quando percebeu que ele validava seus sentimentos, mostrando-se disponível para ouvi-la e confortá-la nos momentos em que a dor e a angústia lhe são insuportáveis.

“Quando a Paula sumiu, eu fiquei uns dois anos fechada pra outra pessoa. Aí hoje eu tô com ele e ele é uma pessoa muito boa, me apóia muito... ele demorou muito pra conseguir chegar em mim, mas depois entrou mesmo porque ele me dá tudo que eu preciso. Ele é uma boa pessoa, a gente tá tentando ficar bem dia a dia.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Como vemos, as mulheres casadas sentem que os maridos, por serem pais das crianças desaparecidas, deveriam sofrer tanto quanto elas, mas, ao mesmo tempo, esperam que estes sejam fortes e estejam dispostos a lhes auxiliar quando estiverem tristes e descrentes. Há expectativas (veladas ou não) de serem cuidadas pelos maridos, de poderem sofrer sua dor enquanto eles tomam as rédeas das investigações, mas estas falas são cobertas de ambigüidade, já que estas mulheres também não conseguem se afastar das buscas pela criança ausente.

Percebemos também que, casadas ou comprometidas em novos relacionamentos, as mulheres esperam receber apoio, pois acreditam que suportariam melhor a dor e o sofrimento pela ausência do filho se tivessem companheiros atentos e disponíveis às suas necessidades.

O que não percebem (ou aceitam) é que estes homens podem expressar-se de formas distintas, e como apontaram Caselatto e Motta (2002), diferentes formas de expressão não significam que estes homens foram mais ou menos afetados do que as mães, apenas expressam seu sofrimento de forma e intensidade diferentes.

Como lidar com o desconhecimento total das causas do desaparecimento de um(a) filho(a) ou enteado(a)? Como lidar com a ambigüidade, com o incerto? Auxiliá-las diante deste tipo de situação pode parecer a estes homens (maridos, companheiros, namorados e pai das crianças) uma missão impossível, principalmente quando deles são esperadas atitudes mais objetivas diante da perda

e manifestações breves e contidas de luto. Para eles, também não há certezas, lhes faltam informações para processar a realidade.

Concluimos, portanto, que a reação dos homens, diante do desaparecimento de uma criança, influencia também na forma como as mulheres irão reagir e se sentirão apoiadas ou não; sendo que isto poderá facilitar ou dificultar o processo de enfrentamento da perda para ambos os membros do casal.

4.3

Relacionamento com outros filhos

O desaparecimento de uma criança de seu núcleo familiar impacta todos os membros do sistema. Dentre os afetados estão os irmãos e irmãs, e os efeitos deste acontecimento incidem sobre eles independentemente da idade, sexo e proximidade com aquele que desapareceu. Autores como Kordon e Edelman (1987), Henderson e Henderson (1997) e Alvarenga e Villaherrera (2004) observaram que o impacto do desaparecimento nos irmãos pode ser devastador, atingido-os individualmente e na relação familiar, em especial com os pais.

Neste estudo, as participantes foram exclusivamente mães de crianças desaparecidas, e por esta razão, o foco desta categoria estará na forma como estas vêem a relação com os demais filhos após o desaparecimento e a percepção que têm sobre o impacto deste acontecimento na vida deles.

Pensemos, primeiramente, no papel da mãe em relação aos filhos. Segundo Badinter (1985), uma mulher só é reconhecida como mãe quando possui ao menos um filho. A construção deste papel é individual mas, também, coletiva, e está diretamente relacionada às atribuições sociais que cada cultura designa a suas mulheres. Na cultura ocidental, às mães são associadas características como cuidado, carinho e amor incondicional e, em contrapartida, a responsabilidade quando algo de errado acontece aos filhos.

A morte de um filho é reconhecida socialmente como a pior perda possível, em especial para a mãe que, segundo os valores de nossa sociedade atual, é quem mais sofre pois

As mães que perdem filhos são multiplamente vitimadas, seja pela perda real do filho que amam, pelos sonhos e esperanças que investiram nele, como pela perda da própria auto-estima. Sentem-se roubadas e trapaceadas, exibindo

como características especialmente intensas do luto a obsessão em querer controlar e entender o que aconteceu; o sentimento de culpa (...) e a necessidade de expressar a dor e falar sobre a experiência vivida. (Caselatto, 2002a, p.108)

A morte de um filho, portanto, rompe a continuidade natural do ciclo vital, pela qual cremos que os mais velhos morrem antes dos mais novos; e, também, com a suposta onipotência materna, ou seja: a idéia de que as mães são capazes de proteger seus filhos de todo os males.

Parkes (1985) aponta que os pais, ao perderem um filho, tendem a se tornar superprotetores ou negligentes com os filhos sobreviventes, o que pode fazer com que as crianças desenvolvam quadros de ansiedade crônica e medo intenso ao longo da vida. Caselatto e Motta (2002) atestam este dado ao afirmar que muitas mães enlutadas apresentam dificuldades para re-estabelecer o equilíbrio na relação com os filhos após a morte de outro, podendo aproximar-se ou afastar-se destes. Estes comportamentos, geralmente, são motivados pelo sentimento de fracasso no desempenho do papel parental e pelo medo de uma nova perda.

Sentimentos como culpa e impotência são comuns após a perda de um filho e, como afirmam Caselatto e Motta (2002), interferem, especialmente, na relação das mães com outros descendentes.

Mesmo que uma mulher tenha outros filhos ainda vivos, isto não irá amenizar o impacto do sentimento de culpa que recai sobre ela quando perde um filho (...) Esta é uma experiência avassaladora e inesquecível, mesmo que o papel de cuidadora deva ser exercitado com os filhos sobreviventes ou com os que ainda virão. (p.113)

No caso de mães de crianças desaparecidas, sentimentos de culpa e impotência estão presentes de forma ainda mais acentuada, e o sentimento de fracasso no cumprimento do papel parental é exacerbado pelas incertezas que rondam estes casos. Como apontam Alvarenga e Villaherrera (2004)

A culpa normalmente está presente em qualquer processo de luto, porque se acredita que não se fez o suficiente para salvar o ente querido ou sente-se culpa por haver sobrevivido (...) Nos caso de famílias de crianças desaparecidas, este fator se intensifica. Os familiares sentem culpa por não haver cumprido com o papel protetor de mãe ou pai, por haver perdido o menino ou a menina ou por não havê-lo encontrado. (p.61)

Nas entrevistas realizadas, todas as mulheres tinham outros filhos além daquele(a) que desapareceu; apenas 1 participante estava grávida de seu segundo filho biológico, mas cria uma enteada como sua própria filha. Ao todo, 10 residiam com pelo menos um filho, sendo que destas, 8 residem atualmente com todos e 2 possuem também filhos casados que residem em outros locais. Em apenas uma entrevista, a participante mora sozinha, mas mantém contato diário com o filho.

A fim de investigarmos a questão do impacto do desaparecimento nos irmãos e irmãs, avaliamos a categoria sob duas perspectivas: reações individuais após o desaparecimento do(a) irmão(ã); e possíveis modificações no relacionamento mãe-filho.

Vale lembrar que, embora o desaparecimento de um ente querido desorganize todo o sistema familiar, cada membro da família vivenciará este acontecimento de forma única e particular. Parkes (1985) afirma que a reação de crianças e adolescentes à perda de um irmão é intensa, mas geralmente ofuscada pela dor e sofrimento dos pais. O autor verificou, no entanto, que é comum que meninos reajam de forma mais agressiva, enquanto as meninas são mais expressivas e tendem a assumir junto a outros irmãos (e, até mesmo, junto aos pais) o papel de cuidadoras da família.

Segundo Kordon e Edelman (1987), no caso de irmãos de pessoas desaparecidas, há um risco maior de isolamento social e dificuldades no estabelecimento de relações com pares de iguais, além de dificuldades individuais e escolares em decorrência de sintomas depressivos, por viverem também a ambigüidade da presença/ausência do ente desaparecido. Segundo as autoras, isto geralmente está relacionado ao fato de os pais depositarem sobre os demais todas as expectativas e medos, antes também direcionadas ao filho agora ausente.

Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade, é um bom exemplo destes apontamentos. Seu filho, Jonas, atualmente com 12 anos de idade, reagiu inicialmente de maneira agressiva e, desde o desaparecimento da irmã, apresenta dificuldades na escola e no relacionamento com os pais, em especial com Soraia que, na tentativa de “compensar” o filho pelas saudades que este sente de Ana Maria, o superprotege.

“No início, ele tava muito rebelde... tudo ele queria a irmã, tudo na vida dele era irritação. Se alguém aborresse ele, ele logo queria tacar alguma coisa na pessoa. Meu filho teve um problema muito sério, não queria ir pra escola... adorava estudar com ela porque ela tinha um quadro e passava a lição pra ele, e hoje não gosta mais de estudar. Eu vejo essas dificuldades e acaba que eu sufoco muito ele; em parte, ele gosta, não reclama, mas eu acho que eu sufoco muito ele porque eu procuro dar o amor que eu tenho pela minha filha, eu procuro dar tudo pra ele, tudo! Fazer tudo ao redor dele, proteger ele ao máximo.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Porém, embora Soraia afirme ter se aproximado mais do filho, o diálogo entre eles ficou visivelmente prejudicado, a ponto desta mãe não saber dizer como Jonas se sente atualmente em relação à irmã desaparecida:

“Eu sei que ele ficou triste, mas nunca cheguei pra perguntar pra ele porque ele também não me dá brecha, e eu sei que se eu perguntar, ele vai chorar, mas ele tá sempre vendo tudo que tá acontecendo, ele quer ver foto, ele tá sempre vendo as coisas, mas ele nunca pergunta nada, nem eu pra ele”. (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Observamos, neste trecho, a dificuldade de Jonas em re-significar a relação com a irmã, reação muito comum nos casos de desaparecimento devido ao grande número de incertezas e indefinições.

Porém, a impossibilidade de Soraia em falar com o filho sobre o acontecido (assim como não conversa com seu marido sobre o assunto) dificulta ainda mais a expressão destes sentimentos e aumenta o silêncio na família. A relação mãe-filho ficou indubitavelmente marcada pelo desaparecimento de Ana Maria.

Em outro trecho, por exemplo, Soraia relata como Jonas reagiu agressivamente à primeira comemoração de aniversário após o desaparecimento da irmã, demonstrando não só sua dor, mas também questionando o porquê de os pais não terem cumprido adequadamente com seu papel parental:

“No primeiro aniversário dele depois que ela desapareceu, eu fiz um bolinho pra ele e ele não gostou (...) eu sinto que eu magoei ele e me magoei também... foi muito triste, acho que ele ficou arrasado... ele ficou muito revoltado, como se eu e meu marido tivéssemos culpa... ele falava assim: ‘Por que vocês não cuidaram da Ana?’” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Podemos notar em Jonas a tristeza pela ausência da irmã, mas também por sentir-se desprotegido e inseguro. Este comportamento corrobora com os

apontamentos feitos por Parkes (1985) e Caselatto e Motta (2002) que afirmam que, ao perder um irmão, a criança não só perde um membro da família, mas também suas certezas e a imagem onipotente dos pais como protetores inabaláveis.

Fabiana também exemplifica bem os sentimentos de insegurança e desamparo sentidos pelas crianças quando do desaparecimento de um irmão. Além de Paula, desaparecida depois de sair para ir à banca de jornal, Fabiana possui outros três filhos, sendo dois rapazes casados e uma menina com que reside chamada Magali, atualmente com 9 anos.

Quando Paula desapareceu, Fabiana não foi capaz de acolher a filha em seu sofrimento, pois estava totalmente envolta em sua própria dor.

“A reação da Magali foi assustadora, porque ela ficou seis dias em casa só olhando pro teto... não comia, não dormia, nada agradava ela... mas eu também não tinha tempo de ficar com ela, porque eu tinha que procurar a Paula. Aí eu falava pra ela isso e depois desses seis dias, ela foi voltando, voltando e aí começou a fase dos gritos, de falar que só queria a irmã, que só queria que eu voltasse pra casa se eu trouxesse a Paula... ela hoje está mais calma, mas ainda é muito estressada. Ela não era assim, não... tem dia que ela acorda estressada, aí eu falo pra ela ir ficar um pouco na casa do pai porque é difícil nós duas se bicando... ainda hoje, tem dia que não tem jeito, ela quer porque quer a irmã dela de volta...mas o que eu posso fazer?” (Paula, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Como podemos constatar, Magali exigia que a mãe cumprisse com seu papel parental, pedindo-lhe para que trouxesse não só a irmã de volta, mas também o senso de segurança e confiabilidade da vida. Fabiana, não conseguindo lidar com o sofrimento e as cobranças da filha, pensou em tomar medidas drásticas para acabar com a dor que ambas passaram a sentir desde o desaparecimento de Paula.

“No primeiro mês, eu cheguei a pensar em matar a Magali e me matar em seguida. A Magali tava me enlouquecendo, ela só falava que eu não conseguia achar a Paula, que queria a irmã, que queria ela, e eu fui ficando mais desesperada... Aí minha irmã falava assim pra mim: ‘Que é isso, você não pode fazer isso, e se a Paula chega aqui e você nem a irmã dela estão aqui?’. Aí eu comecei a pensar em dar a Magali pro pai criar e ir embora pra bem longe, onde ninguém pudesse me achar, pensava bem assim! Mas com o tempo essa dor vai amenizando e você consegue se controlar, mas é difícil...” (Paula, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

No caso de Eunice, mãe de Mariana, desaparecida aos 10 anos, a falta de diálogo entre os membros da família também se fez presente e a dor desta mãe impede-a, ainda hoje, de perceber os sentimentos de seus outros filhos. Ao se remeter aos primeiros dias após o desaparecimento da filha, Eunice só consegue lembrar da reação de seu filho mais velho, Carlos, que, segundo ela, era o mais apegado à irmã.

“Pro Carlos foi um baque muito grande... foi pra todos, mas pro Carlos foi muito mais, porque eles eram muito apegados, tudo dele era com ela... ele ficou uns dias sem trabalhar, pegava ele chorando pelos cantos, só depois foi melhorando aos poucos, né? Mas nunca passa...” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Sobre sua outra filha, Clarice, atualmente com 17 anos, Eunice simplesmente não se recorda, e quando questionada diz apenas: *“Não sei, todos sentiram”*. A relação entre Eunice e Clarice já era conflituosa antes do desaparecimento de Mariana, conflitos estes que adquiriram ainda mais força após o ocorrido, culminando na mudança de Clarice para a casa de uma tia em outro estado.

Importante ressaltar que Mariana também tem uma irmã gêmea, Miriam, que mora com a Eunice. A participante não sabe dizer qual foi o impacto do desaparecimento para a menina, demonstrando em sua fala a dificuldade que se estabeleceu no relacionamento entre mãe e filha devido à semelhança física entre Miriam e a irmã desaparecida:

“A Miriam? Elas são iguais, iguais. Se hoje eu sei como a Mariana está crescendo é porque a Miriam está aqui, crescendo do meu lado. Eu acho que ela deve ter sentido muito porque sabe que todo mundo que olha pra ela vê a Mariana. Eu não fico falando disso porque vem tudo na cabeça da gente, tudo lembra. E aí, as vezes, você sai de perto daquilo que te faz lembrar.” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Vemos que Eunice não afirma abertamente ter se afastado da filha, mas admite dificuldades na comunicação com a mesma. Podemos inferir que a semelhança física de Miriam se apresenta como um fator complicador na relação entre mãe e filha e isto as afasta diariamente, pois como afirmam Caselatto e Motta (2002),

O luto por um filho (...) parece reacender com maior intensidade (...) quando se deparam com crianças (que podem ser os irmãos) que se assemelham fisicamente com o morto ou mesmo que tenham a idade que o filho teria se estivesse vivo. (p.113)

Como lidar com a dor pela ausência da irmã que é sua imagem e semelhança? Se todos a consideram igual àquela que desapareceu, haverá espaço para ser ela mesma e não uma extensão de Mariana? Aparentemente, não há possibilidade de Miriam se expressar e Eunice é incapaz de dar continência à filha para que esta possa dar vazão a seu próprio luto.

Pudemos observar, desta forma, que nos casos de Soraia e Eunice, o silêncio prevalece entre mães e filhos devido a dificuldades destas mulheres lidarem com sua própria dor, o que impossibilita que estas proporcionem um espaço de expressão aos demais, para que estes possam também se enlutar e lidar com seus sentimentos, sem temer causar ainda mais sofrimento a elas. Alvarenga e Villaherrera (2004) complementam esta idéia ao afirmar que

O desaparecido chega a ocupar um lugar central na vida das famílias (...) a busca se converte em um dos eixos principais de sua existência. Isto pode levar a colocar em segundo lugar suas funções habituais, como a parental, descuidando dos filhos e filhas que estão presentes. A incerteza e a impossibilidade de elaborar um luto impedem que a família se reorganize e encontre um novo equilíbrio, como ocorre no luto normal. (p.60)

Em outro exemplo claro, Cleide, mãe de Marcel, desaparecido misteriosamente aos 6 anos de idade, fala sobre a impossibilidade inicial de cuidar dos outros filhos enquanto seu único objetivo era localizar o filho ausente.

“Eu senti no começo que eu me distanciei deles porque eles ficavam mais em casa e eu saía pra procurar e eu não ligava pra saber como estavam, se já tinham almoçado, tomado banho, nada. O Marcel era a prioridade na minha vida, mas os meus outros filhos precisavam de mim. A gente nunca deixa de buscar, mas a gente aprende a dosar.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Como vemos, o silêncio pode se apresentar de diferentes formas nas relações familiares. Em outro caso vemos Zélia, que possui cinco filhos além de Amanda, desaparecida aos 9 anos de idade. Destes, apenas 3 eram nascidos quando a menina desapareceu após ser abordada por um homem desconhecido na saída do mercado. No dia do desaparecimento, Amanda estava acompanhada do

irmão Henrique, na época com apenas 4 anos. Zélia culpou-o pelo desaparecimento da irmã, o que inviabilizou o diálogo entre mãe e filho, impossibilitando que este menino expressasse sua dor e angústia pelo desaparecimento da irmã. Parece-nos, de acordo com relato desta entrevistada, que Henrique só pôde encontrar um espaço para expressão dos sentimentos na terapia.

“Eu tinha mais raiva era do Henrique porque ele não tinha que ter deixado ela ir sozinha, tinha que ter ido junto ou não ter deixado ela ir. Mas eu acho que, pra ele, também foi muito terrível, ele teve que ir na psicóloga, ficou uns dois anos lá, e depois ela deu alta a ele e disse que ele tava bem, mas eu acho que ele sentiu muita culpa, que podia ter impedido que ela sumisse.” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Lloyd e Zogg (1997) apontam que as crises vivenciadas por uma família na qual um filho desapareceu podem desorganizar todo o sistema familiar, gerando sentimentos de desesperança, isolamento, vergonha e falta de confiança entre seus membros, e em casos como o de Zélia, em que há acusações entre os familiares, a culpa pode ser um dos sentimentos mais devastadores, em especial para crianças como Henrique, que em seu pensamento mágico, acreditou e assumiu durante anos a responsabilidade pelo desaparecimento de Amanda, o que certamente causou-lhe um sofrimento ainda maior.

Por outro lado, apesar da perda, também há situações nas quais os filhos podem obter ganhos secundários após o desaparecimento de um irmão. Os filhos de Zélia, apesar da tristeza pela ausência de Amanda, passaram a ser superprotegidos na escola onde estudam, recebendo tratamento especial por parte dos professores.

“O André é um herói na escola. A professora fala: ‘Ah, me bebê’ e trata ele assim... o Henrique também fica todo bobo (...) Pras professoras, elas são tudo... elas adoram eles todos. Elas só me fazem queixa deles se elas não derem jeito lá, porque, senão, eu nem fico sabendo... elas dizem assim: ‘A gente se preocupa muito com seus filhos, a gente gosta muito deles, não sei se é porque a gente não tá vendo a Amanda aqui e aí a gente tá tentando dar mais carinho pra eles por causa disso.’” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

No caso de Zélia, vemos que os meninos aceitam estes “privilégios” oferecidos na escola e têm neste espaço a atenção que, há anos, não recebem em casa. Segundo Lloyd e Zogg (1997), é comum que os irmãos de desaparecidos

encontrem apoio, carinho e reconhecimento de sua dor na relação com outras pessoas significativas que não os pais, já que estes estão imersos em seu próprio sofrimento, muitas vezes impossibilitados de atender as necessidades dos demais.

Olga, mãe de Iara, também exemplifica como a reação fora de casa deflagrou as dificuldades de sua filha Dalila, que tinha 14 anos quando a irmã caçula desapareceu misteriosamente. Foi na escola que a menina conseguiu expressar seus sentimentos de dor, culpa, medo e insegurança, os quais não expressava dentro de casa, surpreendendo a mãe, que acreditava que a filha estivesse reagindo bem ao ocorrido.

“A Dalila, tem 19 anos agora e não demonstra o que tá sentindo (...) mas na época, ela era calma mas começou a fazer guerra de maçã na escola, e eu fui chamada, ela teve que fazer uma pesquisa sobre a fome, foi assim: ela não demonstra que sente a falta, mas teve essas reações na escola (...) eu sei que ela sente falta porque a gente sente, mas ela não comenta... eu sei que ela sente, mas não demonstra, e a gente não sabe bem o que falar nesses casos...” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

Porém, a escola nem sempre é um espaço acolhedor para as crianças que têm irmãos desaparecidos. Zélia, por exemplo, relata a reação de seu filho Maurício, atualmente com 8 anos, a um comentário de um colega de classe:

“Ele fica agressivo porque os coleguinhas ficam mexendo com ele... outro dia, um coleguinha disse pra ele: ‘Sua irmã morreu’, aí ele vai e bate, entendeu? Aí ele chega dizendo que o coleguinha falou que a irmã dele morreu e ele fala assim: ‘Como ele fala isso, ele não viu! Aí eu bati nele’. Aí eu conversei com ele, mas não dá pra ele não ficar bravo, né? Eu também ficaria!” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Vemos, neste exemplo, que a rede pode não fornecer o apoio necessário para os enlutados, gerando reações negativas como as de Maurício. Se este não encontra um espaço de expressão em casa, nem na escola, como lidar com seu próprio luto?

Um fator complicador é que as reações de outras crianças diante do desaparecimento de um irmão podem ficar ofuscadas pelo sofrimento da mãe, que, muitas vezes, não consegue oferecer apoio devido ao impacto individual do ocorrido em sua vida. Um exemplo disto foi retirado da fala de Olga, mãe de Iara, em um diálogo com a filha Dalila, atualmente com 19 anos.

“No começo mudou, porque eu tava muito triste... um exemplo: no primeiro Natal, eu não fiz nada... quando foi no segundo, ela virou pra mim e falou assim: ‘Olha, engraçado, por acaso só a Iara comia aqui no Natal? Porque você não faz mais nada pra ninguém?’. Então ela me chamou a atenção, e eu voltei a fazer pra ela que ela também é importante; e digo pra ela: ‘Não, filha, pra mim isso me deixou transtornada’, Agora a relação não mudou tanto até porque ela é grande, mas quem muda muito é a gente que é mãe... tudo muda.” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

Porém, ao contrário do distanciamento referido por outras mães, para Cleide, o desaparecimento de Marcel fez com a família ficasse ainda mais unida.

“... no começo, eu deixei de pensar nos meus outros filhos porque estavam perto de mim, mas daí comecei a ver que o que eu tava sentindo tava prejudicando a mim e aos meus filhos, e em muito pouco tempo, eu ia ter que parar de procurar o Marcel e viver a vida com eles também. Hoje eu e meus filhos somos muito ligados, muito mesmo... se eu passar do meu horário de chegar em casa, eles já ligam pra mim: ‘Mãe, onde você tá? Já tá vindo?’. A gente ficou muito unido com essa crise do Marcel porque eu acho que eles sentiam o meu sofrimento, apesar de eu tentar não demonstrar pra eles, mas eles sabem como é difícil tocar a vida sem uma pessoa que a gente ama dentro de casa. Então eles tentavam ser fortes pra mim e eu pra eles e isso fez com que a gente se grudasse mais ainda...” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Boss (2001) também chama atenção para as reações de identificação com aquele que está ausente, ou seja: familiares que, como forma de lidar com o sofrimento (seu e daqueles que ama), passa a ocupar o lugar do desaparecido, corrompendo seu próprio processo de elaboração de luto, e principalmente, sua identidade.

Vemos este tipo de reação no relato de Cleide, mãe de Marcel, desaparecido aos 6 anos de idade, a qual relembra emocionada a reação de sua filha Catarina, na época com 5 anos de idade, que tentou assumir o papel do irmão ausente.

“Quem mais sentiu dos meus filhos foi a Catarina, porque eles dois eram muito ligados e os dois dormiam comigo. Então quando o Marcel sumiu, a Catarina passou a usar as roupas dele... eu tive até muita dificuldade com ela no começo... ela sentia muita falta dele e eu não podia chorar na frente dela porque era mais difícil... aí ela vestia a roupa dele, vestia o boné dele e falava assim: ‘Mãe, quando o Marcel voltar, eu vou pedir pra ele deixar eu usar, não ficou legal?’. Olha, tinha que me segurar (choro) era muito difícil, difícil... aí eu tentava arrumar uma história pra ela, que o Marcel, quando voltasse, não ia mais querer aquela roupa, que eu ia comprar roupas novas pra ele, que ela podia usar aquelas, mas aí eu também falava pra ela que ela devia se vestir como moça porque era mais bonito, e aí foi indo... passou um ano e dois meses e foi então que ela falou pra mim: ‘Mãe, o Marcel não volta mais, né?’, e eu falei:

‘Não sei, filha, tem que pedir a Deus que volte’. Aí ela mesma foi parando de usar as roupas dele.’ (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Vejamos: Catarina buscou preencher o espaço que Marcel deixou, na tentativa de amenizar o sofrimento de Cleide, através de gestos que pudessem assemelhar-se aos do irmão. Usar suas roupas foi a forma que esta criança encontrou de poder entrar em contato com sua própria dor, mas também de tornar para Cleide a perda menos insuportável, situação que perdurou durante um ano e dois meses. Depois deste período, Catarina pôde iniciar uma nova fase no processo de elaboração da perda do irmão. No entanto, esta mudança ocorreu, segundo Cleide, apenas porque Catarina passou a preencher seu tempo cuidando da nova irmã, Bruna, atualmente com dois anos.

“Depois que minha outra filha nasceu, ela também começou a preencher o espaço que ele deixou com a Bruna... ela dá banho, ela arruma, ela passeia com a irmã, ela cuida como se ela fosse mãe da Bruna. Então eu tento ver as coisas pelo lado positivo: eu perdi um filho desaparecido, mas ganhei outra.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Novamente tocamos neste assunto: a chegada de novos filhos na família. Alvarenga e Villaherrera (2004) constataram, em pesquisa com pais de crianças desaparecidas, que “...um dos recursos utilizados pelas famílias para superar a perda foi a vinda de novos filhos que vinham preencher o vazio deixado pelo filho ou filha ausente” (p.66).

Segundo as autoras, a chegada de um novo bebê é uma situação complexa, pois a idéia de “substituir” a criança ausente por uma nova criança, pode gerar, ao mesmo tempo, culpa e raiva nos irmãos, mas também trazer alívio e esperança de que a família possa restabelecer o equilíbrio perdido desde o desaparecimento de um de seus membros.

Além de Cleide, mais duas entrevistadas engravidaram após o desaparecimento das filhas e reconhecem a expectativa dos outros filhos de que o novo bebê preencha o vazio deixado pela ausência das irmãs que não mais estão presentes. No exemplo de Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, a reação de Melissa, sua enteada, atualmente com 7 anos, aponta que a nova gravidez traz uma espécie de “compensação” pela ausência da meia-irmã.

“No dia que a Bianca sumiu, a Melissa não queria dormir, queria esperar a irmã dela porque elas eram muito agarradas. Ela ainda fala bastante disso, ela pergunta: ‘Quando Deus vai trazer minha irmã, tá demorando muito!’. Mas ela agora tá feliz porque eu tô grávida e ela vai ganhar um irmãozinho (...) vai poder ter alguém de novo pra chamar de irmão.” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Já no caso de Vanessa, mãe de Juliana, como relatado anteriormente, a expectativa maior é de seu marido, que acredita que um novo filho poderá trazer a alegria de volta à família. Já os outros filhos têm apresentado reações de ciúmes e preocupação com a mãe, que chora toda vez que tem que ir ao médico fazer os exames do pré-natal.

“Eles não ficam achando nada demais eu ter outro, mas eles sabem que eu tô triste, que eu não queria outro bebê, mas se Deus quer, né? Aí como eu choro muito, eles acham que era melhor nem ter outro porque, se era pra ficar feliz de novo e eu não tô, é porque não deu certo e eles sabem que não dá pra colocar uma criança no lugar de outra, né?” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Como podemos perceber, a relação das mães com os filhos desaparecidos se mantêm em diferentes níveis, seja ao manterem sua lembrança sempre presente, seja na tentativa de substituí-lo. Para os irmãos, sejam eles nascidos ou não, segundo Alvarenga e Villaherrera (2004), crescer em meio a este clima de dor dos pais é uma ferida aberta também para eles que, muitas vezes, são negligenciados ou comparados ao irmão que está ausente, o que pode gerar conseqüências negativas no processo de desenvolvimento e na relação em família.

No relato de nossas entrevistadas, uma outra fala se repetiu: a relação com os filhos mudou porque elas mudaram após o desaparecimento. O interessante é perceber que, apesar de relatarem dificuldades no diálogo com os filhos - e, como demonstrado anteriormente, o desconhecimento sobre os sentimentos atuais dos mesmos - as mães acreditam que a relação com os filhos ficou mais próxima do que antes. Isto fica claro nas falas de Eunice, mãe de Mariana; Soraia, mãe de Ana Maria; e Vanessa, mãe de Isabela.

“Mudou em parte porque, quando eu tô triste, eles perguntam; quando eles vêem que eu tô chorando, eles perguntam: ‘Mãe, por que você tá chorando?’, mas logo eles vêem e falam: ‘Que pergunta boba essa que eu fiz, porque a gente sabe porque você tá chorando’. Eu tenho 4 filhos maravilhosos, sabe? Eu acho que mudou mais porque eles ficam muito tempo comigo, ficam

preocupados comigo. ficamos mais grudados que antes, somos uma família muito unida.” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

“Eu acho que eu fiquei muito mais melosa com ele, isso mudou. Eu fiquei com medo, de acontecer alguma coisa com ele, dele desaparecer, morro de medo... ele também tem muito medo. Hoje em dia já tô começando a deixar ele mais solto, pra ele poder ter um pouco de espaço, pra esquecer o medo porque sempre tem aquele medo, ficou marcado na gente .” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

“Quando ela desapareceu, eles ficaram tudo ruim. O mais velho chegou a ficar doente, mas eu não mudei com eles não. A gente conversa muito, sempre que eles perguntam.... eu acho só que eu fiquei mais cuidadosa com eles um pouco... mas acho que é assim mesmo, né? Não tem como. A gente fica com medo de perder outro filho, fica assustada com tudo, acha que pode acontecer de novo e aí o coração não suportaria, não!” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

A reação de alguns irmãos, no entanto, ainda é tão intensa que fica impossível para a mãe não perceber o sofrimento vivido por estes, o que não significa que esta consiga lidar com tais sentimentos, já que está envolta em sua própria dor. Este é o caso de Gabriela, mãe de Camila, e as reações de seu filho João Pedro, atualmente com 12 anos.

“Desde o dia que ela sumiu, a reação dele foi não chorar, não falar dela, mas ele faz xixi na calça, coco na calça, tudo na roupa!. A gente tentou conversar, mas ele não fala. A gente no começo até pressionou um pouco ele, de repente ele sabia de alguma coisa, mas não... acho que de tanto a gente fazer essa pressão, ele não fala mais e, se ele ouvir conversar dela, ouvir o nome dela, ele se suja todo... parece que ele não teve reação nenhuma, porque ele não chora; mas é só falar dela que dá uma dor de barriga nele que ele não segura. Ele também fica todo agitado quando vê alguma coisa na TV sobre pessoas desaparecidas, não pode nem escutar que alguma coisa sumiu que já fica nervoso, dizendo que não sabe onde está. Eu acho que o desaparecimento dela deixou ele perturbado, sem chão mesmo e a gente também ficou mal com essa história toda e não sabe dar conta dele direito. Como é que a gente não ia chorar perto dele se a gente chorava o tempo todo? Acho que ele pensava que, se ele chorasse, ia deixar a gente mais triste (choro).” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

Também no relato de Nair, mãe de Olívia, o impacto nos filhos do desaparecimento da irmã foi intenso e levou à desestruturação de todo o sistema familiar.

“Mudou, mudou bastante. Não tem nem dúvida... minha outra filha foi embora O outro tem problemas na mente, no começo ele me ajudava muito, mas isso também deixou seqüelas nele, que hoje tem um problema cerebral, que afetou a mente dele, ele fala a noite toda, dou remédio e o remédio não resolve

nada tudo por causa disso. Minha outra filha tava grávida quando ela sumiu, teve problema de eclampsia, quase morreu, ficou entre a vida e a morte... você olha pra ela, ela é normal, com estudo, mas eu sei que ela tá diferente, ficou esquecida das coisas. E tem o outro filho que tá desempregado, que mora comigo também. Aí tem uma outra menina, que é minha filha de criação, que morou comigo um ano, depois foi embora... Eu peguei ela da rua, e ela ficou comigo um ano... aí um dia deu a louca nela e ela foi embora pra rua de novo... disse que não tava acostumada a ficar dentro de casa...então a família desestrutura toda, os filhos se afastam, tudo muda!” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

Podemos concluir, portanto, que na relação com os filhos, se por um lado vemos algumas mães superprotegendo (e até mesmo "sufocando" seus filhos por medo de perdê-los), há também casos nos quais estas passaram a negligenciar os demais ou manterem o filho ausente como um ponto de referência idealizado, comparando-a sistematicamente com as outras crianças. Ambos os comportamentos evidenciam uma dificuldade destas mulheres em lidar com o rompimento brusco do vínculo com o filho ausente, o que acarretou em mudanças na forma de se relacionar com as outras crianças da família, temendo perdê-las ou dando-nas como perdidas na tentativa (frustrada) de não mais sofrer.

4.4

Enfrentando o desaparecimento: facilitadores e complicadores

Quando perdemos alguém a quem amamos, sentimentos de impotência, dor e angústia são comuns e esperados. Na cultura ocidental, estes sentimentos são acolhidos e vivenciados através da realização de rituais. Segundo Saraiva (1999), nos casos de falecimento, os ritos são repletos de metáforas, significados familiares, sociais e manifestações públicas que criam um sentido simbólico para a experiência da perda, além de fornecerem uma rede de apoio formada pelos demais membros da sociedade. Segundo a autora, os rituais fúnebres exaltam o falecido e seu papel na comunidade, possibilitam a expressão do sofrimento de todos os envolvidos e facilitam a elaboração da morte.

No entanto, nos casos de desaparecimento, não há rituais disponíveis para os enlutados, pois além de não haver um corpo a ser velado, não há confirmação da morte, o que torna estas manifestações impróprias para este tipo de perda. Como apontam Alvarenga e Villaherrera (2004),

A morte pode ser significada, mas o desaparecimento está presente dia a dia na vida das pessoas. Somente superadas as incertezas permitem seguir adiante (...) no processo de luto. Saber a verdade é essencial para curar as feridas. (p.65)

O desaparecimento, desta forma, acaba não sendo reconhecido socialmente como uma perda, e isto se coloca como um complicador a mais para os envolvidos. A não realização de rituais "... pode prejudicar ou mesmo adiar o processo de elaboração..." (Caselatto & Motta, 2002, p.119). Este fator foi um dos mais citados pelas participantes deste estudo e merece atenção especial.

Para investigarmos mais aprofundadamente a ambigüidade suscitada pelo desaparecimento e verificar se há, de fato, uma impossibilidade de externar os sentimentos frente à ausência do(a) filho(a) ausente, questionamos as mães sobre as diferenças entre a dor da perda pela morte de um filho se comparadas aos sentimentos suscitados pelo desaparecimento. Foi possível constatar que para 10 das 11 entrevistadas, a dor e o sofrimento pela ausência de um filho são sentidos como mais intensos nos casos de desaparecimento, justamente pela não realização de rituais, a falta de um local onde possam prestar suas homenagens aos filhos e dividir com os demais os sentimentos suscitados por este tipo de perda.

A incerteza de onde e como estão as crianças foram os fatores mais citados por estas mulheres como complicadores para o processo de elaboração da perda e a principal diferença nos casos de perda de filho por morte. Em sua fala, Cleide, mãe de Marcel, desaparecido aos 6 anos de idade, reflete bem a dificuldade em lidar com o desconhecimento do paradeiro do filho e ressalta a diferença entre os dois tipos de perda:

"... se eu tivesse encontrado o corpo, pelo menos eu ia saber onde ele está, ia ser: 'Tá, eu sei que ele tá morto, eu enterrei, eu vi', mas isso que eu vivo é uma incerteza, e é essa incerteza que eu não aceito! Eu tenho que ter certeza de alguma coisa... ninguém some assim!" (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Eunice, mãe de Mariana, desaparecida misteriosamente aos 10 anos quando saiu para comprar pão; Fabiana, mãe de Paula, desaparecida aos 10 anos após ter saído para comprar jornal; e Vanessa, mãe de Isabela, seqüestrada aos 11 meses, por uma mulher desconhecida em uma piscina pública, apontam que a principal diferença entre os dois tipos de perda se coloca quando, frente à incerteza da localização da criança, surgem sentimentos de medo e angústia por

não saber se as meninas podem estar sofrendo, dúvida inexistente nos casos de morte:

“... é completamente diferente quando um filho morre. Quando morre, você enterra, você vela, você sabe onde está. Uma mãe que tem um filho desaparecido não tem sossego, não sabe onde está, com quem está, se tá comendo, se tá doente... se tá vivo, na realidade. E morrendo não; por acidente ou morte normal, você sabe onde está.” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

“Eu perdi minha filha sem saber o que aconteceu e nem que fim ela teve, se é que ela teve um fim... eu digo sempre que a minha sumiu e eu não sei onde anda... não sei se tá sofrendo, se tá presa, se tá viva ou morta... as pessoas parecem que não vêem que perder um filho assim que nem eu perdi é muito pior do que a morte, né? A gente sente dos dois jeitos, mas pelo menos você sabe onde está, sabe que pode sentir saudades, mas que não vai voltar... mas assim, sem paradeiro, como é que pode aquietar? Não tem explicação, né?” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

“... quando morre, com o tempo a gente supera, mas a gente que perdeu assim, que desapareceu, que não sabe se tá viva, eu acho que é muito pior, porque você não sabe o que aconteceu, se seu filho tá vivo ou se tá morto, se fizeram alguma maldade, não tem como saber, fica sem saber. Se tem um filho morto, pelo menos sabe o que aconteceu, sabe o que fizeram com ele...” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Ariès (2003) afirmam que os rituais fúnebres possuem três funções primordiais após a perda de alguém significativo: auxiliam os envolvidos a dar vazão a seus sentimentos, criam um espaço onde o sofrimento é validado socialmente e, principalmente, permitem que os enlutados entrem em contato com o corpo do falecido, concretizando/materializando a perda. De acordo com os autores, “...o cadáver é a chave que abre a porta à expressão de sentimentos honestos e reais. Usado apropriadamente, o cadáver é útil como instrumento para iniciar bem o trabalho de luto...” (p.134).

Alvarenga e Vilaherrera (2004) complementam ao afirmarem que os rituais cumprem uma função social fundamental pois, “...através deles, o entorno social oferece apoio, solidariedade, consolo e também válida e concretiza a perda (...) oferece uma oportunidade simbólica de elaboração e reparação.” (p.58). Já nos casos de desaparecimento, não há rituais socialmente construídos para dar vazão a estes sentimentos, como constaram as autoras, em trabalho realizado com famílias de crianças desaparecidas:

O desaparecimento privou os familiares dos elementos básicos para a elaboração do luto: a certeza da morte e a possibilidade de realizar rituais religiosos e sociais, necessários para a assimilação de uma perda. Não poder ver o corpo morto do ente querido reforça o mecanismo de negação, próprio da primeira fase de impacto, e inicia-se (...) uma luta entre negação e realidade e, posteriormente, a impossibilidade de assimilar e aceitar a morte. (p.58)

Em todas as nossas entrevistas, ficou evidente a dificuldade em lidar não só com a ausência da criança, mas também de respostas, de ritos e de um fim. Na fala de Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida aos 11 anos de idade, a importância da materialização da morte se coloca como ponto crucial para a resolução da perda pois, segundo esta mãe, permitir-lhe-ia dar um fechamento ao seu luto:

“... a morte é muito melhor, porque aí você sabe que enterrou, tá vendo... se morreu, eu tenho certeza que uma criança vai diretamente pro Céu, e aí você sabe que tá descansando em paz, mas e a minha, que não sei onde está? Não sabe se tá sendo usada pra se prostituir, se tá sendo usada pra ficar na rua pedindo esmola... o que morreu tá lá, enterrou, pronto! Tá bem melhor que um caso desses...” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

Zélia, mãe de Amanda, desaparecida aos 9 anos, também aponta a angústia de não ter notícias da filha como um fator determinante que diferencia os dois tipos de perda, e acrescenta falando sobre o papel da mãe, quando a criança adoce, para contrapor com a impossibilidade de elaboração em casos como o seu:

“... a mãe que tem o filho sumido é pior do que quando perde morto, né, porque quando é o caso de quem tem um filho doente, a mãe fica lá, fazendo de tudo pra ele melhorar, mas se ele morrer, ela ficou com ele até o último suspiro dele... no dia que ela quiser desabafar, ela sabe onde ele tá, ela sabe que ele não tá sofrendo. Já no meu caso é o contrário: a gente não sabe realmente se ela tá viva, se ela não tá morta e foi jogada em algum lugar que nunca foi encontrado ou se ela tá sofrendo na mão de alguém (choro). A dor é muito pior.” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Como podemos perceber em nosso estudo, a incerteza a respeito do paradeiro e do que aconteceu com o ente querido se constitui como um impedimento adicional para a elaboração da perda, assim como já havia sido referido por Alvarenga e Villaherrera (2004).

Gabriela, mãe de Camila, desaparecida aos 11 anos de idade após ter sido levada por um homem desconhecido de uma feira livre, reafirma o direito dos pais de poderem realizar rituais como o velório e o enterro e terem garantido o direito

de um local onde os filhos possam ser visitados e lembrados por eles, corroborando com os apontamentos feitos por Saraiva (1999), que ressalta a importância dos rituais como importante recurso para o fechamento da etapa inicial do processo de luto:

“... quando morre um filho, a gente quer velar, assim a gente pode lembrar e ver o túmulo quando quiser. Mas assim, não saber de nada, se a criança tá viva ou morta? É duro demais (choro). Acho que todo pai tem direito de enterrar seu filho quando ele morre, né? Pai e mãe dão a vida, tem que ter esse direito, mas se não pode, fica assim, aberto pra vida toda, que nem machucado que não cicatriza (choro).” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

Algumas mães também se referiram a outras perdas vividas ao longo da vida para reforçar as diferenças entre a morte e o desaparecimento. Daniela, mãe de Luíza, desaparecida aos 8 anos de idade quando andava de bicicleta na frente da casa da tia, relembra a morte de um irmão e compara os sentimentos quando da perda deste ente querido aos vividos após o desaparecimento de sua filha, demonstrando em sua fala a dificuldade em lidar com as incertezas diante da ausência da menina:

“... eu era muito apegada com meu irmão, e quando ele faleceu, eu senti muito, mas é totalmente diferente quando eu perdi ele de quando eu perdi a Luíza... o sentimento da perda de quando eu perdi a Luíza é muito mais forte do que quando eu perdi meu irmão... com certeza pelo jeito que foi e por eu não saber onde ela está, a dor é muito maior! A coisa fica dentro de você: se está comendo, se está bebendo, se estão fazendo maldade com ela... é diferente quando morre... mas, na verdade, não perdi né, porque ela desapareceu...” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Em outro caso, Olga, mãe de Iara, desaparecida aos 9 anos de idade, relata a morte de sua mãe, vítima de câncer, 3 meses antes do desaparecimento de sua filha, e a possibilidade que a morte revela de uma re-significação da relação com o objeto perdido e uma posterior aceitação da perda, enquanto, no caso do desaparecimento de Iara, este fechamento torna-se impossível.

“É a pior dor que uma mãe pode passar, mais até do que quando morre um filho, porque é bem diferente, né? Se morreu é uma coisa que a gente sente... a dor existe, mas, pelo menos, você sabe que morreu... assim é muito difícil (choro). Você não sabe nunca o que tá acontecendo... talvez o sentimento seja até o mesmo, mas você se conforma quando morre... eu digo isso porque eu perdi minha mãe dia 22 de maio e minha filha dia 15 de agosto, pouquinho tempo depois... a morte da minha mãe eu já consegui me conformar, já consegui

solucionar, mas a perda da Iara eu não consigo! Eu ainda penso assim: a morte da minha mãe foi dura, mas a Iara perder sem saber é horrível...” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

Eunice, mãe de Mariana, relembra a morte da filha de sua irmã que, com apenas 5 anos, recebeu o diagnóstico de leucemia e, após 5 meses de tratamento, não resistiu à doença, vindo a falecer. Para esta entrevistada, a morte da sobrinha foi um acontecimento traumático para toda a família, mas pôde ser vivida, chorada, revista e, finalmente, elaborada, ao contrário do desaparecimento de Mariana, que continua incerto e suscitando sentimentos de angústia, ansiedade e desespero naqueles que a conheceram e amam.

“... quando minha sobrinha de 5 anos faleceu, a gente chorou, a gente se desesperou, foi aquele abalo, mas foi passando o tempo, a gente foi se conformando porque a gente sabe onde ela está; quando a gente quer conversar com ela, a gente vai lá no túmulo dela. A gente não se conforma de uma vez, mas sabe onde está. A minha filha está viva, eu sei, mas eu fico naquela angústia de perguntar pra mim mesma: ‘Meu Deus, será que estupraram minha filha? Será que bateram na minha filha?’ Eu sei que ela tá viva, eu sinto, mas não sei onde nem com quem, e é isso que eu quero saber!” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida aos 1 ano e 10 meses, nunca vivenciou outra perda próxima, mas remete-se ao enterro de uma criança desconhecida que presenciou, no qual identificou-se com a dor da mãe do menino falecido.

“... eu não sei o que é pior, se é perder um filho de vez ou ter um desaparecido... eu acho que é a mesma dor porque, nos dois, você perde, mas um você não vai mais ver, e o outro você vai ter sempre a esperança de que volte. Eu fui num enterro e do lado tinha o enterro de um menino de 7 anos... quando eu vi a mãe dele, eu me senti no lugar dela, desesperada, porque disseram que ela gritava ‘Tira ele, tira meu filho daí’. Eu falei pra minha colega que era muito triste porque ela sabe que ele não ia voltar nunca mais e ela falou assim pra mim: ‘Mas e você que tem uma filha desaparecida?’. Na hora, comecei a chorar, entrei em desespero... se fosse minha filha ali, eu nem sei o que eu poderia fazer (choro).” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Vemos a partir destes exemplos que, embora a esperança de conserve-se a esperança de que os filhos estejam vivos e com saúde, há também o anseio por um fim. Segundo Boss (2001), “As pessoas anseiam por certeza. Até o conhecimento certo da morte é preferível à continuação da dúvida” (p.19).

Em nossas entrevistas, constatamos de fato o quanto as mães aguardam por uma resolução para seus casos, mas admitir que a criança possa estar morta é vista como uma traição à mesma. Alvarenga e Villaherrera (2004) já haviam constatado, em trabalho com pais de crianças desaparecidas, a existência da crença dos familiares de pessoas desaparecidas de que determinados pensamentos seus seriam capazes de gerar conseqüências reais na vida do ente ausente, interferindo negativamente no desfecho do caso. De acordo com as autoras:

A incerteza a respeito do paradeiro de suas filhas e filhos e não saber se estavam bem ou estavam sofrendo gerou, em alguns casos, sentimentos de impotência, angústia, dor e desespero nos familiares. Alguns temiam que se permitissem-se pensar que seu ente querido poderia ter falecido, de alguma maneira o estariam traindo; neste caso, sentiam que não estavam fazendo todo o possível para encontrá-lo vivo e que, ao perder as esperanças, contribuíram para que não aparecesse... a idéia de que (...) pudessem estar mortos era mantida escondida; os familiares não se atreviam a exteriorizá-la, e se o fizessem, isto gerava culpa, pois consideravam que somente com o pensamento estavam provocando sua morte (...) considerar a idéia de que (...) estavam mortos equivalia a dar-se por vencidos, abandoná-los e não cumprir o papel de pai ou mãe. Por outro lado, viver permanentemente com a expectativa de encontrá-los alimentava, de maneira contínua, a incerteza, experiência que pode ser insuportável. (p.63).

Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 10 anos de idade, exemplifica este comportamento referido pelas autoras. A participante diz considerar pior a morte de um filho do que a incerteza do desaparecimento. Podemos notar que há uma grande expectativa de sua rede de apoio de que ela possa dar um fechamento a sua perda, mas para esta mãe, permitir-se sentir que a filha está morta significa desistir, perder as esperanças:

“...todo mundo fala que o desaparecimento é pior que a morte porque realmente é muito ruim você não saber o que aconteceu com a sua filha... às vezes as pessoas falam pra mim: ‘Se pelo menos soubesse que tinha morrido seria melhor’, mas não seria não, porque nenhuma mãe quer que o seu filho morra.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Podemos chegar à conclusão de que a certeza da morte de um filho, aliada à validação social desta perda (através da realização de rituais), a existência de um local onde se concretize a morte e que possibilite a expressão dos sentimentos de pesar, coloca-se como um fator facilitador para o processo de elaboração da perda. Nos casos de desaparecimento, no entanto, não há certezas, não há lugares, não há rituais, não há margem possível de elaboração. As hipóteses, sejam elas baseadas

na negação da morte ou na aceitação da mesma, tornam-se os únicos mecanismos para que estas mães dêem conta da ambigüidade de sentimentos, presente diante da ausência dos filhos e possam continuar investindo nas buscas. Mas, então, o que fazem as famílias de pessoas desaparecidas? Há lugar para expressão dos sentimentos quando não há rituais que possam confirmar o que foi perdido? Como lidar com estes sentimentos quando faltam recursos que auxiliem na elaboração da perda?

De acordo com Boss (2001), “...muitos casais e familiares encontram apoio e informação que tão desesperadamente necessitam participando de grupos de pessoas que estão sofrendo o mesmo tipo de perda” (p.129). Segundo a autora, é justamente pela falta de rituais, suporte e compreensão da rede que muitos familiares de pessoas desaparecidas se unem a outras pessoas que vivem o mesmo problema. A autora descreve que estes grupos são formados com intuito não só de unir forças para acelerar as investigações dos casos, mas, principalmente, porque é, neste espaço, que as famílias podem compartilhar seus sofrimentos e angústias com outros que vivenciam a mesma dor.

Kordon e Edelman (1987) também afirmam que a união de grupos de familiares de desaparecidos (como as Mães da Praça de Maio, na Argentina) aponta para uma mudança de significado diante da perda, na qual os enlutados passam de uma visão micro (“meu ente querido”) para uma visão macro (“nossos desaparecidos”), o que, segundo as autoras, serve como um mecanismo eficaz de sublimação e reparação.

Em estudo recente, Alvarenga e Villaherrera (2004), afirmam ser mais freqüente que estes grupos sejam formados por mães de pessoas desaparecidas. As autoras acreditam que, além das mulheres serem mais estimuladas socialmente a expressar seus sentimentos, também são elas que tomam à frente das investigações, parte por sentirem-se responsáveis pelo desaparecimento de seus filhos, parte por não quererem abdicar de seu papel parental. Como benefício, estas mulheres encontram, ao lado de outras mães, o sentimento de pertença e a validação de seus sentimentos.

“O desaparecido é alguém que já não está onde estava, não se sabe onde está agora e sua existência é constantemente negada... dizer que alguém está desaparecido é negar sua existência como vivo ou como morto” (p.60), disse-nos Nicoletti (1987). Por esta razão, a autora nos chama atenção para o fato de que

formar grupos com outros familiares, divulgar fotos e organizar passeatas são recursos de enfrentamento diante da presença psicológica de alguém ausente fisicamente. Na ausência de respostas, esta é a forma que muitas mães encontram de “provar” que aquele, de quem não se tem notícia, existe, mesmo que possa não estar mais vivo. É dar-lhe corpo, concretude, permitindo que seja lembrado, homenageado, como quando o fazemos ao velarmos os mortos através de rituais. Isto porque, segundo Boss (2001),

A resolução de qualquer tipo de perda é encontrar-lhe um sentido. No caso da perda ambígua, dar-lhe um significado se apresenta mais difícil porque o próprio pesar permanece sem solução. Porém, se não encontrarmos um sentido para a ambigüidade, nada muda realmente. Limitamo-nos a suportá-la. Manter a esperança frente a uma perda ambígua de longa duração requer um esforço incessante. (p.115)

Em nossas entrevistas, perguntamos às participantes como elas se sentem em relação às outras mães que tem filhos desaparecidos. Em sua maioria, as mães referiram-se à equidade de sentimentos como angústia, ansiedade, dor e a ambigüidade entre momentos de esperança e desesperança como fatores em comum nestes grupos. Vemos estas referências em relatos como os de Zélia, mãe de Amanda; Vanessa, mãe de Isabela, e Eunice, mãe de Mariana.

“Nós pensamos igual umas das outras. Nós cremos na vida delas, que estão vivas... eu conheço algumas e a gente conversa muito sobre as famílias, da família delas, de como elas reagiram quando as meninas delas sumiram e foi tudo igual, né? De ficar com raiva, de ficar desesperada... elas tiveram tudo que eu tive. Então eu acho que a gente sente igual, a dor igual, e por isso conversar com elas é sempre bom, porque você vê que não tá sozinha.” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

“Eu sinto que o mesmo desespero que eu sinto elas também sentem, e tem mãe que tem filho desaparecido há muito mais tempo, bem mais tempo que eu (...) eu encontrei uma mãe que já tá há três anos na procura, né? A dor dessa pessoa, dessas mães, não tem coisa que pague... não desistem, continuam a lutar. O tempo vai passando e aumenta o desespero, né? Mas se eu chegar nisso tudo de espera, tenho certeza de que vou sentir igual a elas, porque o tempo não muda o amor da gente pelos filhos.” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

“Eu acho que elas se sentem como eu, porque é uma coisa que você não sabe onde está, com quem está, o que está passando, o que está sofrendo, então não sei... a gente sofre muito. Toda mãe que tem um filho desaparecido se pergunta as mesmas coisas e sente a mesma dor porque quem vê um filho nascer de dentro de você, crescer e depois ele não está com você e você nem sabe onde está... é a pior dor do mundo pra qualquer uma de nós...” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Para algumas participantes, a intensidade do sofrimento é a mesma para todas as mães, e o impacto do desaparecimento de um filho muda, indubitavelmente, a vida daqueles que viviam com a criança.

“Eu acho que todas nós somos iguais nesse ponto. O sofrimento de uma mãe como eu é o mesmo porque a gente perdeu parte da gente. Não tem nada no mundo igual a ser mãe e, quando tiram isso da gente, é como se pegasse um pedaço do nosso coração e esfaçalhasse. Eu acho que a espera é a coisa mais difícil pra todas nós porque a gente só quer eles de volta, vivos ou não.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

“Eu acho que todas nós sofremos do mesmo jeito, tudo igual. Mas é nessa hora que você vê como você é forte... eu só peço a Deus uma resposta, todas nós pedimos, porque fica essa coisa aberta, não tem como, não tem como! Não tem como fechar aquilo, é como uma ferida que nunca cicatriza, né? Aí, quando começa a fechar, você acha que tá melhorando, vem alguma coisa e fica pior de novo. Todas passamos por isso, principalmente quando faz muito tempo.” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

“Eu acho que o sofrimento de ter um filho desaparecido é sempre o mesmo, não importa quanto tempo passe ou quantos anos tinha a criança. Mãe que é mãe sente, mesmo se fosse adulto, né? Eu acho que o importante é ter fé, tem que orar muito porque, se tiver que ser, no tempo certo Deus vai trazer elas de volta pra gente, e vai acabar esse sofrimento.” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Para Daniela, mãe de Luíza; e Fabiana, mãe de Paula, os sentimentos após o desaparecimento de um filho são os mesmos para todas as mães; a diferença está na forma como cada mulher enfrenta os desafios do dia-a-dia. Segundo estas participantes, quando se tem um filho desaparecido há muitos anos como elas, aprende-se a lidar mais adequadamente com a dor e a angústia, decorrentes das indefinições e incertezas próprias a este tipo de situação.

“Eu cheguei a conhecer mães de desaparecidos e a dor é muito grande. Tinha uma aqui que desmaiou, porque a dor é muito grande (...) e não é só mãe de criança, porque você vê gente aí de 18 anos que some e ninguém sabe onde está, e essa pessoa tem mãe e essa mãe com certeza está sofrendo como eu, mesmo que a minha filha tivesse só 8 anos. Eu acho que o que eu sinto, elas sentem também: aquele desespero, você não consegue pensar em outra coisa a não ser naquilo que aconteceu... mas cada um tem uma vida. Tem umas que convivem com o esposo; tem gente que tem outros filhos; têm outras que os pais nem ligavam pras crianças (...) cada caso é um caso... mas acho que, em termos de sentimento, é a mesma coisa... eu sei que elas choram, que elas sentem saudades. Eu acho que psicologicamente é que nós somos diferentes... tem uma que tem apoio e têm mães que não têm apoio nenhum; tem umas que tem que ficar com remédio pra cá, remédio pra lá, e outras não. A dor é a mesma, a diferença é como você vai enfrentar isso.” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

“A gente sofre muito, todas. Acho que é uma coisa que só uma mãe que tem um filho desaparecido sabe explicar. Eu queria poder ajudar todas elas, visitar todas, porque eu queria ensinar pras outras mães o que eu fiz que me ajuda a viver no dia a dia, né? Só a gente entende o que é ter uma pessoa desaparecida na família.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Dentre as entrevistadas, duas participam ativamente de grupos de mães de crianças desaparecidas e relatam que a experiência lhes proporcionou a chance de compartilhar, com estas outras mulheres, a dor e as angústias quando ninguém mais as compreendia.

“A gente sente a mesma coisa, sem dúvida. Eu sou muito amiga de outras mães, vou na casa delas quando eu tô em depressão, aí a gente fala, chora... a gente fica conversando porque eu entendo o problema delas e elas entendem o meu, porque a gente tem o mesmo problema, a gente pensa as mesmas coisas, a gente passou por coisas parecidas... é mais fácil com elas porque os outros podem até entender, mas só quem vive a mesma coisa é que sabe... tem coisas que toda mãe de criança desaparecida tem: não consegue dormir, não consegue comer, porque você fica pensando: ‘Será que meu filho tá comendo? Será que ele tá dormindo? Tá com saúde? Tá com frio?’, você não consegue fazer nada tranqüila. Eu acho que assim é o melhor jeito: a gente tem que se unir uma pra ajudar a outra, porque se uma der apoio a outra, ajuda né?” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

“Eu ganhei grandes amigas que são mães de outras crianças desaparecidas e isso tem me ajudado muito, mas quando eu vejo as outras mães, eu procuro sempre distanciar a minha dor da delas porque na minha vida é assim, a minha filha é assim, mesmo que a dor seja igual em todas nós. Mas também foi com elas que eu descobri que existia dentro de mim essa força tão grande, porque eu pensava que, se uma coisa dessas acontecesse comigo, eu ia morrer... a gente pensa assim, mas quando acontece, a gente vê que tem força, as outras mães te ajudam a ver isso. Hoje, quando uma nova mãe chega pra falar comigo, eu já posso dizer que os sentimentos dela são normais, que ficar se lamentando não vai levar a nada e que ela nunca pode perder a esperança e assim ela vai descobrir que tem força pra sobreviver a tudo isso. Eu sempre ligo pra outras mães dando força. Eu sei o que os pais estão passando.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Em outro exemplo, no entanto, vemos uma situação onde, embora os sentimentos de perda sejam compartilhados, estar na presença de outras mães não trouxe benefícios para a participante. Cleide, mãe de Marcel, desaparecido aos 6 anos de idade, explica porque a relação com outras mães tornou-se impossível, após participar de algumas reuniões do grupo.

“A gente sofre, todas sofrem, mas a forma como você escolhe sofrer é diferente. Eu conversei com outras mães e eu vejo muitos casos que a mãe fala: ‘Eu sinto que ele já tá morto, eu sei que ele não voltar’, e eu nunca senti isso em

relação ao Marcel, nunca! Mas isso tem a ver com a forma como as pessoas sofrem, porque não é porque você não chora que não está sofrendo, e se você perde a esperança é porque não lutou o suficiente. Eu acho que só a mãe de uma criança desaparecida sabe o que é amar e sofrer por um filho, mas, se ela se deixar abater, ela tá sofrendo mais por ela do que pelo filho que desapareceu. O que a gente tem que fazer é ir à luta, descobrir a verdade, isso sim é amor pelo filho (...) Eu conheci várias mães e a maioria estava sempre chorando, dizendo que não sabia o que ia fazer, o casamento tinha acabado, os outros filhos ficaram revoltados, elas reclamavam de tudo... elas não estavam sabendo lidar com o sofrimento delas. Elas não tinham aprendido... eu disse pra uma delas: 'Você tem que se preocupar com seu filho que tá desaparecido. Você tem que saber lidar com o seu sofrimento'. Eu vi muitas mães que adoecem fisicamente por saudades, de ficar esperando realmente um milagre, mas outro ser humano não pode fazer o que elas podem. Elas deixaram que o sentimento de perda dominasse e eu não podia continuar porque senão a gente afunda nessa tristeza também.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Como vemos no relato de Cleide, o grupo de mães não proporcionou a ela o suporte necessário para o enfrentamento da perda. Podemos pensar, no entanto, na dificuldade desta mãe em expressar seus sentimentos diante destas mulheres, pois poderia sentir-se exposta e vulnerável, impossibilitando-lhe de continuar ativa em sua busca. Falar sobre a ausência e as tristezas decorrentes do desaparecimento do filho poderia desorganizá-la, ou até mesmo paralisá-la.

No geral, percebemos a importância de sentir-se parte de um grupo, de poder compartilhar com outras mães as mesmas angústias e ansiedades quando do desaparecimento de um filho. Este sentimento de pertença mostrou-se como fonte de segurança e esperança para a maior parte das participantes, que contam com este recurso nos momentos em que se sentem desamparadas e desorientadas.

A fim de complementarmos estes dados, perguntamos às participantes: “E como você se sente em relação às mães que não têm filhos desaparecidos?”. Este questionamento foi elaborado a partir dos achados de Alvarenga e Villaherrera (2004), as quais apontaram que muitos pais queixam-se de sentirem diferentes e inferiores àqueles que não vivem a mesma situação.

Os resultados foram muito interessantes. Para 6 participantes, o sentimento em relação às mães que não tem filhos desaparecidos é de maior maturidade, além de afirmarem dar mais valor à família, e principalmente, aos filhos.

“Em alguns momentos eu me sinto diferente, com mais bagagem pra falar com uma mãe sobre os cuidados com os filhos e alertar elas que nós chegamos num limite da nossa vida, da sobrevivência, e ninguém tem pena de ninguém. Eu posso ser uma mãe com um filho desaparecido e outra não, mas o sentimento de mãe é um só... ela é mãe, ela vai sentir a mesma coisa que eu só

de pensar que ela poderia passar por uma situação dessas. Isso não pode ser uma diferença, pode ser uma ajuda mútua, um entendimento entre as mães, e não uma diferença e pode fazer com que muitas mães que não tenham filhos desaparecidos possam ajudar as que têm; se comover com a situação delas, dar apoio, ter um sentimento de humanitarismo. Acho que elas não sabem como é ter um filho desaparecido, mas o amor pelo filho faz qualquer mãe tremer só de pensar que isso pode acontecer com ela e com a família dela.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

“Eu não sinto tanta diferença porque, se elas passassem pelo que eu passo, eu tenho certeza que elas iam sofrer como eu, mas a gente cresce muito depois de uma coisa dessas... uma mãe de verdade sente o coração sangrar, sem dúvida. As mães que não têm filhos desaparecidos têm mais é que agradecer a Deus por tudo (...) Toda mãe que ama tem medo de que qualquer coisa ruim aconteça com seu filho, mas não tem diferença entre a gente, só que com umas aconteceu e com outras não.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

“Eu não tenho inveja das outras mães, não tenho problema com ninguém. Tem muita gente que fala assim pra mim: ‘Nossa, se fosse eu, eu tava me descabelando, tava botando a rua abaixo’, mas eu não fico chorando, mostrando pros outros que eu tô triste... quem me vê na rua, me vê sempre alegre, sorrindo...eu só desejo que isso não aconteça mais com outras mães porque já têm eu e um monte de outras mães passando por essa dor, e ninguém merece passar por isso. É tudo mãe e sentiriam que nem eu a mesma dor, com a diferença que eu já vivo isso e por isso a gente sabe que suporta.” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

“Eu me sinto diferente... nunca pensei que isso pudesse acontecer... hoje em dia é que eu tenho outra cabeça, já são 5 anos e você vai tendo outra visão, vai pensando de outro jeito...acho que, quando a gente vive isso todos os dias, vê que não é mais igual às outras mães, e elas também olham você diferente. Eu não sei o que elas pensam, mas eu acho que eu sou mais forte, aprendi a lidar com qualquer coisa que possa acontecer, dou mais valor a Dalila, minha outra filha, e as outras mães não.” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

“Todas as mães são fortes! Teve uma prima que falou: ‘Se acontecesse comigo, eu morria!’ mas eu disse: ‘Morria nada!’ porque não morre... se morresse, eu nem outras mães estaríamos aqui pra contar nossa história. Pra quem não tá passando por isso, parece que não é possível uma mãe agüentar, mas a gente agüenta... elas dizem isso porque não entendem, acham que a gente ia morrer de sofrer, mas não sabem que, na verdade, cada dia que a gente acorda, a gente quer encontrar, que a gente quer correr atrás pra saber o que aconteceu... se você não se fortalecer, dali a pouco você se afunda num buraco e não vai mais ter força pra nada, né? Acho que isso faz a diferença entre eu e as outras mães: eu sei que eu tenho essa força, e elas não, mas é só acontecer alguma coisa com os filhos delas que elas vão descobrir.” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

“A vivência de mãe é maior. Quem tem um filho desaparecido sabe muita coisa que uma mãe que não tem não sabe. A gente aprende a dar valor a tudo que os filhos fazem porque quem sabe o dia de amanhã? E se o seu filho desaparecesse como a minha desapareceu? Será que você prestou atenção nela?”

Amou, cuidou direito? A gente sente que tem mais vivência de mãe.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Como podemos perceber, a idéia destas mulheres é de que o sofrimento causado pelo desaparecimento dos filhos lhes proporcionou um senso de maternidade ainda mais apurado. Aqui nos deparamos com o que Badinter (1985) nos aponta sobre a imagem da mãe como aquela que ama, incondicionalmente, seus filhos até e para além da morte. Nos casos de desaparecimento, este mandamento parece conferir a estas mulheres um novo status como mães, por vivenciarem diariamente a dor da perda, incerta e interminável e, apesar disto, manterem acesa a esperança de um dia reencontrar os filhos.

No entanto, 5 participantes referiram sentirem-se menosprezadas e/ou incompreendidas por mulheres que não têm filhos desaparecidos, causando raiva e desconforto, o que, conseqüentemente, pode agravar os sentimentos de culpa por sentirem-se julgadas como não tendo cumprido com suas obrigações maternas.

“A gente se sente diferente, às vezes. Tem outras mães, até mesmo mãe de coleguinha da escola, que ficam com aquela indiferença. Perguntam assim: ‘E aí, achou ela? Você ainda acredita que vai achar ela? Que ela ainda tá viva?’ e eu respondo que sim, porque Deus tá no céu e, se minha filha estivesse morta, eu já tinha achado alguma coisa. Isso faz a gente se sentir pior... elas não entendem o que a gente passa...” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

“Eu sou mãe, sempre fui e sempre vou ser. As outras mães é que nunca acreditam na gente. Elas não acreditam que pode acontecer com elas, acham que as nossas crianças fugiram, que foi rebeldia, ou não cuidamos direito, nunca acha que a criança possa ser levada por alguém, sempre acha que ia fugir e tudo mais, mas ninguém conhecia a Paula pra dizer isso porque, se conhecesse, ia saber que ela não ia fugir. Eu não me sinto mais à vontade pra ficar com qualquer mãe, só as minhas amigas que sabem toda a história, porque as outras julgam você e acham que você fez alguma coisa errada.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

“Eu fico triste porque tem mãe que não quer nem saber, que nem liga, que larga o filho, é desnaturada... difícil a gente aceitar uma barbaridade dessa... eu fiz tudo pra não acontecer essas coisas, e acontece justo comigo (choro).” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

“A gente se sente diferente... a gente lembra de tudo quando tá perto delas... por exemplo: tem uma mãe lá na minha rua que tem os mesmos filhos que eu, tem quatro meninos e uma menina... ela chegou no ano passado pra mim e falou: ‘Ai, minha filha se formou!’ e a filha dela tem a mesma idade da Amanda... aí é duro ver a filha dela se formando na escola, porque a Amanda ia estar se formado também. Aí eu fico assim, triste (choro), mas ela não tem culpa, é só a gente que se sente diferente, meio excluída. Tem vezes que a gente sente que

merecia ver o filho crescer, e não o dos outros...” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

“Tem mães que nem ligam pros filhos, que não dão atenção, tratam os filhos com ignorância, com brutalidade, não tem um gesto de amor, carinho com e eles continuam ali, do lado delas; mas eu, que sempre tratei com tanto amor, aí minha filha desaparece. Tem um monte de mãe assim, que não tá nem aí pros filhos; os meus não, sempre foram agarrados comigo, sabe! Tem mãe que deixa a criança ali, sem atenção, nem liga, e eu, que dei minha vida pelos meus filhos, acontece isso (choro). Então eu sou diferente, sim, porque essas mães não dão valor aos filhos como eles merecem (...) e elas não acreditam na gente, acham que a gente tem culpa no que aconteceu, mas não é verdade. Tratam a gente como se a gente fosse uma má mãe, e não é assim.” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

Vemos que, como Badinter (1985) bem colocou, a imagem da mulher como aquela que ama e cuida de seus filhos prevalece em nosso imaginário e a expectativa de que nenhum mal lhes aconteça é ainda maior nos dias de hoje. Quando uma criança desaparece, as mães geralmente são consideradas responsáveis pelo ocorrido e, quando este julgamento vem de outra mãe, os sentimentos de culpa e impotência são ainda mais devastadores.

Para combater estes sentimentos, algumas mães como Vanessa e Nair defendem-se alegando que *“coisas ruins acontecem com pessoas boas”* e *“isso pode acontecer com qualquer uma de nós”*, mas também se questionam sobre o porquê isto não acontece com mães relapsas e desatentas, o que não é o caso delas.

Concluimos, enfim, que para estas mães, fatores como a falta de certezas sobre como e onde está o filho desaparecido, a não realização de rituais, o prolongamento indefinido da ausência do filho e o julgamento de outras pessoas (especialmente outras mães) podem contribuir negativamente para o processo de elaboração da perda. Por outro lado, a formação de grupos com outras mães de crianças desaparecidas e a possibilidade de compartilhar com estas seus sentimentos apresenta-se como um importante recurso para a reestruturação e reorganização da vida destas mulheres.

5

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo investigar o impacto do desaparecimento de um filho, sob circunstâncias desconhecidas, de seu núcleo familiar, a partir da análise dos discursos das mães. Todas as participantes desta pesquisa são mulheres engajadas, de corpo e alma, na busca por informações que possam levá-las à localização destas crianças, mas infelizmente, até o final deste trabalho, os casos continuavam sem solução.

Partimos do pressuposto baseado nos escritos de Badinter (1985) de que, a partir século XVIII, as mulheres passaram a desempenhar um novo papel dentro da família, devendo executar suas tarefas com perfeição, generosidade e sabedoria. O amor materno passa a ser entendido como algo natural e instintivo e a criança torna-se o centro do núcleo familiar. Apesar da emancipação feminina, ainda hoje as mulheres são socialmente educadas e incentivadas a serem esposas e, principalmente, mães dedicadas que, durante o exercício do papel parental, devem ser onipotentes e onipresentes na relação com os filhos.

Sob esta perspectiva, a mulher é vista como a principal responsável pelo cuidado da prole - aquela que é amorosa, caridosa e abdicada - e a criança passa a ser entendida como um ser em especial fase de desenvolvimento. Badinter (1985) aponta que muitas mulheres sentem-se extremamente gratificadas quando elogiadas pela boa criação de seus filhos, por sua saúde, vivacidade e educação. Mas não há apenas glorificações: quando algo de mal acontece a uma criança (em especial, se esta falece) é a mãe quem geralmente carrega a culpa por não ter sido capaz de evitar tal situação.

De acordo com Caselatto e Motta (2002), a mulher vivencia a perda de um filho como um fracasso em seu papel social de mãe e carrega consigo sentimentos de culpa e impotência. As autoras acrescentam que o processo de elaboração do luto de uma mãe é diferenciado dos outros tipos de luto no que diz respeito à duração, intensidade e frequência dos sintomas.

O desaparecimento de alguém que amamos (em especial de crianças) é um fenômeno ainda mais complexo do que a morte, pois envolve uma série de

sentimentos ambíguos tais como esperança/desesperança, tristeza, sofrimento, culpa, raiva, impotência e medo acentuados.

As principais diferenças entre o desaparecimento e a morte de filho, segundo Boss (2001), são a duração, proporção e intensidade dos sintomas após a perda que, nos casos de ausência indefinida, tendem a se manter por tempo indeterminado, podendo nunca ser elaborados. As incertezas e fantasias acerca da localização e estado de saúde da criança levam a família – e principalmente as mães – a apresentarem altos níveis de ansiedade, desespero e temor, mas não impedem que surjam sentimentos como esperança e fé, deflagrando a ambigüidade diária vivida pelos envolvidos.

De nosso estudo participaram 11 mães com filhos desaparecidos misteriosamente. Todos os desaparecimentos ocorreram no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2002 e 2005. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com o objetivo de investigar o impacto do desaparecimento das crianças a partir da ótica destas mulheres. Das entrevistas emergiram 4 categorias de análise, assim nomeadas: 1) *impacto do desaparecimento*; 2) *relacionamento com marido / companheiro / namorado / pai da criança*; 3) *relacionamento com outros filhos*; 4) *enfrentando o desaparecimento: facilitadores e complicadores*.

Pudemos constatar que, diante do desaparecimento súbito e misterioso de seus filhos, todas as participantes apresentaram inicialmente reações de negação, choque, entorpecimento, desespero, angústia e medo. A negação da perda – reação mais freqüente no grupo estudado – baseava-se na crença de que aquela realidade não duraria mais do que algumas horas, dias ou meses. Podemos inferir que a idéia de reversibilidade da perda, impossível nos casos de morte, torna-se possível (e até compreensível) nos casos de desaparecimento, confirmando a ambigüidade a que estão expostas estas mulheres.

Após o choque inicial frente à constatação do desaparecimento das crianças, foram citados pelas entrevistadas sentimentos como ansiedade, culpa, impotência, descrença, tristeza e raiva. Todos estes sentimentos, no entanto, contrastaram com a esperança, fé e determinação.

A certeza do reencontro, em especial, foi apontada por nossas participantes como o sentimento mais importante, que as manteve ativas na busca por informações do paradeiro de seus filhos. Por esta razão, a formulação de hipóteses – ou “aposta da família” – mostrou-se fundamental para manutenção da

integridade psíquica destas mulheres, que se utilizam deste recurso para manter acesa a esperança de localizarem seus filhos.

Todas as participantes acreditam que seus filhos estejam vivos, sustentadas principalmente na falta do corpo ou de quaisquer outros indícios de morte. Por acreditarem na vida de seus filhos, mas não conseguirem localizá-los, fantasiam comumente que as crianças estão presas, acudadas ou mesmo fora do país. A idéia de que as crianças estejam sendo usadas em atividades ilegais (como pedir esmolas ou em redes de prostituição infantil) foi citada com frequência pelas mães. Apenas uma mãe cogita a possibilidade de morte de sua filha, mas seu discurso é ambíguo, e também carrega uma ponta de esperança de que volte a ter a menina viva, junto de si.

Dentre os sentimentos vivenciados ao longo do primeiro ano após o desaparecimento, podemos destacar a culpa. A crença de que poderiam ter evitado o desaparecimento dos filhos, o sentimento de fracasso no cumprimento da função materna, somados ao desconhecimento do paradeiro da criança, fazem com que esta culpa não possa ser superada, impossibilitando que as mães re-signifiquem a relação com o filho ausente. Por outro lado, as mulheres buscam provar, em suas falas, que não eram negligentes ou omissas com os filhos, tentando encontrar explicações que dissipem a sensação de que poderiam ter impedido o desaparecimento. Concluimos que, apesar de afirmarem serem boas mães, nossas participantes, independente do tempo de desaparecimento dos filhos, sentem-se responsáveis por não terem sido capazes de protegê-los adequadamente (algumas mães até mesmo acreditam que poderiam ter evitado que as crianças sumissem).

Mesmo no caso nos quais as mães afirmam não se sentirem culpadas pelo desaparecimento das crianças, todas, sem exceção, buscam uma explicação, uma resposta que possa apaziguar-lhes o coração, pois sentem que não puderam completar seu papel parental com a criança agora ausente. A resposta esperada é a mesma para todas: encontrar a criança ausente sã e salva, mas também retomar o senso de previsibilidade e estabilidade da vida, perdida no dia em que a criança desapareceu.

Como vimos, a culpa é um sentimento ambíguo pois, ao mesmo tempo em que as mulheres a sentem, tentam eximir-se desta ao buscar outras explicações para o desaparecimento de seus filhos. Mas a ambigüidade se faz presente em outras esferas da vida de nossas participantes, como, por exemplo, na saúde física.

Pudemos constatar a presença de reações somáticas na maioria de nossas participantes, apontando um dado importante: por um lado, os sintomas físicos são formas de expressar a dor e o sofrimento pela ausência dos filhos; por outro lado, dificultam ainda mais o processo de enfrentamento da perda.

Um fator complicador no processo de enfrentamento da perda diz respeito ao tempo de desaparecimento. No caso das mães que têm filhos desaparecidos há mais de três anos, percebemos uma maior dificuldade em encontrar respostas para seus questionamentos. Não sabem onde procurar, não recebem mais denúncias, temem que a situação fique em aberto por toda vida. Além disso, quanto maior o tempo de desaparecimento, mais sozinhas as mães se sentem em relação aos demais familiares.

O medo, portanto, é um sentimento comum a todas as mães, e está relacionado às incertezas sobre a localização e ao estado de saúde de seus filhos, mas, principalmente, ao fato de que não sejam capazes de recuperá-los (vivos ou mortos), falhando novamente em seu papel parental.

Este dado mostra-se ainda mais relevante quando vemos as relações entre as mulheres e seus companheiros e, principalmente, na relação entre estas e os outros filhos. Constatamos que, inicialmente, todas as mulheres engajaram-se de forma integral na busca por informações que pudessem ajudá-las na localização da criança desaparecida. Neste primeiro momento, marido/companheiro/namorado e filhos foram "colocados de lado" em prol da busca pelo ausente. No entanto, o distanciamento destas mulheres dos demais familiares, em alguns casos, perdurou por longos períodos ou persiste ainda hoje, dificultando ainda mais a reorganização do sistema familiar.

Em se tratando dos relacionamentos conjugais, pudemos verificar que, no caso das participantes casadas com os pais das crianças desaparecidas, sentimentos como desamparo e raiva do companheiro levaram a um desgaste na relação conjugal, comprometendo significativamente o diálogo entre os membros do casal. Há também as diferenças no modo de expressar a dor pela ausência do filho, e nossas participantes acreditam que os maridos não sentem a perda da mesma forma que elas, fazendo com que, muitas vezes, questionem o apoio que recebem de seus cônjuges.

A percepção sobre a reação dos homens ao desaparecimento dos filhos foi bastante semelhante em todos os casos: inicialmente, todos os homens mostraram-

se desesperados com o acontecimento, mas o tempo e a intensidade de seus sintomas foram inferiores aos das mulheres, e estas consideram este fato uma afronta a seus sentimentos e uma falta de consideração com a criança ausente.

Vimos, portanto, que na maioria dos casos, as entrevistadas perceberam que o pai da criança sofreu um impacto inicial abrupto pelo desaparecimento do filho, mas parecem desqualificar as formas como estes expressam seus sentimentos. As mulheres, por esta razão, acabam sentindo-se sozinhas em suas próprias angústias e anseios. Como podemos perceber, o apoio oferecido pelos maridos, quando estes também são os pais das crianças desaparecidas, é não só esperado mas até mesmo cobrado por estas mulheres, que consideram que, depois delas, deveriam ser eles os mais afetados pela ausência do filho. Quando estes não se expressam da forma como elas esperam, ou quando não partilham das mesmas idéias sobre o paradeiro da criança, um mal-estar nasce entre os membros do casal, afastando-os temporária ou definitivamente.

No entanto, no caso das participantes divorciadas, a percepção está diretamente relacionada aos sentimentos existentes desde a dissolução do casamento. A crença de que estes homens não estão enlutados pelo desaparecimento dos filhos se apresenta como uma forma destas mulheres expressarem as mágoas, ainda remanescentes, do relacionamento que não deu certo.

Já nos casos das mulheres que possuem novos relacionamentos, pudemos verificar que estas se sentem desamparadas pelos companheiros, em especial por estes não compartilharem dos mesmos sentimentos pela criança, já que não eram seus verdadeiros pais. Este sentimento, por vezes, dificultou o diálogo entre os membros do casal e parece acentuar a sensação de solidão vivida por estas mulheres.

Constatamos também que, casadas ou comprometidas em novos relacionamentos, as mulheres esperam receber apoio de seus parceiros, pois acreditam que poderiam suportar melhor a dor e o sofrimento pela ausência do filho se tivessem companheiros atentos e disponíveis às suas necessidades.

Podemos concluir, portanto, que a percepção das mulheres em relação à reação dos pais diante do desaparecimento de um filho está diretamente relacionada à relação afetiva do casal (independente de serem casados ou separados na ocasião do desaparecimento) e à expectativa de que estes

expressassem seu luto da mesma forma que elas, considerando-os inadequados e negligentes por não o fazerem (seja pela duração dos sentimentos e/ou pela intensidade dos mesmos).

Já na relação com os filhos, pudemos observar um dado importante: se por um lado vemos algumas mães superprotetoras, há também casos nos quais estas passaram a negligenciar os demais ou a manter o filho ausente como um ponto de referência idealizado, comparando-o sistematicamente com as outras crianças. Ambos os comportamentos evidenciam uma dificuldade destas mulheres em lidar com o rompimento brusco do vínculo com o filho ausente, o que acarreta mudanças na forma de se relacionar com as outras crianças da família, temendo perdê-las ou dando-nas como perdidas na tentativa (frustrada) de não mais sofrer.

Conseqüentemente, a concepção de que a mãe é quem mais sofre pela ausência do filho desaparecido apareceu, de forma explícita ou implícita, em todos os discursos, e isto parece impossibilitar, muitas vezes, que estas mulheres percebam que os demais envolvidos também estão enlutados e sentem, à sua forma, a ausência do ente querido. O silêncio entre os membros da família (nuclear e extensa) também marca o discurso de nossas participantes.

Outro dado importante encontrado em nosso estudo diz respeito à confirmação e validação da perda por parte da sociedade. Segundo as participantes, a certeza da morte de um filho, aliada à validação social desta perda (através da realização de rituais), a existência de um local onde se concretize a morte e que possibilite a expressão dos sentimentos de pesar, seria um fator facilitador para o processo de elaboração da perda. No entanto, nos casos de desaparecimento, não há certezas, não há lugares, não há rituais, e, conseqüentemente, não há margem possível de elaboração. A formulação de hipóteses torna-se o único mecanismo para que estas mães dêem conta da ambigüidade de sentimentos, presente diante da ausência dos filhos, e possam continuar investindo nas buscas.

Para lidar com tamanho sofrimento, muitas mães encontram apoio em outras mães de crianças desaparecidas. A maioria de nossas participantes apontou como benéfico o fato de poder compartilhar com outras mães de crianças desaparecidas as mesmas angústias e ansiedades frente ao desaparecimento de um filho. Este sentimento de pertença mostrou-se como fonte de segurança e

esperança para a maior parte das participantes, que contam com este recurso nos momentos em que se sentem desamparadas e desorientadas.

Já em relação às mães que não possuem filhos desaparecidos, duas vertentes se apresentaram. Para algumas mães, “o sentimento de mãe/maternidade”, como chamaram, fica mais aguçado quando se tem um filho desaparecido. O amor, o cuidado e a dedicação à família e aos filhos é maior, e, segundo elas, aprende-se a dar mais valor às pessoas, o que outras mulheres não são capazes de ter, pois não sabem o que é sofrer por um filho ausente.

Por outro lado, outras participantes sentem-se inferiorizadas e estigmatizadas na relação com outras mães, pois acreditam estarem sempre sob os olhares inquisidores destas, que as culpam pelo desaparecimento de seus filhos. Nestes casos, a relação com outras mulheres que não tenham filhos desaparecidos fica prejudicada, e os sentimentos de culpa e fracasso se acentuam, dificultando ainda mais a reorganização psíquica destas mães.

De forma geral, concluímos que, para estas mães, fatores como a falta de certezas sobre como e onde estão os filhos desaparecidos, a não realização de rituais, o prolongamento indefinido da ausência e o julgamento de outras pessoas (especialmente outras mães) podem contribuir negativamente para o processo de elaboração da perda. Por outro lado, a formação de grupos com outras mães de crianças desaparecidas e a possibilidade de compartilhar com estas seus sentimentos apresenta-se como um importante recurso para a reestruturação e reorganização da vida destas mulheres.

A partir de nossos achados, podemos afirmar que o desaparecimento de uma criança é um fenômeno complexo, um tipo muito particular de perda que envolve uma série de variáveis, diferentes dos casos de luto por morte, tais como as incertezas, culpa e impotência acentuadas e a falta de reconhecimento e validação social.

Como sugestões de futuros estudos sobre o tema, acreditamos ser importante pesquisar o impacto do desaparecimento para os pais das crianças desaparecidas, assim como verificar as diferenças de gênero diante deste tipo de perda. Também poder-se-ia investigar mais aprofundadamente a reação dos irmãos e a leitura que fazem deste acontecimento em suas vidas e na dinâmica familiar. Assim como nos casos de luto por morte de filho, é comum que os

estudiosos foquem seus olhares nas mães, negligenciando (novamente) genitores e irmãos (ãs).

Outro possível tema de estudo abarcaria os profissionais responsáveis pelo atendimento a estas famílias. Existe algum tipo de preparação para estes sujeitos? Como lidar com o sofrimento destas famílias? As instituições envolvidas muitas vezes não têm recursos (humanos e financeiros) para abarcar a complexidade destes casos. O que fazer?

Por fim, sugerimos um trabalho com mães de crianças desaparecidas, que possa fornecer um espaço não só de escuta, mas também de validação de seus sentimentos, tão ambíguos, que precisam ser ventilados para, então, poderem ser re-significados e elaborados. Não há como responder a perguntas, tais como, em que local estão as crianças ou como estão, mas há como oferecer a estas mulheres um lugar de acolhimento e compartilhamento, possibilitando que as mesmas se reorganizem diante do caos causado pelo desaparecimento de seu ente querido.

Referências bibliográficas

AINSWORTH, M. **Patterns of attachment**: a psychological study of the strange situation. Hillsdale: Erlbaum. 1978.

—————; BOWLBY, J. An ethological approach to personality development. **American Psychologist**, vol. 46, n. 4, p. 333-341. 1991.

ALVARENGA, G.H.; VILLAHERRERA, R.A.L. **Tejiendo nuestra identidad**: intervención psicosocial em la problemática de la niñez desaparecida em El Salvador. 1 ed. El Salvador: Asociación Pro-Búsqueda, 2004.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-IV**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. Disponível em: <<http://www.psiquiatriageral.com.br/dsm4/infadol.htm>>. Acesso em 30 set. 2006.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1981.

—————. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro. 2003.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

BOSS, P. **La perda ambigua**: cómo aprender a vivir con un duelo no terminado. Barcelona: Gedisa. 2001.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes. 1990.

—————. **Apego**: a natureza do vínculo. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes: 2002. v. 1

BRANNEN, T.; PODESTA, J. S. A mother describes four months of anguish since her little girl vanished almost before her eyes. **People Weekly**, v. 33, n.14. p. 133-136. 1990.

BRASIL. **Lei 11259, de 30 de dezembro de 2005**. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Determina investigação imediata em caso de desaparecimento de crianças e adolescentes. Brasília, 30 dez. 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 1 ago. 2006.

—————. Ministério da Justiça/Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Desaparecidos: estatísticas**. Disponível em: <www.mj.gov.br/desaparecidos>. Acesso em: 12 out. 2007.

CABRAL, R.; LAPA, R. **Desaparecidos políticos**. Rio de Janeiro: Opções e Comitê Brasileiro pela Anistia.1979.

CASELLATO, G. Luto pela perda de um filho: a recuperação possível diante do pior tipo de perda. In: FRANCO, M.H.P.F. (org.) **Uma jornada sobre o luto: a morte e o luto sob diferentes olhares**. São Paulo: Livro Pleno. 2002. p.11-21.

—————; MOTTA, M.A.P. Lutos Maternos: um estudo comparativo. In: FRANCO, M.H.P (org.). **Estudos avançados sobre o luto**. São Paulo: Livro Pleno. 2002. p. 95-130.

CATELA, L. **No habrás flores em la tumba del pasado: la experiencia de reconstrucción del mundo de los familiares de desaparecidos**. La Plata: Ediciones Las Margens. 2001

CRIDESPARG. **Ter um filho desaparecido é ter a vida suspensa!**. Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná. Disponível em: <www.cridespar.org.br/Arlete%20carta.htm>. Acesso em: 6 abr. 2006.

FERREIRA, A.B.H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira. 1975.

FRANCO, M.H.P. Uma mudança no paradigma sobre o enfoque da morte e do luto na contemporaneidade. Em: FRANCO, M.H.P. (org.). **Estudos avançados sobre o luto**. São Paulo: Livro Pleno. 2002. p. 15-38.

—————. **Estudos avançados sobre o luto**. São Paulo: Livro Pleno. 2002.

FREUD, S. Luto e Melancolia. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 1917 (impressão em 1976). v. XIV.

FUNDAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA. **Relatório diário (dezembro 2007): número de crianças desaparecidas cadastradas no programa S.O.S Crianças Desaparecidas**. Rio de Janeiro: Fundação para Infância e Adolescência. Material interno, cedido em 10 dez. 2007.

GATTÁS, G.J.F. et. al. Projeto Caminho de Volta: busca de crianças desaparecidas no Estado de São Paulo. **Revista de Cultura e Extensão USP**, v.0, p.28-37, jul./dez. 2005

GOSCH, N.; TAMARKIN, C. An anguished mother refuses to give up hope for the son who vanished six years ago. **People Weekly**, v.30, n.15, p. 103-104. 1988.

HENDERSON, M.; HENDERSON, P. **Missing people: issues for the Australian Community**. Canberra: National Missing Persons Unit and the Australian Bureau of Criminal Intelligence. 1997.

INSTITUTO DATAFOLHA. Ser Mãe Perto dos 40. **Revista Veja**, São Paulo, p. 130-137, 2 dez. 1998.

KLASS, D.K.; MARWIT, S.J. Toward a model of parental grief. **Omega**, v.19, n.1, p. 31-48. 1988.

KORDON, D.; EDELMAN, L (org.). **Efectos psicológicos de la represión política**. Buenos Aires: Sudamericana e Planeta. 1987.

———. Observaciones sobre los efectos psicopatológicos del silenciamiento social respecto de la existencia de desaparecidos. In: **Efectos psicológicos de la represión política**. Buenos Aires: Sudamericana e Planeta. 1987. p.25-32.

KOVÁCS, M.J. Morte, separação, perdas e o processo de luto. In: KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1992. p.149-264.

KUBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

L'HOSTE, L.M. La desaparicion: efectos psicosociales em madres. In: **Efectos psicológicos de la represión política**. Buenos Aires: Sudamericana e Planeta. 1987. p.105-111.

LLOYD, G.; ZOGG, C. Missing children. In: RANDO, T. **Parental loss of a child**. New York: Owl Book. 1997. p.269-275.

MARTINS, I. **Progressão da idade**: caso Carlinhos. Disponível em: <<http://www.citynet.com.br/carlinhos/carlinhos.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

MORAES, R. Dor que não se cura: o drama das famílias que choram o sumiço de seus filhos. **Revista Isto É**, São Paulo, 5 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.achanoticias.com.br/noticia.kmf?noticia=3824893>> Acesso em: 23 mar. 2006.

NATIONAL CENTER FOR MISSING AND EXPLOITED CHILDREN. **An analysis of infant abductions**. Filadélfia: Faculdade de Enfermagem da Universidade da Pensilvânia. 2. ed. 2003.

NICOLETTI, L.E. Algunas reflexiones sobre el trabajo clinico com familiares de desaparecidos: uma particular elaboracion de la perdida. In: **Efectos psicológicos de la represión política**. Buenos Aires: Sudamericana e Planeta. 1987. p.59-64.

OLIVEIRA, C.C. **Casamento e viuvez**. In: FRANCO, M.H.P. (org.). **Estudos avançados sobre o luto**. São Paulo: Livro Pleno. 2002. p.151-172.

OLIVEIRA, L.H. **Publicação eletrônica sobre o Programa S.O.S Crianças Desaparecidas: criação e atuação de 1997 a 2006**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <sansandra@terra.com.br> em 28 jul. 2006.

PARKES, C.M. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta**. São Paulo: Summus Editorial. 1998.

———. Bereavement. **British Journal of Psychiatry**, v.146, p.11-17. 1985.

PHILLIPS, T. New generation of 'disappeared' brings anguish to streets of Rio. **The Guardian**. Londres, 6 set. 2007. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/brazil/story/0,,2162969,00.html>>. Acesso em: 6 set. 2007.

RANDO, T. **Parental loss of a child**. New York: Owl Book, 1997.

REDE GLOBO. Desaparecidos. **Programa Globo Repórter**, 14 jul. 2006. Disponível em: <<http://globoreporter.globo.com/Globoreporter/0,19125,VNQ0-2698-10974-2-0,00.html>>. Acesso em: 24 jul. 2006.

_____. Parentes desaparecidos levam famílias ao desespero. **Fantástico**, 03 jun. 2007. Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA1555344-4005-0-0-03062007,00.html>>. Acesso em: 05 jun. 2007.

RICHES, G.; DAWSON, P. Communities of feeling: the culture of the bereaved. **Mortality**, v.1, n.2, p. 143-160, 1996.

RIZZINI, I.; CASTRO, M.R.; SARTOR, C.S.D. **Pesquisando...: guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. Rio de Janeiro: USU e UNICEF. 1999.

SARAIVA, K.M.P. **O segredo converte-se num bebê: a importância do encontro da mãe com o bebê natimorto**. Rio de Janeiro, 1999, 111p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SILVA JR, E. M. **Aspectos penais do caso Pedrinho: subtração de incapazes e registrar como seu o filho de outrem**. [2003]. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4188>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

TUBBS, C.Y.; BOSS, P. An essay for practitioners: dealing with ambiguous loss. **Family Relations: Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies**, v.49, n.3, p.285-286, 2000.

WALSH, F; MCGOLDRICK, M. (org.). **Morte na família: sobrevivendo a perdas**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

WORDEN, J. W. **Terapia do luto: um manual para o profissional de saúde mental**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ZIMERMANN, D.E. **Vocabulário contemporâneo de psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Anexos

Anexo 1. Tabela de participantes

Nome (criança)	Nome da mãe Ocupação	Data de nascimento da criança	Data de desaparecimento / idade quando desapareceu / tempo de desaparecimento	Idade / Estado Civil atual	Outros filhos
Luíza	Daniela desempregada	09/12/94	14/04/03 (8 anos) 4 anos	46 anos divorciada c/ companheiro	M: 26 anos
Camila	Gabriela copeira	11/02/94	19/06/05 (11 anos) 2 anos	31 anos divorciada c/ companheiro	M:12
Marcel	Cleide auxiliar de enfermagem	14/07/97	03/04/04 (6 anos) 3 anos	34 anos divorciada s/ companheiro	M: 14; M: 11 F: 8; F: 2
Bianca	Juliana do lar	25/02/04	30/12/05 (1 ano e 10 meses) 1 ½ anos	23 anos casada	F:7; grávida de 7 meses (abril/07)
Isabela	Vanessa do lar	08/01/05	17/12/05 (11 meses) 1 ½ anos	32 anos casada	M:10; M: 7; grávida de 6 meses (abril/07)
Paula	Fabiana autônoma	02/03/91	18/02/02 (10 anos) 5 anos e 3 meses	51 anos divorciada c/ companheiro	M: 30; M: 24; F:9
Amanda	Zélia representante Avon	09/01/93	21/11/02 (9 anos) 4 anos	44 anos casada	M:18; M:11; M:8; M:5; F:1
Olívia	Nair acompanhante (idoso)	07/05/91	01/07/02 (11 anos) 5 anos	59 anos divorciada s/companheiro	F:36 ; M: 33; M:29; M:27; F: 25; F:18
Ana Maria	Soraia digitadora	06/10/93	22/12/02 (9 anos) 4 ½ anos	37 anos casada	M:12
Mariana	Eunice autônoma	25/08/95	24/01/06 (10 anos) 1 ½ ano	32 anos divorciada s/ companheiro	M:18; F: 17; F:11
Iara	Olga auxiliar de classe	14/11/92	16/08/02 (9 anos) 5 anos	47 anos solteira	F:19

Anexo 2. Termo de Consentimento Pós-informado

1. Dados de identificação:

NOME:.....

DATA NASCIMENTO:/...../..... SEXO: M () F ()

ENDEREÇO.....

Nº..... COMPLEMENTO:.....

BAIRRO:..... CEP:.....

CIDADE..... ESTADO:

TELEFONE 1: (.....)

TELEFONE 2: (.....).....

2. Dados sobre a pesquisa

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: *“Onde está você agora além de aqui dentro de mim?”: o luto das mães de crianças desaparecidas.*

PESQUISADORA: Sandra Rodrigues de Oliveira.

ORIENTADORA: Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro

INSCRIÇÃO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA: Nº 05/31825

INSTITUIÇÃO: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

Departamento de Pós-Graduação em Psicologia.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa realizada em parceria entre o Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) e a Fundação para Infância e Adolescência (FIA), mais especificamente, junto ao Programa S.O.S Crianças Desaparecidas. Esta pesquisa tem como objetivo investigar o impacto de desaparecimento de um(a) filho(a), a partir da ótica das mães. Para a realização deste estudo, os dados serão coletados através de entrevistas, uma com cada participante. Esta entrevista deverá durar entre 1 (uma) hora e 1 (uma) hora e meia. Para registro dos dados, será utilizado um aparelho de gravação de voz, que visa, apenas, facilitar a sistematização posterior das informações coletadas. Não há nenhum risco em sua participação nessa pesquisa.

Caso concorde em participar, todas as informações que possam levar a sua identificação serão omitidas no trabalho final, preservando sua privacidade e garantindo o sigilo das informações. As informações que você puder nos dar, juntamente com as das demais participantes, nos ajudarão a compreender como as pessoas, de um modo geral, vivenciam o desaparecimento de um(a) filho(a) de seu núcleo familiar, e isto certamente contribuirá para que possamos estruturar melhor o atendimento nessas situações. Se você preferir não participar, isto não afetará em absoluto sua relação com a instituição parceira. Você também pode desistir de participar da pesquisa depois de começar a responder as perguntas.

Se você concorda em participar do estudo, assine seu nome neste termo de consentimento. Será fornecida uma cópia deste documento a você para que possa ter os dados da pesquisadora, caso queira verificar, após o término da pesquisa, se esta respeitou todas as condições firmadas expostas acima.

Declaro que, após totalmente esclarecida pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar da presente pesquisa.

Rio de Janeiro, de de 2007.

assinatura do participante

assinatura do pesquisador

Anexo 3. Roteiro de entrevista

1. Dados de identificação:

Nome:	Idade:
Estado Civil:	Número de Filhos:
Profissão:	Ocupação atual:
Endereço:	Cidade/Estado:
Nome da criança desaparecida:	
Data de nascimento:	Data de desaparecimento:

2. Entrevista

- Conte-me um pouco da sua história na FIA.
- Qual(is) foram suas primeiras reações quando percebeu a ausência de X?
- Estas reações se modificaram quando teve certeza do desaparecimento?
- Você contatou algum familiar, amigo ou vizinho neste momento? Se sim, quem foi e por que?
- Como seus familiares, amigos e vizinhos reagiram à notícia do desaparecimento de X? E hoje, você se sente apoiada pelos membros de sua rede?
- Após a confirmação do desaparecimento, você procurou alguma delegacia ou órgão especializado em busca de crianças desaparecidas?
- Você consegue relatar como foi o primeiro ano sem a presença de X?
- Qual a reação do pai da criança após a confirmação do desaparecimento?
- Como ficou o casamento / relacionamento atual após o desaparecimento?
- Como ficou o cuidado com o(s) filho(s) após o desaparecimento de X?
- O que pensa sobre o desaparecimento? Tem alguma hipótese do que aconteceu?
- Que sentimentos e pensamentos vêm a sua cabeça quando pensa em X?
- Como você se sente em relação às outras mães, que não tem um filho desaparecido?
- Como você se sente em relação às mães que, como você, tem um filho desaparecido?
- O que você sente hoje após Y anos desde o desaparecimento?